UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO



ANA DÉBORA COSTA DO NASCIMENTO MASCARENHAS

A EMANCIPAÇÃO FEMININA COMO PRINCÍPIO AGROECOLÓGICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO PÁTRIA LIVRE

ANA DÉBORA COSTA DO NASCIMENTO MASCARENHAS

A EMANCIPAÇÃO FEMININA COMO PRINCÍPIO AGROECOLÓGICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO PÁTRIA LIVRE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Política Pública Educacional.

Orientadora: Professora Dr^a. Arlete Ramos dos Santos.

M361e

Mascarenhas, Ana Débora Costa do Nascimento.

A emancipação feminina como princípio agroecológico para implementação da política pública da educação do campo no assentamento Pátria Livre. / Ana Débora Costa do Nascimento Mascarenhas, 2023.

Orientador (a): Dr^a. Arlete Ramos dos Santos. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referências. 110 – 121.

1. Educação do campo - Política pública. 2. Emancipação feminina. 3. Agroecologia. 4. Movimentos sociais. I. Santos, Arlete Ramos dos. II. Programa de Pós- Graduação em Educação – PPGED. II I.T.

CDD 370.917340981

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890 UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

ANA DÉBORA COSTA DO NASCIMENTO MASCARENHAS

A EMANCIPAÇÃO FEMININA COMO PRINCÍPIO AGROECOLÓGICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO PÁTRIA LIVRE

BANCA EXAMINADORA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Prof.^a Dr.^a. Arlete Ramos dos Santos (Orientadora) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Prof. Dr. Emerson Antônio Rocha Melo de Lucena Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Alves de Oliveira Reis Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Defendida em 06/02/2023.

À todas as mulheres que vieram antes de mim; à Paulo, Pedro e Mateus.

Que eu possa ser a cultivadora de alegrias e sonhos, paixões e realizações, desta unidade familiar permanente.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral: investigar a emancipação feminina como princípio agroecológico para implementação da política pública de educação do campo. Como objetivos específicos têm: identificar como as políticas de educação do campo voltadas para a agroecologia contribuíram para a emancipação das egressas no assentamento Pátria Livre em Barra do Choça; averiguar o papel dos movimentos sociais na constituição das políticas públicas por agroecologia em interlocução com a educação do campo; compreender o processo de emancipação feminina das egressas do curso de Agroecologia do assentamento Pátria Livre em Barra do Choça – BA. O método utilizado é o Materialismo Histórico Dialético, as categorias empíricas utilizadas para atender melhor aos objetivos propostos foram: educação do campo, agroecologia e emancipação feminina. Para a coleta de dados foram utilizadas a análise dos documentos Projeto político Pedagógico e plano de curso. Os instrumentos de coleta de dados são formulários com as egressas do curso de agroecologia em total de 10 mulheres, assim como entrevista com gestores e pedagogos do curso e professores da Educação do Campo no assentamento Pátria Livre no município de Barra do Choça – BA. Este estudo também faz um levantamento sobre a agroecologia e suas contradições com o agronegócio e suas contribuições para a educação do campo e a busca pela emancipação das mulheres campesinas. Os resultados apontam que as egressas do curso de Agroecologia do assentamento Pátria Livre são em sua maioria, mulheres do campo, negras e pardas, independentes economicamente e que tiveram no curso de Agroecologia uma formação profissional que possibilitou a melhoria na qualidade de vida. A educação do campo se mostra emancipadora, libertadora e inclusiva para mulheres devido ao princípio da emancipação. A agroecologia apresenta elementos potencialmente desestabilizadores da lógica patriarcal criando lacunas que favorecem a mudança nos padrões estabelecidos e favorecendo a emancipação feminina. As feiras agroecológicas surgem como alternativa importante para o empoderamento das mulheres que emergem como sujeitos autônomos e protagonistas da sua própria história de vida. Se conclui ainda que a emancipação feminina é um princípio agroecológico que tem contribuído para a qualidade de vida das mulheres, oferecendo visibilidade em suas comunidades e famílias. É, portanto, um elemento fundamental nas práticas educativas da educação do campo.

Palavras-Chave: Agroecologia. Emancipação feminina. Educação do campo. Movimentos sociais.

ABSTRACT

This research has the general objective: to investigate female emancipation as an agroecological principle for the implementation of public policy for rural education. The specific objectives are: to identify how rural education policies focused on agroecology contributed to the emancipation of female graduates from the Pátria Livre settlement in Barra do Choça; to investigate the role of social movements in the constitution of public policies for agroecology in dialogue with rural education; to understand the process of female emancipation of the graduates of the Agroecology course of the Pátria Livre settlement in Barra do Choça - BA. The method used is Dialectical Historical Materialism, the empirical categories used to better meet the proposed objectives were: rural education, agroecology and female emancipation. For data collection, the analysis of the documents Pedagogical Political Project and course plan were used. The data collection instruments are forms with the graduates of the agroecology course in a total of 10 women, as well as interviews with managers and pedagogues of the course and teachers of Rural Education in the Pátria Livre settlement in the municipality of Barra do Choça - BA. This study also surveys agroecology and its contradictions with agribusiness and its contributions to rural education and the search for the emancipation of peasant women. The results show that the majority of those graduating from the Agroecology course of the Pátria Livre settlement are rural women, black and brown, economically independent and who had a professional training in the Agroecology course that made it possible to improve their quality of life. Rural education proves to be emancipatory, liberating and inclusive for women due to the principle of emancipation. Agroecology presents potentially destabilizing elements of the patriarchal logic, creating gaps that favor a change in established patterns and favoring female emancipation. Agroecological fairs emerge as an important alternative for the empowerment of women who emerge as autonomous subjects and protagonists of their own life story. It is also concluded that female emancipation is an agroecological principle that has contributed to the quality of life of women, offering visibility in their communities and families. It is, therefore, a fundamental element in the educational practices of rural education.

Keywords: Agroecology. Female emancipation. Field education. Social movements.

LISTA DE ABREVIAÇÕES

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia

CFPL - Centro de Formação Pátria Livre

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENERA - Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MHD - Materialismo Histórico Dialético

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMS - Organização das Nações Unidas

PNAPO - Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SUPROT - Superintendência de Formação Profissional e Territorial

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNB – Universidade de Brasília

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Galinheiro do centro da mandala	52				
Figura 2- Alunos da Educação infantil no CETEP Vitória da Conquista – BA					
Figura 3- Professores do Formacampo na mandala do CETEP Vitória da Conquista					
– BA	53				
Figura 4- Mestrandas da Educação na mandala do CETEP Vitória da Conquista –					
BA	54				
Figura 5- Alunos da Educação Profissional na mandala do CETEP Vitória da					
Conquista – BA	54				
Figura 6 – Localização do município da Barra do Choça	64				
Figura 7 – Localização do assentamento Pátria Livre	65				
Figura 8 - Inserção das mulheres no mercado de trabalho	94				

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Faixa etária	86
Gráfico 2 – Estado civil	90
Gráfico 3 – Pertencimento étnico	91
Gráfico 4 – Empregabilidade	92
Gráfico 5 – Trabalho formal de carteira assinada	
Gráfico 6 – Independência financeira	
Gráfico 7 – Trabalhou com carteira assinada	
Gráfico 8 – Importância de trabalhar com carteira assinada	
Gráfico 9 – Satisfação com o curso de Agroecologia	
Gráfico 10 – Pedagogia da alternância.	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Busca no Banco de Teses e Dissertações da USP – BDTD	15
Quadro 2 – Busca no Catálogo de Teses e Dissertações – CAPS	17
Quadro 3 – Principais empresa que produzem agrotóxicos no Brasil	29
Quadro 4 – Agroecologia e a Educação do Campo nas impressões do corpo docente	83
Quadro 5 - Agroecologia e a Educação do Campo participação da comunidade	85
Quadro 6 - Escolarização de pessoas com 18 a 25 anos	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPPÍTULO I	23
1 MOVIMENTOS SOCIAIS E O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE	23
1.1 AGRONEGÓCIO X AGRICULTURA FAMILIAR	27
1.1.1 Agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental	32
1.2 AGROECOLOGIA E A EMANCIPAÇÃO FEMININA	35
1.2.1 Emancipação humana	37
1.2.2 Educação do campo e a emancipação feminina	39
CAPÍTULO II	42
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	42
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA/ EDUCAÇÃO DO	
CAMPO	48
2.1.1 Horta escolar no sistema mandala e a Educação do Campo	51
2.2 FEIRAS AGROECOLÓGICAS E O PROTAGONISMO FEMININO	
CAPÍTULO III	59
3 ABORDAGEM METODOLÓGICA	59
3.1 PROCEDIMENTOS ESTRATÉGICOS	60
3.2 ESPAÇOS E SUJEITOS DA PESQUISA	63
CAPÍTULO IV	67
4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	67
4.1 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	67
4.2 ANÁLISE DO PLANO DE CURSO	73
4.3 ENTREVISTA COM GESTORES	77
4.4 RESULTADO DA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DAS	
DISCIPLINAS PROFISSIONALIZANTES	83
4.5 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO DAS EGRESSAS	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE – A	120
APÊNDICE – B	121
ANEXO - C	123
ALVE ALL = 1	1 / 1

INTRODUÇÃO

Na história da humanidade a mulher sempre desempenhou um papel importante, pois desde as comunidades primitivas com o desenvolvimento técnico rudimentar, cada um dos membros da comunidade tinha um papel a ser desenvolvido devido as suas especificidades, e quanto maior a coesão, maior as chances de sobrevivência. Essa necessidade de auxílio não permitia a desigualdade entre gêneros. No início, segundo Eisler (2001, p.25) essas comunidades se organizavam em um sistema denominado de "matrilinear", nessa concepção as mulheres recebiam valorização social diferenciada devido a maternidade. A sociedade ao se tornar mais complexa passa a ter novas necessidades e sofre modificações, surgindo os primeiros sinais de desigualdade de gênero a partir da divisão do trabalho por sexo. É durante o desenvolvimento da agricultura e da metalurgia do cobre e do bronze, quando o homem busca acumular riqueza que surge a supremacia masculina nas relações sociais (ENGELS, 1997).

Entender o papel da mulher na sociedade atual e sua presença na agroecologia é uma das motivações para o objeto dessa pesquisa sobre agroecologia e emancipação feminina, e se deu a partir da minha experiência vivenciada como docente do curso em Agroecologia do Centro Territorial de Educação Profissional – CETEP, em Vitória da Conquista – BA. Ao observar que algumas mulheres depois de terminarem seus cursos tiveram oportunidade de vivenciar novas experiências, a possibilidade de mudar suas vidas e se tornarem protagonistas de suas histórias, percebi o quanto a educação do campo é transformadora e essencial para a qualidade de vida das pessoas.

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação voltada para atender às suas especificidades é uma conquista de muitas lutas, e ganhou força a partir da instituição, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, por meio da Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 03 de abril de 2002. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos.

Portanto, a educação do campo é aquela que ocorre em todos espaços educativos que podem ser: em espaços da floresta, das minas, que atende as populações ribeirinhas, quilombolas, pesqueiros e extrativistas, assim como os agricultores (CALDART, 2002). É uma política pública voltada para garantir a esses povos o direito a uma educação básica de qualidade. Atualmente, a educação do campo deve ser realizada para atender as necessidades das comunidades campesinas, e suas peculiaridades como é designada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei nº. 9.394/96) que assegura o direito de educação a todos,

inclusive os povos do campo, como previsto no art. 28. Na oferta da educação básica para a população do campo, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I Conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

As especificidades da vida no campo, bem como com a região em que o estabelecimento de ensino está instalado e por ser destinada a um povo com cultura e cotidiano de vida diferentes da comunidade urbana. É salientado, ainda nos incisos I, II e III do art. 28, da Constituição Federal de 1988, as adaptações no currículo e nas metodologias de ensino, as quais devem ter uma organização escolar própria, com calendários que sigam o ciclo agrícola, e o fator climático e um ensino voltado para o trabalho no campo. O respeito à diversidade de cultura e de estilo de vida é abordado na referida LDB de maneira a subsidiar uma educação do campo que atenda às necessidades das pessoas, e a capacidade produtiva (BRASIL, 1996).

Sendo assim, o presente estudo tem como justificativa para a sua realização o fato de averiguar a emancipação feminina como princípio agroecológico na educação do campo de maneira a contribuir para a permanência das famílias em sua terra, produzindo com segurança e garantindo a sua sobrevivência com qualidade de vida, e, sobretudo contribuindo de maneira significativa para a emancipação feminina. O papel da mulher e sua importância como protagonista da sua história e a relevância de sua emancipação econômica e social por meio da educação transformadora é necessária à sua compreensão.

De acordo com Beltrame (2015), no direito romano emancipar estava diretamente relacionado a maioridade civil, mas com o iluminismo o termo passou a significar autolibertação, seja das autoridades impostas, das relações de poder tradicionais, e que ganhou novos contextos a partir do pensamento marxista e a sua exigência de conciliação entre homem e natureza, entre os humanos, ou até mesmo entre homem e sociedade. Portanto, a emancipação é entendida como sendo a necessidade de se libertar de algo.

A educação do campo e a agroecologia estão intimamente relacionadas, uma vez que a agroecologia é entendida como uma ciência que visa a prática agrícola baseada no respeito ao meio ambiente, ao rompimento do modelo hegemônico de produção de alimentos a partir da agricultura familiar, mas é também um movimento social (SEVILLA, 2006). A agroecologia é: "o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a

agricultura para uma base verdadeiramente sustentável" Gliessman, (2000, p. 56). Portanto, deve contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos, assim como a educação do campo.

A agroecologia parte ainda da valorização dos saberes da terra e da ancestralidade do povo campesino, e tem valorização dos conhecimentos já adquiridos com a prática da atividade agrícola, a educação do campo deve valorizar as práticas pedagógicas que viabilizem esse conhecimento. Para Caldart (2002, p. 18), a educação deve ser no e do campo. "No: o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais". Para as mulheres do campo em sua maioria, a educação proporciona a perspectiva de trabalho remunerado, o que significa a possibilidade de superação de miserabilidade e a conquista da autonomia pessoal.

O resultado de uma investigação sobre o que se encontra publicado em consonância com o objeto pesquisado até o momento em que essa busca acontece, foi construído com o objetivo de encontrar trabalhos publicados que tenham aproximação com o objeto dessa pesquisa que tem como título: *a emancipação feminina como princípio agroecológico para implementação da política pública da educação do campo no assentamento pátria livre*. Para sua realização foram criados critérios de dados para atender a sua finalidade, demonstrando a relevância do estudo sobre o assunto, ampliando as possibilidades e a elaboração da produção científica.

O método adotado para a coleta de dados para a realização deste estudo, foi um levantamento bibliográfico através de busca eletrônica no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) e a Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD), a partir dos seguintes descritores: agroecologia, emancipação feminina, movimentos sociais.

De acordo com Ferreira (2002, p. 258), as pesquisas de estado da arte são:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

As plataformas consultadas foram selecionadas devido ao grande volume de produções nelas contidas, não foi utilizado um recorte temporal para a presente pesquisa, uma vez que o objetivo é averiguar o número de produções acadêmicas apresentadas com os descritores utilizados.

Quando procurado "agroecologia" AND "emancipação feminina" surgiram 2 (dois) resultados. Assim como quando colocados agroecologia AND emancipação feminina, não havendo diferenças entre com ou sem as aspas. Ao ser colocado: "movimentos sociais" AND "emancipação feminina" surgiu 3 trabalhos (três). Todos foram utilizados pelo fato de terem uma proposta que se assemelha ao objeto de estudo desta pesquisa como se observa no quadro abaixo:

Quadro 1- Busca no Banco de Teses e Dissertações da USP - BDTD

Título	Autor(a)	Área de	Instituiç	Acesso	Ano	Tipo de
Titulo	Autor (a)	conhecimen	ão	Acesso	Allo	trabalho
		to	au			ti abailio
Mulheres rurais e plantas	Iuliana de	Ciências	UFSM	28/11/202	2019	Dissertac
medicinais: Saberes,	Almeida	agrárias	OI SIVI	1	2017	ão
socialidades e autonomia	Costa	agrarias		1		ao
feminina	Costa					
Construção da	Andréia	Ciências	UFSM	28/11/202	2020	Tese
Agroecologia como	Vasconsell	Agrárias	OI SIVI	1	2020	1 030
projeto socialmente	OS	rigianas		1		
transformador: ação	OS					
coletiva de mulheres						
guardiãs de sementes						
crioulas						
Emancipação feminina na	Lorrany	Psicologia	UFG	28/11/202	2019	Dissertac
sociedade contemporânea:	Mirielle			1		ão
reflexões sobre o papel	Santos					
formativo da mulher na	Côrrea					
família						
As estratégias de	Eliane	Ciências	UNB	28/11/202	2015	Dissertaç
mobilização do movimento	Aparecida	Humanas		1		ão
feminista para a aprovação	Cruz					
da Política Nacional de						
Atenção Integral à Saúde						
da Mulher, de 2004						
Margaridas" em jardins			UFCG	28/11/202	2015	Tese
sem-terra: um estudo sobre	Melo	Sociais		1		
a liderança feminina na	Ferreira					
prática política do MST na						
Paraíba.						

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A tese de Vasconsellos (2020) aponta que a pesquisa realizada no município de Remígio, interior da Paraíba, mostra que a articulação de múltiplos agentes sociais, de representação dos camponeses e de desenvolvimento rural, desencadeou importantes processos de participação de mulheres camponesas nas lutas em defesa do meio ambiente, da

agroecologia, das sementes crioulas, da inserção feminina na produção e comercialização de produtos agroecológicos.

Para Vasconsellos (2020) a agroecologia praticada com as feiras livres e como guardiãs das sementes crioulas, são formas de resistência contra o agronegócio que tem o controle das sementes geneticamente modificadas, as feiras agroecológicas têm contribuído para uma renda mais justa e a economia solidária. As feiras agroecológicas têm proporcionado às mulheres a terem sua autonomia e emancipação financeira, fatores importantes para o desenvolvimento social e a valorização da cultura como guardiãs das sementes crioulas (VASCONSELLOS, 2020).

A tese de Ferreira (2015) tem como objetivo buscar compreender quais estratégias de negociações foram adotadas por algumas mulheres, militantes do MST no Estado da Paraíba, para exercer cargos de liderança e de projeção política, em um contexto de vida rural, no qual ainda se percebem marcas de certo ranço machista. Tem como título: "Margaridas" em jardins sem-terra: um estudo sobre a liderança feminina na prática política do MST na Paraíba.

Margarida, desde 1973, ocupava a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e à época de sua morte havia movido 73 ações trabalhistas para reivindicar os direitos violados de trabalhadores rurais que laboravam em usinas de cana de açúcar. Margarida foi assassinada e seus assassinos continuam livres, mas a mulher que afirmou: "prefiro morrer na luta do que morrer de fome", se tornou símbolo de luta e movimento social em busca de direitos das mulheres do campo.

Após a sua morte, Margarida tornou-se um símbolo político, representativo das mulheres trabalhadoras rurais, que deram seu nome ao evento mais emblemático que realizam - A MARCHA DAS MARGARIDAS, uma mobilização nacional que reúne em Brasília milhares de mulheres trabalhadoras rurais no dia 12 de agosto. A Marcha das Margaridas ocorreu pela primeira vez em 2000 e desde então teve outras edições em 2003, 2007, 2008 e 2009, sempre definindo uma pauta de reivindicações a serem entregues aos representantes dos poderes públicos federais. Mas as mobilizações não acontecem só em Brasília, em 2013 o MST se articulou com protestos e reinvindicações em Alagoa Nova, Paraíba, para relembrar o ocorrido e cobrar das autoridades judiciais resultados concretos sobre a impunidade no assassinato de Margarida, assim como maior atenção à questão da violência no campo e outras demandas dos trabalhadores rurais (FRERREIRA, 2015, p. 16).

A dissertação de Costa (2019) apresenta um estudo sobre as mulheres rurais, assentadas em projetos de assentamentos da reforma agrária do Rio Grande do Sul, vinculadas ao MST, e as relações tecidas em torno dos saberes-fazeres sobre plantas medicinais. A pesquisa tem como objetivo compreender como as mulheres rurais constroem, a partir dos saberes e práticas populares de saúde sobre as plantas medicinais, relações que proporcionam processos de autonomia e emancipação pessoal e social e de afirmação de lutas feministas no campo.

A dissertação de Côrrea (2019), tem um olhar sobre a trajetória feminina, seu lugar social e na família, os direitos que lhe conferiam, a falta de liberdade e o poder sobre a própria vida e o corpo, tem por objetivo apreender as transformações pelas quais o seu papel social se institui ao longo da história, os sentidos da autonomia adquirida pela mulher e em que medida ela realmente se efetiva.

A dissertação e Cruz (2015), é um estudo de caso sobre as estratégias de mobilização do movimento feminista para a aprovação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), em 2004. As informações sobre a construção do SUS e a criação do Programa Nacional de Assistência à Saúde da Mulher (PAISM) e a organização do movimento feminista, emancipação feminina e a saúde da mulher no Brasil e no mundo forneceu base de dados para análise da ação mobilizadora das feministas para a aprovação da PNAISM na concepção de atenção integral à saúde da mulher. Traz ainda os avanços e retrocessos das políticas públicas e as ações do movimento feminista.

Na plataforma da CAPES foram encontrados sessenta e um trabalhos (61) quando utilizado: 'agroecologia" AND "emancipação feminina". Quando colocado "movimentos sociais AND "emancipação feminina" surgiram 449 resultados. Dentre os resultados apresentados apenas cinco foram selecionados por terem relação direta com o presente estudo e seu objeto, uma vez que a maioria dos trabalhos apresentados tratam da emancipação feminina em relação aos diversos movimentos sociais, mas não apresentam uma relação direta com a agroecologia.

Os estudos abaixo relacionados são os que apresentam uma simbiose com o objeto da presente pesquisa, mantendo uma relação de conteúdos sobre a emancipação das mulheres e sua relação direta com a agroecologia e os movimentos sociais que contribuíram para a formação de uma nova leitura de mundo tendo também os avanços que os movimentos sociais obtiveram em sua luta.

Área de Tipo de **Título** Autor(a) Instituiç Acesso Ano conhecimen trabalho ão to USP 28/11/202 2018 Educação e Alessandra Geografia Tese do campo agroecologia: emancipação Silva 1 e resistência camponesa a Souza partir da formação popular o caso da escola latino americana de agroecologia - ELAA

Quadro 2- Busca no Catálogo de Teses e Dissertações - CAPS

G :	α. ·	C C	LIED	20/11/202	2000	T.
Campesinato, resistência e	_	Geografia	UEP	28/11/202	2008	Tese
emancipação: o modelo	Gonçalves			1		
agroecológico adotado						
pelo MST no Estado do						
Paraná						
Práticas educativas em	Aparecida	Educação	UEM	28/11/202	2011	Dissertação
agroecologia no MST/PR:	do Carmo			1		
processos formativos na	Lima					
luta pela emancipação						
humana						
A feira agroecológica da	Rosângela	Educação	UFPB	29/11/202	2014	Dissertação
Várzea Paraibana: práticas	Alves de			1		
educativas para uma	Oliveira					
economia popular						
solidária.						
Agroecologia e	Wilon	Ciências	UEC	29/2021	2014	Tese
movimentos sociais: entre	Mazalla	agrárias				
o debate teórico e sua	Neto					
construção pelos						
agricultores camponeses						

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Souza (2018) em seu trabalho analisa uma experiência em Educação do Campo e Agroecologia, partindo da compreensão de que, para se contrapor à hegemonia do capital sobre a produção e as relações sociais no campo, o campesinato precisa produzir um conhecimento contra hegemônico e uma produção que atinja as suas reais necessidades: educação popular e produção limpa.

Gonçalves (2008) em seu estudo afirma que nos últimos 50 anos, o desenvolvimento do modo de produção capitalista impactou de várias formas o campo brasileiro. Devido às políticas públicas de fomento agrícola, ampliou-se a produção de commodities e configurou-se o padrão técnico e organizacional da "Revolução Verde" e da Agrobiotecnologia. Amplamente interconectado com a economia internacionalizada, o capital provocou transformações sociais, econômicas, políticas, técnicas e ambientais em nosso meio rural e em nossa agricultura, gerando graves impactos ambientais, econômicos e sociais. Lutando contra a exclusão social, parte dos camponeses brasileiros tem moldado mecanismos de resistência.

Com relação ao movimento social, Lima (2011) afirma que a Agroecologia, constituise em uma base teórica metodológica que pode somar na construção de um novo jeito de viver no campo e na construção da estratégia política dos Movimentos Sociais do Campo, visando forjar um Projeto Popular para o Campo. Devido à ausência de políticas públicas – de educação, crédito e acompanhamento técnico – no campo, entende-se que a mudança na forma de produzir, a luta por políticas públicas, e a educação no sentido amplo, são tomados como dimensões políticas na disputa de projeto de campo entre os grupos sociais antagônicos.

Para Oliveira (2014) em seu estudo defende que: o processo educativo vivenciado no interior dos empreendimentos solidários pode ser a ponte capaz de direcionar essas iniciativas para além do econômico. Pode ser um instrumento privilegiado na emancipação dos setores que vivem do trabalho, articulando as iniciativas produtivas, em que o aumento de sua capacidade política pode se dar a partir das redes solidárias na perspectiva da reprodução ampliada da vida.

A abordagem da pesquisa de Mazalla Neto (2014) foi investigar as experiências teóricas e práticas em Agroecologia, vividas e construídas pelos agricultores camponeses dentro dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como novas formas de relação com o trabalho e com a natureza. Identificou-se iniciativas de transformação cultural, nas quais as experiências concretas no mundo da vida e da cultura se constituem como embriões de renovadas relações sociais que superam as anteriores de opressão, exploração e destruição da natureza. Desta forma, foi possível identificar uma série de aspectos emancipadores do trabalho e da cultura nas experiências agroecológicas dos agricultores camponeses, com destaque para o controle do processo e do tempo de trabalho, as múltiplas significações da natureza e ação ideológica na relação campo cidade.

Com a realização desse estudo se constatou que as discussões até aqui apresentadas são apenas recortes, pois os estudos com o estado da arte não se esgotam e que os autores elencados neste estudo apresentam interlocuções relevantes para a construção de um estudo mais aprofundado com a finalidade de contribuir para as análises dos mesmos. Também se pode perceber a relevância dos estudos e das pesquisas de outros autores podem contribuir de forma significativa para a elaboração de pesquisas com afinidades de temas contribuindo com um maior embasamento teórico para a realização de estudos relacionados.

Também se constatou que o levantamento das referidas bases de dados contribuiu para um melhor entendimento sobre as dimensões dos temas, embora sejam relativamente menores quando pesquisados os descritores de maneira a terem uma simbiose com as políticas educacionais.

Para trabalhar nessas nuances de entendimento do tema em estudo, os principais autores que deram suporte teórico para a realização da pesquisa foram: Mészáros (2008, 2011), Santos (2013, 2016), Caldart (2000, 2004, 2009), Molina (2011), Cunha, Sousa e Silva (2014), Arroyo (1999), Santos (2016), Cheptulin (1982) e Kosik (1976). Estes estudiosos discutem sobre a luta dos trabalhadores na busca por sua emancipação política. Também foram utilizados

documentos oficiais que serviram de subsídios para a construção das análises e reflexões na produção do conhecimento.

Partindo desses pressupostos, o presente estudo tem como problema: a emancipação feminina como princípio agroecológico é implementado como política pública da educação do campo no curso de Agroecologia do assentamento Pátria Livre?

O objetivo geral é investigar a emancipação feminina como princípio agroecológico para implementação da política pública de educação do campo. E os objetivos específicos são: Identificar como as políticas de educação do campo voltadas para a agroecologia contribuíram para a emancipação das egressas no assentamento Pátria Livre em Barra do Choça; averiguar o papel dos movimentos sociais na constituição das políticas públicas por agroecologia em interlocução com a educação do campo; compreender o processo de emancipação feminina das egressas do curso de Agroecologia de 2019 a 2020 do assentamento Pátria Livre em Barra do Choça – BA.

As categorias empíricas utilizadas para atender melhor aos objetivos propostos foram: educação do campo, agroecologia e emancipação feminina. É cabível lembrar que as categorias segundo Cheptulin (1982, p. 180), "representam as imagens ideais que refletem os aspectos e os laços correspondentes das coisas materiais". Neste aspecto, para atender a amplitude do tema em estudo foram utilizadas como fonte de pesquisa, textos de artigos, livros e elementos da Educação do Campo e a luta de classes e movimentos sociais para a sua efetivação como política pública.

Na pesquisa de campo foram realizadas com a aplicação de formulários com as egressas do curso de agroecologia em total de 10 mulheres, assim como entrevista com gestores e pedagogos do curso e professores da Educação do Campo no assentamento Pátria Livre no município de Barra do Choça – BA. Após a coleta de dados, as informações foram organizadas para uma melhor apresentação didática e entendimento dos leitores em gráficos e tabelas.

O presente estudo se encontra dividido em capítulos. Na introdução se pode encontrar os objetivos, justificativa, problemas da pesquisa e o tema estudado. Assim como um levantamento bibliográfico através de busca eletrônica no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) e a Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD) a partir dos seguintes descritores: agroecologia, emancipação feminina e movimentos sociais.

No capítulo I se encontra a revisão de literatura utilizada, assim, se optou por traçar um panorama sobre a importância dos movimentos sociais na luta por direitos e igualdade de condições para as mulheres e seu papel na sociedade. A definição de agroecologia e as contradições ao agronegócio. Os dados sobre os impactos ambientais e sociais das práticas de

produção de alimentos no mundo e poder do capital. Também se encontra nesse capítulo as políticas públicas de Educação do Campo no Brasil e seu papel na emancipação das mulheres campesinas. Em se tratando do aspecto singular, foi realizado um levantamento sobre o Projeto Político Pedagógico destacando os seus avanços, desafios e possibilidades. Também, teceu-se uma análise sobre a identidade escolar campesina no documento e aspecto este capaz de projetar ações transformadoras.

O capítulo II trata do percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa, sendo este o Método Materialismo Histórico Dialético – MHD com suas categorias mediação e contradição, foram traçados os critérios de coleta de dados, bem como o espaço de realização da pesquisa e seus sujeitos. Nele se encontram os procedimentos de estratégias de coleta de dados e como foram feitas as análises dos dados coletados. No capítulo III são apresentados os resultados encontrados com a realização do estudo e sua discussão, e por fim, as considerações finais sobre a pesquisa.

CAPÍTULO I

1 MOVIMENTOS SOCIAIS E O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE

Os movimentos sociais são de acordo com Gohn (1997) ações sociopolíticas construídas por atores sociais articulados em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política criando um campo político de força social na sociedade civil, portanto, é uma expressão coletiva. Foram os movimentos sociais que lutaram por uma educação do campo com o intuito de valorizar os sujeitos, e protagonizaram organizações populares para as mulheres como o movimento feminista na luta pelo direito ao voto, igualdade de gênero, direitos sociais que foram negados as mulheres. Quando se trata da mulher ocidental, Araújo (2021, p. 02) afirma que: "somente no século XX, o movimento de mulheres ganhou mais visibilidade. Esses fatos foram evidentes, mais especificamente, na década de 1960, com o respaldo do feminismo". Nesse período, a luta das mulheres se fortaleceu, e o ganho de mudanças de paradigmas e respeito foram mais evidentes nesse período da história.

A luta das mulheres por uma emancipação e igualdade de direitos é uma forma de revolução que tem início com a luta por meio de movimentos sociais. A liberdade feminina é essencial para a mudança da sociedade e pela igualdade de gêneros. Para Machel (1982, p. 18),

A emancipação da mulher não é um ato de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição de seu triunfo. A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho e com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher.

A emancipação feminina não se resume apenas a questão econômica, mas a transformação e revisão de cultura de valores, de possibilidade de elevação social, socialização dos meios de produção e uma legislação mais justa com igualdade de gêneros. Esses fatores são sem dúvidas difíceis de serem mudados de uma hora para outra, pois estão enraizados na sociedade desde sempre. Por isso, a luta continua sendo longa e mesmo com muitos direitos adquiridos com os movimentos sociais de luta feminista, ainda há muito a ser feito para que essa emancipação feminina seja real para todas.

Para Mézáros (2002, p. 271) "a demanda pela igualdade verdadeira que desafia a diretamente a autoridade do capital, prevalente do macrocosmo abrange igualmente o microcosmo da família nuclear". Sendo assim, tanto Machel (1982), quando Mézários (2002) concordam em mudanças de valores, da necessidade de legislação menos discriminatória e a

socialização dos meios de produção são essenciais para a elevação social da mulher, mas não são suficientes para sua emancipação. É preciso ainda que exista uma mudança de postura social e que a sociedade se empenhe em não inferiorizar a mulher.

O conflito antagônico, resultante das desigualdades econômicas destas duas classes e é para Marx (1993) o ponto chave das sociedades industriais modernas, onde esses setores opostos, em seu processo de interação, buscam uma solução para as tensões resultantes de suas diferenças, ainda que exista uma manipulação de ideias com o único intuito de engrupir o povo, através da alienação política e cultural, para que este não perceba o vínculo entre o poder econômico e o poder político que irá influenciar na qualidade de vida de todos.

Para Marx (1993), o grau de desenvolvimento (justiça social) de uma sociedade é medido a partir das relações sociais que envolvem os meios de produção e as forças produtivas, levando-se em consideração a "divisão do trabalho" e a interdependência correlata a esta, através da análise crítica do que produzem e como produzem, determinando, desta maneira, o ser. O homem, na interação com a natureza e outros homens, procuram suprir suas carências, determinando o que produzir e como produzir, provocando a transformação da sociedade, na busca constante por melhores condições de vida. O papel da mulher na sociedade foi condicionado pelo modelo econômico, político e social, elementos que correspondem a certa dominação de interesses ao longo do processo histórico, condicionamento pelo qual a figura masculina se sobrepusesse à feminina, sendo que as relações de trabalho acabaram incorporando essa dicotomia entre os gêneros. Portanto, os valores, normas, relações e instituições que os homens criam no decorrer de sua vida são frutos da realidade social, na qual se tem o trabalho como matriz (DIAS, 1994).

O papel imposto pela sociedade para as mulheres deve ser revisto, e a luta pela igualdade de gêneros ainda é atual e necessária, mas nada poderia ser possível sem uma educação voltada para a libertação dos padrões de exploração, o empoderamento feminino consiste em ter noção do seu papel na sociedade. De acordo com o pensamento de Freire (2003), esse empoderamento só é possível quando a pessoa deixa de ter um pensamento ingênuo e passa a ter uma consciência crítica que gera uma auto reflexão e questionamento da relação do sujeito com o mundo onde está inserido. Dentre os movimentos que visam a luta por igualdade de direitos sociais e de educação temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, no Brasil), por exemplo, o qual é considerado hoje um dos mais expressivos movimentos sociais não só pelo número de pessoas que mobiliza, mas também pela sua estratégia política que acontece como educação (CALDART, 2000).

Um dos movimentos feministas de grande destaque no Brasil é o Movimento de Mulheres Camponesas, que reúne uma diversidade de mulheres rurais que em sua trajetória lutam pela causa feminista e pela transformação da sociedade. De acordo com Betto; Piccin (2017), as mulheres atuam na busca da igualdade de direitos e o fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora, as quais defendem também a produção de alimentos saudáveis, a construção de um projeto de agricultura ecológico, saúde de qualidade, construção de novas relações sociais e de gênero, por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e dos camponeses e pelo fim de todas as formas de violência e opressão.

Na década de 1980, surgem diversos movimentos de mulheres que reivindicavam seus direitos: as "Margaridas" e as "Mulheres da Roça" (1986), que, posteriormente, deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo criado em 1989. Em Santa Catarina, surgiu, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Outro movimento social importante e diretamente relacionado a agroecologia e a emancipação feminina é a Marcha das Margaridas. Margarida Maria Alves era trabalhadora rural e presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, quando foi cruelmente assassinada em 1983, defendendo as/os trabalhadoras/es do campo. O termo Agroecologia surgiu, explicitamente, nos documentos da Marcha das Margaridas, em 2003, mas passou a fazer parte de um dos seus eixos estruturadores apenas em 2007, junto ao debate de acesso à terra e à água (MOREIRA; THEODORO, 2020).

Os movimentos sociais formado por mulheres têm em seu arcabouço a luta pelo reconhecimento como trabalhadora e a Marcha das Margaridas possibilitou também a associação do debate de classe com os debates feministas e ambientais/ecológicos, colocando a luta das mulheres, em suas reivindicações por uma sociedade mais justa e igualitária (BUTTO, 2017). Neste contexto, a Agroecologia diz respeito à diversidade de tradições, culturas e saberes, bem como a proteção à sociobiodiversidade, ao patrimônio genético e aos bens comuns, e para tanto, se faz necessário repensar a educação do campo, a educação emancipadora para as mulheres (SHIVA, 2006).

A partir desta abordagem, pode se dizer que uma pedagogia descolonizadora ou libertadora é uma pedagogia que se propõe totalizante, e não dominante, na medida em que estabelece uma relação dialética entre o "ato de conhecer" específico ou local como sendo um processo político que tem como lugar mais conflitivo as relações capitalistas de exploração e de poder (RIBEIRO, 2010). Por esse motivo, a luta contra hegemônica das camponesas reside, entre outros, na busca pela segurança e soberania alimentar, proteção ao meio ambiente, às

florestas nativas, perpetuação das sementes crioulas, biodiversidade, agricultura familiar, reforma agrária, direitos trabalhistas e o fim da exploração, opressão, dominação e violência contra a mulher no campo.

Os movimentos sociais e outras organizações da população camponesa protagonizam a luta política em defesa de uma educação do campo e não mais para o campo. O Estado responde às reivindicações aprovando programas e projetos, entre os quais o PRONERA, Brasil Alfabetizado, Saberes da Terra e editando as Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo. Esses programas educacionais formulados para a família campesina possuem objetivos diferenciados e que podem melhorar o acesso à educação, a qualidade de vida, e consequentemente na melhoria da produção rural e na autonomia dessas famílias. Se entende que a permanência das famílias no campo necessita de política pública que possam garantir a sobrevivência dessas famílias, para isso é preciso que haja intervenções que promovam o desenvolvimento econômico no campo, a partir de programas e projetos que possam contribuir para que as famílias permaneçam no campo.

O papel da mulher do campo a partir de uma educação libertadora, descolonizadora e libertadora, garante a sua emancipação, cidadania e direito a ser o que ela quiser, oferecendo autonomia e liberdade para promover o crescimento econômico e social, sendo ela mesma a protagonista da sua história. E nesse aspecto a educação do campo é fundamentalmente importante para a garantia de seus direitos.

Todavia, ainda é comum, mesmo depois de tantos movimento e constantes lutas, o papel da mulher na agroecologia ainda não ser o esperado para todas. Para Georgin *et al.*, (2015), que estuda a participação feminina na agroecologia e nos movimentos sociais, a responsabilidade feminina na produção agrícola é significativa, porém ainda não é o suficiente para gerar mudança de hábito patriarcal. Todavia, a agroecologia proporciona às mulheres a capacitação das mulheres, possibilitando trabalho, abrindo espaços para sua visibilidade, em consequência elevou a sua autoestima e proporciona novas maneiras de gerir suas próprias vidas (GEORGIN *et al.*, 2015).

Ferreira (2017), demonstrou em seus estudos que as organizações do movimento agroecológico, em especial as organizações feministas possuem uma grande intimidade com a prática da ação coletiva e cooperação entre sujeitos sociais. As associações femininas de artesanato, de produção agrícola e de manufatura de produtos da terra, assim como as feiras agroecológicas, são elementos que têm contribuído significativamente para a independência financeira dessas mulheres.

1.1 AGRONEGÓCIO X AGRICULTURA FAMILIAR

O desenvolvimento da agricultura possibilitou o ser humano a dedicar mais tempo para outras atividades que não se limitasse a ser coletor-caçador. A relação da agricultura com a mulher é histórica, filósofos defendem que agricultura só foi possível, depois que a função da semente no desenvolvimento de novas plantas se tornou conhecida. O cultivo de sementes por mulheres deu início a maior revolução de todos os tempos (KOSS, 2000).

A agricultura proporcionou ao ser humano a possibilidade de fixar moradia em um determinado território e não mais de ser coletor/caçador. Essa possibilidade ofereceu ao homem a capacidade de desenvolver outras áreas do conhecimento e criar grandes civilizações. Com o crescimento da população, a necessidade de produzir cada vez mais alimentos, as técnicas tradicionais começaram a sofrer influência de outras áreas do conhecimento, e a introdução de novas técnicas como a mecanização das lavouras e uso de pesticidas revolucionaram a forma como a agricultura era praticada. A tecnologia não é neutra e tem um papel importante em relação ao poder associado ao interesse econômico (ANDRIOLI, 2008).

Com o aumento da população e a produção de alimentos sempre realizada de maneira tradicional como os ancestrais, surge a preocupação com a possibilidade de falta de alimentos para todos com a teoria malthusiana¹. Assim, o desenvolvimento de novas formas de produção de alimentos começa a tomar conta do mercado produtor de alimentos.

A agricultura em grande escala praticada com a monocultura tem causado impactos ambientais significativos como a erosão, compactação do solo, a salinização dos mananciais e a diminuição de animais silvestres e polinizadores são algumas das consequências da produção agrícola praticada com a monocultura e o uso de agrotóxicos, além de doenças em humanos e animais que contribuem para a degradação neurológica e mortes em pessoas ainda jovens. O modelo de produção que promove o adoecimento do meio ambiente deve ser revisto com alternativas de produção mais adequada e permanente (ANDRIOLI, 2008).

O termo agronegócio – primeiramente conhecido como *agrobusiness* –, foi desenvolvido pelos economistas norte-americanos Ray Goldberg e John Herbert Davis, no ano de 1957, em decorrência dos problemas enfrentados pela agricultura com os setores da indústria e de serviços. No Brasil foi traduzido como agronegócio, mas sua aplicação teve início apenas na década de 1990, com objetivo de contrapor a agricultura familiar desenvolvida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1996

-

¹ O argumento central da Teoria Malthusiana era que invariavelmente teria uma parcela de população pobre no futuro da humanidade. Isso porque a humanidade possuía um alto potencial de crescimento populacional, contudo, a oferta de alimentos não acompanhava essa perspectiva.

(PIRES *et al*, 2013). O agronegócio ganhou ênfase a partir da década de 1990, mas o modo de produção agrícola baseado no uso de tecnologias e agroquímicos teve início na década de 1960, com o governo militar que sob a alcunha de crescimento e desenvolvimento o agronegócio emerge com uma imagem positiva de produção de riqueza para o Brasil, sendo o.

[...] novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Constituindo numa construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista, predadora, expropriatória e excludente da agricultura capitalista, dando relevância ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias [...] (CANUTO, 2004, p 2-3).

Para o desenvolvimento da agricultura e agropecuária expansionista acontecer, passou a ser necessário o uso de agroquímicos com fertilizantes, pesticidas e inseticidas. Estes por sua vez é uma tecnologia desenvolvida durante a primeira guerra mundial (1914-1918), neste período, a tecnologia foi utilizada para o desenvolvimento de alguns inseticidas para o combate na guerra como arma química, o primeiro veneno produzido com um composto orgânico dicloro-difenil-tricloroetano (DDT) é um organoclorado de grande poder inseticida, tornou-se o mais utilizado dos novos agrotóxicos, antes mesmo que seus efeitos ambientais tivessem sido estudados. Já na segunda guerra mundial (1939-1945), os venenos passaram a ser usados como armas mais poderosas para destruir lavouras e matar seres humanos em campos de concentração. Depois do término da segunda guerra, esses venenos foram adaptados e passaram a ser usados nas lavouras como pesticidas (OLIVEIRA, 2016). O livro Primavera Silenciosa (Silent Spring), foi publicado nos EUA por Rachel Carson em 1962, a obra apresenta os efeitos adversos dos pesticidas e inseticidas no meio ambiente e as consequências na saúde humana, mas a mensagem da degradação ambiental era dirigida especialmente para o uso indiscriminado do DDT, esse foi proibido em vários países do mundo na mesma década, sendo que no Brasil foi usado por mais tempo que o resto do mundo (COSTA, 2014).

Na guerra do Vietnã, que é considerada a primeira guerra de alta intensidade de uso de armas químicas, o agente laranja (ácido diclorofenoxiacético - 2,4-D e ácido 2,4,5-triclorofenoxiacético - 2,4,5-T), conhecido por provocar o desfolhamento de plantas e matar todos os tipos de alimentos produzidos com forma de combate ao inimigo por meio da fome, por ser um poderoso herbicida ficou conhecido no mundo todo (PIROTTO, 2017). Os pesticidas e inseticidas passaram a ser utilizados na produção agrícola com forma de aumentar a produtividade e elevar a eficiência econômica na agricultura comercial. Entre 2001 e 2008 a venda de produtos agrotóxicos deu um salto de 2 milhões para U \$7 bilhões e o Brasil se tornou o maior consumidor mundial. Segundo a Lei nº 7.802/89, Artigo 2, Inciso I, agrotóxicos são:

[...] produtos e os componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso no setor de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas e também em ambientes urbano, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores do crescimento (BRASIL, 1989).

É cabível lembrar que o uso dessas substâncias para o crescimento da produção de alimentos, não justifica o adoecimento da população em geral. Alguns agrotóxicos possuem elevada toxicidade neurológica, e podem causar danos permanentes à criança quando expostas a esses químicos durante o período pré-natal e na infância, quando o desenvolvimento neurológico é acentuado, o DDT está diretamente associado ao desenvolvimento de câncer de figado, no trato respiratório e linfomas. Todavia, o incentivo governamental para o uso de agrotóxicos acontece em diversas frentes, como na isenção de impostos, menor fiscalização e liberação de novas substâncias - 474 apenas em 2019 - inclusive proibidas em outros países (FERREIRA *et al.*, 2017).

Atualmente, cerca de 90 compostos estão proibidos no país, alguns deles são: DDT, aldrin, BHC, butachlor, bromofos etílicos, butilato, 2,4DB, carbofenotiona, clorobenzilato, dicrotofos, carbutilato, endrin, fosfamidona, EPTC, metaxicloro, maneb, pebulato, pentaclorofenol, IBP, zineb e tiocarbazil. Já outros tiveram restrição de uso: carbendazim, folpete, captano, clorpirifos e metamidofos, de acordo com dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (2018):

A ANVISA advertiu a eliminação das seguintes substâncias:

- > Acefato: usado nas culturas de amendoim, algodão, feijão, melão, rosa, couve etc;
- > Metamidofos: usado nas culturas de trigo, algodão, soja, batata, feijão etc;
- Endosulfan: utilizado em culturas de café, algodão, cacau e soja;
- ➤ **Triclorfome**: para as culturas de abóbora, abacaxi, ameixa, caju, café, cenoura, milho, ervilha, pepino, tomate, pimentão, uva etc;
- ➤ Fosmete: aplicado nas culturas de citros, maçã e pêssego, o mesmo tem indicação de permanência, mas, com rigorosas restrições de uso.

A agricultura e pecuária do agronegócio é um sistema de produção que contribui com a diminuição do emprego com a mecanização, provoca o êxodo rural que consequentemente implica em outros problemas nos grandes centros urbanos como déficit de moradia e vulnerabilidade social, enquanto que as grandes empresas lucram e acumulam capital com a venda de fertilizantes e agrotóxicos. Atualmente são 13 as empresas que fabricam esses produtos no Brasil que é o maior consumidor do mundo. No quadro 1, é possível observar as empresas que concentram a maior produtividade e venda desses produtos, a Monsanto não é apresentada por não ser uma empresa de Sociedade Anônima como as apresentadas aqui.

Quadro 3 - Principais empresa que produzem agrotóxicos no Brasil

Nome	Sede	Capital	Receitas líquidas em milhões de R\$
1. MONSTANTO	SP	EUA	12 Bilhões Aproximado
2. SYNGENTA	SP	Suíça/Holanda	3,18 bi
3. BAYER	SP	Alemã	2,085
4. BASF	SP	Alemã	1,558
5. MILENIA	PR	Holanda	667 milhões
6. NUFRAM	CE	Brasil/Austrália	548 milhões
7. IHARABRAS	SP	Brasil/Japão	498 milhões
8. NORTOX	PR	Brasil	316 milhões
9. CAMDA	SP	Brasil	302 milhões
10. SIPCAM	MG	Brasil	194 milhões
11. SCS ser. Químicos	SP	Brasil	141 milhões
12. BUSCHLER & LEPPER	SC	Brasil	136 milhões
13. SUMIMOTO	SP	Japão	70 milhões
			l .

Fonte: Caderno de formação nº 56. 2022.

No ano de 2018, a Bayer comprou a Monsanto por US\$ 63 bilhões, a Bayer herdou e se tornou a maior produtora de agroquímicos do mundo. No Brasil, as empresas financiadoras do agronegócio são de grandes fundos financeiros que representam fortunas individuais e até mesmo empresas internacionais. De acordo com os dados divulgados no Caderno de formação nº 56 (2022), são 20 empresas que comandam a cadeia produtiva são elas:

- 1. Cargill (Óleos, Farinhas e Conservas EUA,
- 2. JBS (Carnes Brasil),
- 3. Marfrig (Carnes Brasil)
- 4. ADM (Algodão e Grãos EUA)
- 5. Bunge (Óleos, Farinhas e Conservas Holanda)
- 6. BRF (Aves e Suínos Brasil)
- 7. Coopersucar (Etanol e Açúcar Brasil)
- 8. Cofco International Brasil (Algodão e Grãos China)
- 9. Louis Dreyfus (Óleos, Farinhas e Conservas França)
- 10. Amaggi (Algodão e Grãos Brasil)
- 11. Minerva Foods (Carne bovina Brasil)
- 12. Yara (Fertilizantes- Noruega)
- 13. Mosaic (Agrotóxicos e Fertilizantes EUA)
- 14. Nestlé (Água, Leite e Derivados Suíça)
- 15. Coamo (Grãos Brasil)
- 16. Basf (Agrotóxicos Alemanha)
- 17. Tereos International (Açúcar e Etanol França),
- 18. Fertipar (Fertilizantes Brasil),
- 19. Aurora (Aves e Suínos Brasil),
- 20. Syngenta (Agrotóxicos e Sementes China).

Com os dados mencionados é importante lembrar que a estrutura fundiária no Brasil é a mesma desde a sua formação territorial. A concentração de terras nas mãos de poucos ainda é um problema. Levando em consideração que 75% da alimentação da população é proveniente da agricultura familiar, esses dados se tornam ainda mais preocupantes, uma vez que alguns dos impactos ambientais são irreversíveis para o planeta. Os dados da OXFAM (2018), apontam que o patrimônio somado dos bilionários brasileiros chegou a R \$549 bilhões em 2017, num crescimento de 13% em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, os 50% mais pobres do país viram sua fatia da riqueza nacional ser reduzida ainda mais, de 2,7% a 2%. (...) O Brasil tem hoje 5 bilionários com patrimônio equivalente ao da metade mais pobre da população. Outros dados relevantes são apresentados no Caderno de formação nº 56 (2022, p. 68):

- Sementes: 4 empresas controlam 67% da produção mundial;
- Agroquímicos (Syngenta, Bayer, Basf e Dow Chemical): controlam 70%;
- Fertilizantes: 5 empresas controlam 18% da produção mundial;
- Máquinas agrícolas: 5 empresas controlam 41% da produção mundial;

- Commodities de grãos: 5 empresas (Adm, Dreyfuss, Cofco, Cargill e Bungue) controlam 90% da produção mundial;
- Processamento de alimentos: 10 empresas, controlam 38% das agroindústrias em todo mundo;
- Mercado varejista: 10 empresas controlam 99 % do comércio.

O grande desempenho do agronegócio não implica em garantia de alimentos para a população, a insegurança alimentar tem se mostrado presente na vida de muitos brasileiros. Em 2021, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional (REDE PENSAM), realizou uma pesquisa no contexto da pandemia da Covid – 19 no Brasil. Os dados apontam que do total de 211,7 milhões de brasileiros (as), 116,8 milhões conviviam com algum tipo de insegurança alimentar e, destes 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente, sendo que 19 milhões enfrentavam a fome diariamente (REDE PENSAM, 2021, p. 35).

As empresas acima citadas e o modo de produção baseado no uso de substâncias agrotóxicas têm promovido o aumento da fome, da insegurança alimentar e ainda, a degradação ambiental, o adoecimento da população consumidora dos alimentos, a eliminação da fauna e da flora, diminuição da biodiversidade ambiental e desequilíbrio do ciclo biológico de diversos ecossistemas. A alternativa mais adequada é a utilização de práticas agrícolas sustentáveis e permanentes com a agroecologia e o fomento da agricultura familiar.

As agrotóxicos são produtos classificados de acordo com a toxicidade: classe I extremamente tóxica (faixa vermelha, classe II, altamente tóxica (faixa amarela, os de classe III, medianamente tóxica (faixa azul) e os de classe VI pouco tóxica (faixa verde) que são indicados nos rótulos das embalagens. Por se tratar de um produto tóxico há a necessidade de um receituário agronômico. Mesmo assim, é preocupante a falta de informações dos agricultores em relação ao uso desses produtos.

Pesquisas realizadas por Bohner *et al.*, (2013), apontam que somente 23,3% dos trabalhadores rurais costumam ler o receituário agronômico, apenas 36,7% compreendem as tajas e 60% revelaram não sinalizar o armazenamento dos agrotóxicos adequadamente. Outro dado preocupante é que a fiscalização no Brasil ainda é precária e que 70% dos participantes do estudo afirmaram não saber distinguir entre um agrotóxico contrabandeado e um agrotóxico legal.

1.1.1 Agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental

O termo agricultura familiar passou a ser utilizado no Brasil a partir da década de 1990 a partir da criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF. Antes disso, era

apenas conhecido com um novo nome para "pequeno produtor", "unidades de subsistência" ou "agricultor de baixa renda". Todavia, a expressão passou a ser utilizada por diversas correntes e passou a ser compreendida como um conceito, um valor, um modo de vida e até mesmo um bloco econômico (ABRAMOVAY, 1998).

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. [...] Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade (MARX, 1978, p. 114-115).

A agricultura familiar é uma importante fonte de emprego e renda e também responsável por mais 70% dos alimentos que chegam à mesa do consumidor. Dados do IBGE (2017) apontam que 84% dos estabelecimentos agropecuários são considerados agricultura familiar, o que corresponde a 3,9 milhões de propriedades de agricultura familiar, e compreende 24% da área dos estabelecimentos rurais no Brasil. Isso significa que R \$107 bilhões é o valor da produção agrícola familiar. De acordo com a Lei nº 11.326 (2006):

(...) considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: (I) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; (II) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família (...); (III) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento.

O que se observa com a denominação e agricultura familiar, é que os agricultores passaram a ser denominados como empreendedor de uma mão de obra exclusivamente familiar, portanto, não pode haver demissão como acontece com a produção agrícola do agronegócio. A produção também envolve saberes de outras gerações e produção com mecanização limitada ou sem nenhuma. Nestes sistemas de organização familiar, "a ecologia não representa somente a base de sua estrutura de produção, mas uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e fundamento de reprodução social da família" (CANUTO; SILVEIRA; MARQUES, 1994, p.61). É o tipo de produção que causa menos impacto ambiental e promove mais qualidade de vida e segurança alimentar.

É um modelo de agricultura limpa, economicamente sustentável, socialmente responsável e economicamente viável. A agroecologia tem fundamentos sociais, biológicos e das ciências naturais com enfoque na valorização da cultura popular. Por isso, esse modelo de

produção necessita de investimentos em educação (SILVA; MIRANDA, 2015). Sob a ótica de Altieri (2004, p. 31), "a agroecologia ultrapassa a visão unidimensional de agroecossitemas." Tornando-se assim, uma forma de viver em comunhão com o ambiente, com respeito à terra que sustenta e alimenta, é uma prática que envolve saberes ancestrais, valores culturais, que promove uma visão mais ampla de toda cadeia ecológica, cultural, social e filosófica.

Para Abramovay (1992, p. 130), "a agricultura familiar e o agronegócio são membros de uma mesma ordem: a agricultura capitalista contemporânea". Sendo assim é a transformação que aconteceu na sociedade capitalista, onde o que antes era considerado modo de vida se converteu em uma forma de trabalho. Para se ter uma produção de agroecossistemas sustentáveis, a agroecologia fortalece o sistema de produção com métodos e utilização de práticas da agricultura tradicional e conhecimentos modernos associados ao conhecimento do camponês garantindo maior sustentabilidade ambiental e abrindo novas possibilidades de produção (DUARTE, 2009).

Ao contrário do agronegócio, a agricultura familiar não tem sua produção baseada na monocultura, mas na diversidade de plantas. O saber agroecológico envolve o saber dos sujeitos de campo. Para Altieri: "uma área semeada com cultivos múltiplos frequentemente produz mais do que uma área equivalente cultivada em parcelas monoculturais distintas" (ALTIERI, 2004, p.68). O modelo de produção do agronegócio tem causado impactos ambientais negativos e causando uma série crise socioambiental nunca antes vista na história humana. A agricultura familiar, por outro lado, tem a capacidade de produzir alimentos mais saudáveis, mais baratos, preservando a qualidade do solo e dos ecossistemas devido à diversidade de plantas utilizadas, otimizando insumos e preservando a cultura da família, além de manutenção do sujeito do campo no campo. E tem se mostrado uma importante fonte de emprego e renda no Brasil. Todavia, é notório a falta de incentivos fiscais, políticas públicas que favoreçam o seu desenvolvimento e assistência técnica adequada.

O termo sustentabilidade, é hoje amplamente utilizado em diversos setores da sociedade. Seu significado implica em ter como um sistema se manter sozinho, ou seja, sustentável. Já o termo sustentabilidade ambiental foi utilizado na Conferência Mundial de Meio Ambiente, que ocorreu no ano de 1972, em Estocolmo, e passou desde então a ser mais expressivo nas reuniões que tratam do meio ambiente. Este termo implica em afirmar que o desenvolvimento deve satisfazer as necessidades da população atual, mas sem comprometer as gerações futuras (FIORILLO, 2013).

Sendo assim, se compreende que a sustentabilidade é um termo que envolve diversos setores da sociedade, um conjunto de processos e ações que devem promover o não

comprometimento das gerações futuras, e que possibilite a existência das espécies, sem promover a degradação do sistema. Para Boff (2012), o termo sustentabilidade significa:

[...] o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação dos seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões (BOFF, 2012, p. 14).

É evidente que o mundo atual em sua forma de produção, tem usado os recursos naturais de maneira a não se comprometer com as gerações futuras, fato que tem preocupado todos os segmentos da sociedade que buscam a sobrevivência de seus negócios. E que perceberam a necessidade da mudança e da sua urgência. Sendo assim, a agricultura familiar preserva todas as características de uma prática sustentável, uma vez que, mantém a família no campo, produz sem degradação significativa do solo, otimiza o uso da água, minimiza os insumos e sobretudo, atende as necessidades dos sujeitos do campo.

1.2 AGROECOLOGIA E A EMANCIPAÇÃO HUMANA

O modelo de produção agrícola praticado no Brasil logo depois da II Guerra Mundial baseado na revolução verde que contribuiu com a mecanização da agricultura e a monocultura comercial. Esse modelo emprega insumos e técnicas de produção voltado para intensificação da produtividade com o uso de agrotóxicos e a modificação da mão de obra das famílias do campo. Para Caporal (2008), esse modelo de produção contribuiu para a maior crise socioambiental que acontece na história da humanidade. A revolução verde tão difundida como forma de dinamizar a produtividade causou impactos ambientais significativos com: a contaminação do lençol freático, aumento da erosão dos solos, contaminação de mananciais aquáticos, destruição de diversos biomas e, sobretudo contaminação de alimentos e toda a cadeia alimentar.

Contrariamente a esse modo de produção agressivo e degradante do meio ambiente, a agroecologia surge com uma nova percepção de mundo tendo a terra como organismo vivo e necessário para a sobrevivência de todos. Segundo Guzmán (2015), a agroecologia é uma construção popular, que tem seu cerne entre os indígenas e técnicos de áreas distintas como ecologistas, agrônomos, sociólogos e antropólogos, entre muitos outros profissionais que têm a ecopedagogia como forma de educar para a sustentabilidade com ações de produção agroecológica.

A agroecologia é mais que uma ciência, é um movimento social que reúne uma visão holística e um enfoque sistêmico. Não se enquadra em um único foco na produção agrícola, não é apenas uma forma de produção sem agressão ao meio ambiente, mas é, sobretudo, uma proposta de rompimento com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural que tem como base a monocultura, o latifúndio e o agronegócio que é a base do sistema capitalista de produção e que tem gerado forte exclusão social. O papel da mulher na agroecologia parte do cuidado com o meio ambiente, as relações de afeto com o meio e a necessidade de enfrentamento das necessidades sociais e políticas da sociedade capitalista (BALEM; SILVEIRA, 2002).

No Brasil, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) têm utilizado a definição de agroecologia como referência e orientado as articulações nos trabalhos desenvolvidos com os diversos movimentos sociais do campo, como o movimento sindical rural.

Durante muito tempo o homem tem buscado sua forma de sobreviver a partir do uso racional do solo e da agricultura. Todavia, o capitalismo tem explorado a terra de maneira a destruir os ecossistemas. Neste contexto, a agroecologia surge como forma de produção de alimentos de maneira sustentável, assim como a recuperação das relações sociais, na distribuição de renda e atuando no reverso da artificialização dos espaços e urbanização territorial (BALEM; SILVEIRA, 2002). Entre os princípios da agroecologia está a busca pela diversidade de espécies, de culturas de saberes e sua interação, e é justamente nessa busca que, a agroecologia atua também como um modelo de vida para uma preservação de todos os elementos que a envolvem.

Nessa perspectiva, em 20 de agosto de 2012, foi constituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). A criação desta Política se deu pela reivindicação de mulheres dos movimentos sociais do campo, principalmente as da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), na Marcha das Margaridas em 2011, quando a presidente Dilma assumiu publicamente o compromisso de construí-la, (CARNEIRO, 2015). A PNAPO foi criada em 2012 e hoje já é bem estruturada com objetivos claros:

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) tem por objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando melhoria de qualidade de vida à população por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

É importante salientar que a agroecologia não implica basicamente em agricultura orgânica ou permacultura, pois essas duas últimas modalidades de produção de alimentos não

permitem o uso de agrotóxicos, assim como de hormônios ou até mesmo adubo industrial. É uma prática que tem o mínimo de interferência no meio ambiente, e causa o mínimo de impacto ambiental. E para tanto deve estar consideravelmente distante de áreas que fazem uso de agroquímicos, independentemente de sua classificação. Sendo assim, a agroecologia é uma forma de produção de alimentos que visa a valorização dos saberes da terra dos ancestrais, modo de produção cultural, mas que não se pode negar que para essa produção sustentável se pode fazer uso de adubos para corrigir problemas nutricionais do solo. Enquanto que na produção orgânica não é permitido (CARVALHO, 2004).

De acordo Moreira (2003), o termo agroecologia tem sido constantemente associado a determinadas práticas agrícolas relacionadas a modelos tecnológicos que tem em sua concepção a disseminação da diminuição de impactos negativos no meio ambiente. Todavia, nos movimentos sociais vinculados à via campesina, a agroecologia representa uma estratégia de construção de agricultores voltados para a preservação da vida de maneira livre e integrada à sociedade. O lucro não é a finalidade, mas sim a emancipação humana.

A agroecologia assume a perspectiva de partilhar novas condições e relações socioeconômicas promovendo a resistência, sobrevivência e enfrentamento do agronegócio, é também uma luta política que fomenta a vida dos sujeitos do campo demonstrando que é possível conviver com a natureza de outras maneiras e todas as ações que integram "os processos formativos e de organização política são partes de uma mesma lógica, a da luta popular, cujos sujeitos históricos são os trabalhadores" (ARL, 2008, p. 166). O termo agroecologia integra múltiplos significados seja na política, na educação, no modelo de sociedade, no meio acadêmico e nas práticas agroecológicas de modo a ser incorporados em programas educacionais.

1.2.1 Emancipação humana

O ideal de sociedade emancipada, livre da crença religiosa e da ignorância está presente no Iluminismo. Para Kant (2009), o sujeito, fazendo uso da racionalidade, pode construir o conhecimento científico e superar a menoridade e dominar toda a realidade. O projeto de sociedade moderna que tem como base o sujeito autônomo e na independência do Estado, não representou a emancipação humana, mas apenas a emancipação política. Marx (2006) fez essa crítica a sociedade burguesa, demonstrando que o Estado está emancipado politicamente, mas o indivíduo é determinado, uma vez que os direitos humanos fundamentais como: igualdade, liberdade e prosperidade, são garantias para o individualismo e não para a

emancipação humana. A liberdade é "fazer um uso público da sua razão em todos os elementos" (KANT, 2009, p. 11).

No texto A Questão Judaica, Marx (2006) trata dos direitos humanos e da possibilidade de emancipação humana do cidadão no Estado burguês. Neste livro, Marx debate sobre a reivindicação dos judeus de exercerem sua religião com liberdade, mas ter essa liberdade, não implica em ter cidadania, para que esses judeus possam ter sua emancipação, necessitam abdicar da religião. Assim Marx direciona sua crítica tanto para o Estado quanto para a religião.

A emancipação política da religião não é a emancipação integral, sem contradições, da religião, porque a emancipação política não constitui a forma plena, livre de contradições, da emancipação humana. (...) Dessa maneira, o Estado pode ter-se emancipado da religião, embora a imensa maioria continue a ser religiosa. E a imensa maioria não deixa de ser religiosa pelo fato de o ser na sua intimidade (MARX, 2006, p. 20).

Quando se faz a crítica ao debate da emancipação dos judeus, Marx também amplia a necessidade de debater a emancipação humana, pois em um Estado-ideológico não há emancipação política, sendo que em um Estado separado da religião, há uma emancipação política.

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, o cidadão, a pessoa moral. Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propes) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, 2006, p. 37).

Marx conclui ainda que o Estado é livre, emancipado, mas o homem é determinado. A emancipação política do homem não é direta, mas mediada pelo Estado. Para Kant (2009), a emancipação está focada no sujeito racional e autônomo que possa deliberar sua vontade a partir de princípios racionais. Para Marx (2006), o foco é na estrutura social pós Revolução Francesa que não conduz a emancipação humana. Pensar na educação voltada para a emancipação humana implica pensar a educação de maneira crítica e racional. Na questão da emancipação, Kant aborda o aspecto moral, como saída do indivíduo da menoridade através de sua autodeterminação racional. Já Marx, foca no elemento político da emancipação humana, tratando da contradição que existe entre Estado moderno e sociedade civil.

Diferentemente de Kant e Marx, Freire em seu livro Pedagogia do Oprimido, a emancipação deixa de ser somente uma proposta filosófica, social ou crítica, passando a ter fundamentos para uma tarefa educacional, direcionada especificamente para a práxis pedagógica. Para Kant, é preciso pensar racionalmente, para Freire é preciso *pensar certo*, ou

seja, pensar com ética. Para Freire, os saberes construídos na experiência podem romper com a estrutura social opressora e construir uma sociedade emancipada.

A relação que há em Freire entre autonomia e libertação já ocorria no iluminismo, no entanto, o educador brasileiro propõe a libertação em relação às opressões da realidade social injusta causada pelo sistema capitalista, já os iluministas propunham a libertação em relação às opressões causadas pela tradição, pela religião e pelo Antigo Regime. Tanto para os iluministas quanto para Freire, cabe à educação formar um sujeito crítico, que enquanto tal seja capaz de se libertar, se emancipar da condição de menoridade. Nesse sentido Paulo Freire é herdeiro do iluminismo (ZATTI, 2007, p. 64).

Para Zatti (2007), a emancipação defendida por Freire depende de uma teoria da ação, que é a ação dialógica é uma alternativa não somente para a educação, mas para toda a sociedade.

1.2.2 Educação do campo e a emancipação feminina

A mulher ao longo da história humana foi delegada a ser coadjuvante na sociedade, sem direito ao voto, ao estudo e ao trabalho. O movimento feminista surge como proposta de rever essa ideia e mudar o papel da mulher de maneira libertadora. Para tanto, o processo passa por uma educação transformadora. Uma educação para emancipação implica numa importante opção: uma opção pedagógica com e para as classes empurradas às margens ou excluídas (FREIRE, 2000). Na perspectiva marxista, a emancipação feminina está intimamente relacionada com a emancipação humana, não se pode ter a mulher em isolamento em relação a sociedade em geral, uma vez que a mulher desenvolve e consolida determinados parâmetros sociais e econômicos.

Mészáros (2002, p. 271) defende que "a demanda pela igualdade verdadeira que desafía diretamente a autoridade do capital, prevalecente no 'macrocosmo' abrangente da sociedade e igualmente no 'microcosmo' da família nuclear". Não se pode recusar à análise materialista histórica da dialética para a compreensão dos diferentes tipos de opressão das mulheres ao longo da história, pois essa recusa pode levar a dois erros que segundo Waters (1979, p. 124-125) são eles:

O primeiro é negar ou subestimar a existência da opressão da mulher ao largo de toda a história da sociedade de classes, limitando-a à exploração da classe trabalhadora. O segundo seria negar que a luta das mulheres é um aspecto da luta de classes. As mulheres compõem a classe trabalhadora e são diferenciadamente exploradas. A classe não é homogênea. Defender a unidade de classe é fundamental, sem negar a sua heterogeneidade, tampouco sem fragmentá-la na ênfase das diferenças identitárias.

O marxismo tem como base a aspiração da construção de um sistema de relações humanas igualitárias com liberdade para todos os sujeitos sociais o que é fundamental para o enfrentamento das desigualdades e que todos os tipos de opressão e exploração sejam apenas marcas passadas que sirvam como referências para não serem reproduzidas. Beauvoir (1991) diz que o que seria sinônimo de emancipação feminina, apresenta crescentemente uma segunda e contraditória determinação: aprisionar duplamente as mulheres. Essa afirmação parte da premissa de que a mulher ainda tem uma dupla jornada de trabalho, o que acaba sendo um novo tipo de escravidão, outro ponto importante é que mesmo desenvolvendo as mesmas atividades do trabalho que o homem e com as mesmas competências e habilidades para o trabalho, a mulher ainda recebe uma remuneração menor. E isso é uma prática sexista de dominação histórica.

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de suas atividades produtivas as bases para a segurança alimentar. (PACHECO, 2002, p. 20).

As mulheres do campo quando mesmo tendo seus saberes e seu trabalho envolvendo diversos setores da produção ainda são vítimas de diversos tipos de violência e dependência econômica. Por isso, a educação do campo deve ser libertadora, valorizar os saberes e promover a autonomia das mulheres. A independência econômica pode contribuir não somente para liberdade de tomarem suas próprias decisões, mas também é importante para que elas possam se libertar dos bloqueios e medos. Para Brutto *et al.*, (2014) a autonomia econômica se sobressai sobre a autonomia financeira, uma vez que engloba outros âmbitos sociais, como o acesso aos bens comuns, ao crédito, à previdência e aos serviços públicos, por exemplo.

É notório lembrar que o conceito de autonomia tem sido construído por influência de particularidades, sociais, econômicas e políticas Para Martins (2002), a palavra autonomia está diretamente associada à independência, liberdade e autossuficiência. A Educação do campo com sua inclusão de sujeitos deve ser promotora dessa autonomia, dessa liberdade econômica, política e social para as mulheres do campo.

As mudanças políticas para essa educação transformadora e democrática foram importantes para a promoção da emancipação feminina, preparando as mulheres para a autonomia financeira e formação humana, elevando a educação também para mudanças sociais.

As mudanças políticas e as reivindicações por uma educação mais democrática suscitaram o debate sobre Educação Integrada, mais especificamente o Ensino Médio Integrado que, ao tentar unir conhecimentos propedêuticos e gerais em uma mesma

formação, tendo o trabalho como fator de unidade, pode ser compreendido como uma tentativa de responder a essa lacuna da formação humanista, aumentando a sua abrangência e não restringindo seu público a uma seleção por critérios sociais (MARQUES, 2018, P. 58).

Não se pode falar em emancipação, e autonomia feminina sem formação humana, libertadora e que possa favorecer ao protagonismo das mulheres em sua trajetória de vida, a educação do campo tem a capacidade de transformar a realidade de sujeitos do campo com instruções, liberdade econômica e capacitação profissional para que se possa viver do campo e no campo. A agroecologia estuda os agroecossistemas e sua totalidade integrando conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular e tradicional, o que permite a compreensão das complexas relações existentes nos sistemas agroalimentares contemporâneos e disponibiliza os princípios ecológicos, sociais e políticos fundamentais para o desenho de novas estratégias para o campo (CAPORAL et al, 2006).

CAPÍTULO II

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação está garantida na Constituição federal de 1988 como direito fundamental. Ao pesquisar a elaboração das políticas educacionais do campo é impossível deixar de lado o papel do Estado, devido ao fato de este ser tanto uma sociedade civil, quanto uma sociedade política, porque não aborda somente as questões governamentais, mas sim as questões civis, em especial a sociedade privada (GRAMSCI, 1971). Sendo assim, a educação camponesa se diferencia também nas expressões de caráter político, social e econômico, trazendo em sua história marcos e lutas populares por uma educação contra hegemônica e garanta os interesses da classe trabalhadora rural.

A educação do campo surge como uma proposta não apenas educacional, mas de resistência, que valoriza a identidade do sujeito do campo na escola, que seus ensinamentos estejam adequados à realidade e necessidades dos alunos do campo, que o calendário escolar esteja de acordo com o ciclo agrícola, entre outras características.

Conforme o conceito de Caldart (2012, p. 257):

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. É nessa conjuntura de formação humana, que refletimos sobre os Direitos a uma formação que garanta a permanência das famílias que vivem no campo.

A educação para os povos do campo ao longo da história foi marginalizada, reafirmando que o camponês é um sujeito atrasado, que majoritariamente por exercer um trabalho braçal não necessitaria de educação, afinal esta também vem acompanhada ao controle da elite, visto que quanto menos conhecimentos esses sujeitos do campo souberem, mais fácil será sua exploração. Assim como afirma Arroyo *et al*, (2011), as políticas públicas educacionais ficam sem importância durante muito tempo no Brasil. Para esses autores, o movimento por uma Educação do Campo, nascido na década de 1990 tem como objetivo denunciar esse silenciamento e esquecimento, tanto por órgãos governamentais como por pesquisadores das questões sociais e educacionais. A educação do campo não pode e não deve ser vista apenas como uma educação meramente escolar.

Fazer essa redução é extremamente grave porque tira a dimensão do conflito, da luta de classes, reduzindo-a aos processos de ensino aprendizagem que ocorrem no ambiente escolar. Estes processos são importantes e é necessário incidir sobre eles, pois ao fazer isso, também incidimos sobre como vai se constituindo a leitura de mundo dos educandos - apesar de ser muito mais que isso o desafio e a tarefa da Educação do Campo (MOLINA, 2015, p.382).

A Educação do Campo procura construir um terreno sólido, a partir de um projeto político pedagógico construído pelos próprios sujeitos. Nesse âmbito, a escola almeja, além de formar alunos, uma educação que contribua com a vida do aluno no meio em que se insere fora do espaço escolar.

O Brasil até a década de 1930 era um país completamente de economia agroexportadora, até que teve início o processo de industrialização, mas havia a necessidade de mão de obra para o trabalho. Na década de 1950, o então presidente Juscelino Kubitschek com seu slogan "50 anos em 5" modernizou o Brasil e promoveu incentivos para a monocultura, foi nesse período que surgiu o agronegócio com a mecanização da agricultura e o uso de agroquímicos, desqualificando a pequena propriedade rural e promovendo a migração do campo para a cidade.

Na década de 1960, os movimentos rurais lutam para a manutenção do homem do campo no campo. Mas os índices de analfabetismo eram muito altos. A LEI Nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL que tinha a finalidade de alfabetizar todos e erradicar o analfabetismo no país. Com a Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, cria-se o EduRural, pois o analfabetismo ainda não fora erradicado. Em 1991 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR em seu Art 1º com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais.

Em 2010, por meio do Decreto nº 7.352, a educação do campo é reconhecida como uma política pública no qual reconhece a população do campo: agricultores familiares, extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 201).

Como resultado de um movimento nacional, surgiu em 1988, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), buscando suprir a demanda educacional do campo. O PRONERA foi além de sua demanda inicial, ofertando desde a alfabetização até a pós-graduação incluindo cursos técnicos de nível médio. Voltado para acampadas/os e

assentadas/os em áreas de Reforma Agrária, a sua metodologia se construiu através da pedagogia da alternância, que respeita às necessidades camponesas de intervalos entre o plantio e a colheita.

O PRONERA é oriundo deste Movimento Nacional por Educação do Campo, formado por representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Universidade de Brasília (UNB) (Camacho, 2014). Nasce para combater o descaso do Estado, exigindo dos órgãos governamentais políticas públicas e financiamento de pesquisas relacionadas às questões educacionais no campo.

A proposta de Educação do Campo, conforme Ghedin (2012), veio sendo definida por parte dos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este, desde 1984, vem se preocupando em como e o que fazer com as crianças assentadas para garantir-lhes a educação adequada à realidade nos assentamentos. Para Ghedin (2012), a Educação do Campo foi inspirada a partir de um pensamento educacional socialista, que colidiu com os ideais do regime militar em 1964, sendo retomada com os movimentos sociais na década de 1990, período em que várias ações educativas foram desenvolvidas em prol da população do campo. A proposta da pedagogia da alternância utilizada nos cursos do PRONERA, regulamentada pelo Parecer CNE/CP nº 22/2020, aprovado em 8 de dezembro de 2020 – é um processo de aprendizagem que possibilita os alunos vivenciarem momentos na escola, na comunidade e na família. A aquisição do conhecimento se dá de forma construtiva e participativa, envolvendo vários atores: alunos, pais e monitores/professores (QUEIROZ *et al*, 2006, p. 60).

Enquanto método, a pedagogia da alternância articula, em tese, teoria e prática, "na medida em que se alteram situações de aprendizagem escolar com situações de trabalho produtivo, exige uma formação específica dos professores que as licenciaturas de um modo geral não oferecem" (RIBEIRO, 2010, p. 292). Destaca-se, portanto, que a característica fundante desse método é o trabalho como princípio educativo de uma formação humana integral, que articula dialeticamente o trabalho produtivo ao ensino formal.

Nesse sentido, a pedagogia da alternância vem sendo apropriada pelos diferentes movimentos sociais populares vinculados ou não à luta pela terra, e também por diversas organizações sindicais de trabalhadores, explicitando "as divergências relacionadas aos projetos sociais que sustentam as experiências pedagógicas enfocadas" (RIBEIRO, 2010, p. 329).

A educação é uma das principais vias de luta promovidas pelos movimentos sociais no campo, que se orienta a partir de concepções político-pedagógicas com a finalidade de dinamizar as relações dos sujeitos para a formação de condições da vida social. Nesse sentido, o movimento camponês exerce função fundamental na educação, mesmo naquela concebida como informal, através de seus saberes e vivências que expressam o exercício da liberdade e autonomia. Sendo assim, a pedagogia da alternância é uma das formas mais eficientes de fazer com que os alunos do ensino médio tenham uma vivência prática das teorias que são apresentadas em sala de aula. A educação do campo deve ser direcionada, realizada e pensada para as famílias rurais, levando em consideração sua capacidade de trabalho, metas e relacionamentos interpessoais, voltados para a igualdade de gêneros e a construção da cidadania.

Essa forma de produção de conhecimento implica na criação de um tema gerador que passa a ser o objeto de estudo. Para Freire (2005, p. 114), "o Tema Gerador não pode se encontrar nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separados dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homens-mundo". Sendo assim, a educação do campo deve ser uma forma de manutenção das famílias campesinas se manterem no campo com dignidade, produtividade e, sobretudo, qualidade de vida.

As políticas públicas de educação do campo instituídas foram: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, PRONACAMPO o Projovem Campo – Saberes da Terra por intermédio da percepção de que existem diferentes momentos no decorrer do processo de edificação de uma política pública específica. O PRONERA constitui um Programa do Governo Federal administrado pelo INCRA, autarquia vinculada ao Governo Federal. Em termos de macro objetivos, o supracitado programa visa: a) oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), abrangendo todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento; b) melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA; c) promover melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos (CARVALHO, 2019).

O decreto Nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, institui o PRONERA como política pública de educação do campo, em seu manual de operações que foi criado no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que tem a educação como direito prioritário, defende que o programa deve:

Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias

voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2004, p. 17).

Sendo assim, é notório que a educação do campo surge como elemento transformador que visa a valorização dos sujeitos, contribuindo para a sua manutenção no campo com qualidade de vida e favorecendo o desenvolvimento sustentável. O manual ainda tem como prioridade os seguintes projetos:

- Alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e capacitação e escolaridade de educadores(as) para o ensino fundamental em áreas da Reforma Agrária;
- Formação continuada e escolaridade de professores(as) de áreas da Reforma Agrária (nível médio na modalidade normal ou em nível superior por meio das licenciaturas);
- Formação profissional conjugada com a escolaridade em nível médio por meio de cursos de educação profissional de nível técnico ou superior (de âmbito estadual, regional ou nacional) em diferentes áreas do conhecimento voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável no campo. (BRASIL, 2004, p. 21).

Esses cursos formam educadores das comunidades, ampliando o acesso à Educação Básica do Campo, através de convênios com universidades, priorizou cursos profissionalizantes e contribuiu com a produção agrícola com cursos em administração e cooperativa, além de agroecologia (MOLINA; JESUS, 2010). O marco da educação do campo foi a publicação do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, no qual o Estado brasileiro integra o PRONERA à política pública de Educação do Campo (art.11º):

Art. 6º Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender as especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas (BRASIL, 2010, p. 04).

Portanto, se observa que a diversidade de saberes acumulados, a cultura e a historicidade dos sujeitos são valorizadas, e trabalhadas de maneira didática com pedagogia específica para essa modalidade de ensino. Entretanto, ainda existem resistências por parte de instituições que são voltadas para o serviço do capital em aceitar estudantes oriundos da educação do campo.

O PRONACAMPO, é um programa de iniciativa do Ministério da Educação, capitaneado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, que tem como objetivo o atendimento da formulação e implementação de políticas públicas que

visam o combate das carências educacionais históricas parecidas pelos sujeitos do campo, procurando valorizar as diversidades nas políticas educacionais (NASCIMENTO, 2002).

O PRONACAMPO tem a intenção de fortalecer as Licenciaturas em Educação do Campo, integrando ensino, pesquisa e extensão, além de valorizar temáticas que sejam significativas para autonomia e reconhecimento das populações campesinas. A Lei nº 7.352 conforme em seu parágrafo único - A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os estados, os municípios e o Distrito Federal, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

O Programa Pro-Jovem Campo – Saberes da Terra, criado a partir do Decreto nº 6.629 de 04 de novembro de 2008, proporciona a escolarização de jovens e adultos agricultores que ainda não completaram o ensino fundamental e o fazem na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Este programa qualifica os sujeitos visando sua qualificação profissional, este foi implementado pelos agentes governamentais da esfera federal no ano de 2005, estando vinculado ao Ministério da Educação - MEC, tendo sua gestão direta por meio da SECAD e com a meta estipulada de promover a escolarização de 5.000 jovens de áreas agrícolas em vários estados da federação (NASCIMENTO, 2002).

Essa educação do campo tem uma pedagogia que valoriza os saberes dos sujeitos do campo, sua cultura e sua historicidade. Na perspectiva de Freire (1997) é uma dimensão educativa do fazer pedagógico que se realiza de maneira coletiva no fortalecimento de projetos políticos pedagógicos emancipadores. Para Caldart (2002), a educação do campo tem um projeto que reafirma a finalidade mais expressiva das práticas educativas desenvolvidas no campo, contribuindo com o desenvolvimento mais pleno do ser humano e sua inserção consciente no contexto social do qual faz parte.

A educação do campo busca desvincular as práticas da educação rural com a nova Lei de Diretrizes e Bases, a Lei 9.394/96, bem mais avançada que as anteriores, passa a ter uma nova perspectiva.

[...] uma educação básica do campo voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo as suas diferenças históricas e culturais, para que vivam com dignidade e que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação (CALDART; CERIOLI; FERNANDES, 1998, p. 83).

Sendo assim, se observa que a nova LDB, cria novos mecanismo com uma postura diferenciada, a educação do campo passa a ser realizada de maneira a atender as prerrogativas

da realidade campesina. E o MST passou a ter ainda mais uma proposta que fosse relacionada à realidade dos sujeitos do campo.

A educação do campo atualmente é viabilizada por meio de políticas públicas específicas para os sujeitos do campo. Essa realidade só é possível depois de lutas de movimentos sociais que buscaram essa educação emancipadora, transformadora e voltada para a valorização da cultura campesina. Autores como Nascimento (2002), Caldart (2002), Santos (2017), Molina; Jesus (2010), entendem que a possibilidade dessas políticas públicas educacionais tem a finalidade de transformar a vida do sujeito do campo, respeitando sua cultura e diversidade. Promovendo a qualidade de vida em seu ambiente de trabalho, vida e cultura só se tornou viável depois de muitas lutas promovidas pelos movimentos sociais em busca de uma educação transformadora, gratuita e de qualidade.

Dentre os movimentos mais relevantes se encontra o MST que além da luta pelo direito a terra, tem em suas metas a educação com uma pedagogia diferenciada, desenvolvendo o saber sistematizado contra a hegemonia da sociedade capitalista e desenvolvendo a capacidade de lutar contra a dominação, a favor da liberdade de produzir e preservar. Sob a ótica freiriana, o saber deve ser contextualizado levando em consideração a cultura de um povo, suas necessidades e sua liberdade de aprender e transformar sua história de vida. Freire é um defensor de que o trabalho pedagógico deve partir da investigação da realidade dos alunos, a realidade próxima. A pedagogia do MST tem fundamentos freirianos, e é uma proposta de vida, uma filosofia que rever a proposta pedagógica como uma atividade meramente rotineira das escolas.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA/ EDUCAÇÃO DO CAMPO

O campo é um espaço que apresenta particularidades de cultura, política, identidade, história e de existência social, a Educação do Campo retoma o ideário marxista de uma educação emancipatória, que nasce das lutas dos trabalhadores camponeses para buscar mecanismos de superação do eclipse ideológico que garante a dominação vigente do sistema capitalista (SANTOS, 2017). Sendo assim, a Educação do Campo tem como princípio a inclusão, com a valorização do ser humano, com a valorização do espaço, tempo e do currículo. Por ser uma educação voltada para os sujeitos do campo, os aspectos pedagógicos e metodológicos devem considerar o perfil destas pessoas. Leff (2002, p.42) afirma que:

A Agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura.

Portanto, a agroecologia é parte integrante da Educação do Campo, uma vez que também é uma forma de buscar a valorização dos sujeitos do campo, sua cultura, seus saberes e é um meio de produção sustentável que conversa com a agricultura familiar. Silveira (2001, p.136) defende que "a agricultura familiar apresenta grande potencial para incorporar propostas agroecológicas, não somente no âmbito específico do sistema de produção em si, mas no domínio dos seus atributos culturais amplos". Portanto, uma das características marcantes da agroecologia no Brasil é um vínculo com a defesa da agricultura familiar camponesa como base social de estilos sustentáveis de desenvolvimento rural (CAPORAL; PETERSEN, 2011).

A proposta de desenvolvimento rural e a negação do modelo do agronegócio são integrados à proposta político-filosófica da agroecologia com e a educação do campo. A disputa social e a defesa de mudanças estruturais no campo, como a proposta da reforma agrária no Brasil, também são características comuns dos dois enfoques. Desse modo, isso significa uma postura contra-hegemônica dos dois enfoques, considerando o atual modo de produção agroindustrial e do conhecimento estabelecido em nossa sociedade (SANTOS; MICHELOTTI, F; SOUSA, 2010). O que se pode averiguar é que a educação do campo tem suas bases pedagógicas e operacionais com base na agroecologia, seja na busca da ruptura epistemológica com a ciência dominante, seja numa concepção pedagógica que valoriza os territórios e a cultura do sujeito do campo, seja na capacidade de transformar a realidade do campo a partir do reconhecimento de suas especificidades.

O modelo de agroecologia é utilizado pela agricultura familiar, esse tipo de produção de alimentos é voltado para atender as necessidades do povo, é o alimento que chega à mesa dos brasileiros. Todavia, a agroecologia tem por princípio a valorização dos conhecimentos tradicionais dos camponeses e esses foram acumulados em sua história de vida e convivência com o campo (GLIESSMAN, 2008).

A educação do campo associada com a educação ambiental nos cursos de agroecologia profissionalizante que fazem o uso da pedagogia da alternância tem comprovadamente demonstrado que é uma estratégia de transformação pessoal, integral, ambiental e territorial, pois tem o propósito de formar valores, habilidades e capacidades para orientar uma espécie de transição para a sustentabilidade (LEFF, 2004).

O termo desenvolvimento sustentável surgiu com a realização da primeira conferência do meio ambiente em Estocolmo no ano de 1972, já o ecodesenvolvimento é um conceito

atrelado ao desenvolvimento sustentável que integra aspectos não somente ambiental, mas para ser um desenvolvimento sustentável e responsável, se faz necessário que esse desenvolvimento seja socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto (PATRÍCIO; GOMES, 2012). Para Mészáros (2007, p. 190):

Sustentabilidade significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais. [...] Contudo, o imperativo da eliminação e do desperdício emergiu claramente em nosso horizonte, como um dos principais requisitos para o desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, a educação do campo atrelada à educação ambiental promove uma transformação econômica, social e humana significativa. Isso pelo fato de que entendendo as necessidades de sua comunidade com o tempo comunitário, dividindo e somando conhecimento com os familiares, somando aos conhecimentos teóricos e práticas no tempo escola, o sujeito constrói seu conhecimento individual e coletivo e se capacita os jovens para sua permanência no campo.

A proposta da agroecologia na agricultura familiar é pautada no respeito à diversidade dos micro e macro organismos, o manejo adequado do solo e dos recursos renováveis, as pequenas propriedades são capacitadas para replicar os processos produtivos, as sementes são nativas e por isso, não há necessidade de comprar todo ano, a troca de sementes e de experiências é uma prática comum entre os produtores. O respeito às cultivares de cada região torna a produtividade adequada sem uso de agrotóxicos (MACHADO, 2012).

São essas características que diferem a agricultura familiar e o modelo de produção da agroecologia do modelo de produção comercial de monocultura, a vantagem desse tipo de produção agrícola são muitas, e o respeito à biodiversidade garante uma agricultura permanente. Esses também são os elementos primordiais para a educação do campo.

A agroecologia tem seus pilares no tripé: ser economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente sustentável. Para Altieri (2004) os princípios básicos de um agroecossistema sustentável são: a conservação dos recursos renováveis, a adaptação dos cultivos ao ambiente e a manutenção de um nível moderado, porém sustentável, de produtividade.

Esses elementos da agroecologia estão presentes na Educação do campo e na agricultura familiar que devem ser utilizados de modo a permitir que os produtores rurais posam ter uma economia viável com sua produção, que seja ecologicamente correta, sem

causar efeitos nocivos ao solo e ser permanente, e ser socialmente justa para todos. A horta escolar é uma forma de educar para a sustentabilidade e são programas incorporados nos cursos de agroecologia para viabilizar essa compreensão da Educação do Campo.

2.1.2 Horta escolar no sistema mandala e a Educação do Campo

De modo geral, a agricultura sustentável é uma evolução do atual modelo de produção agrícola, sendo possível que a agricultura alternativa esteja mais próxima das situações sustentáveis. Mas isto não quer dizer que as vertentes alternativas possam substituir, em curto prazo, o papel da agricultura convencional no tocante ao volume de produção. Sugerem-se então soluções intermediárias aliando vantagens do sistema alternativo e convencional (GUIVANT, 1995). Para atender as necessidades urgentes de uma mudança na sociedade e seus meios de consumo e produção de alimentos, a educação ambiental é a alternativa mais adequada para uma educação planetária, saudável e que possa promover a mudança necessária para a sustentabilidade ambiental. Sendo assim, a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para formação de cidadãos conscientes, prontos para atuarem de modo comprometido em suas realidades socioambientais.

De acordo com Gomes *et al*, (2019), a horta escolar é um mecanismo de educação ambiental, voltada para a sustentabilidade, na formação de educandos transformadores de seu ambiente, pois oferece um amplo conhecimento sobre o uso de agrotóxicos e a relação com o meio ambiente, assim como temas transversais e interdisciplinaridade podem ser trabalhadas com uma dinâmica maior por serem aulas ao ar livre. A horta escolar pode transformar o modo de vivenciar a relação dos alunos com a natureza e com hábitos alimentares (GOMES *et al* 2019).

A educação do campo, que tem como prioridade a valorização dos sujeitos e da cultura e da diversidade, deve incorporar a prática da horta escolar, como forma de educar para a sustentabilidade e preservação cultural. Em um estudo realizado por Mascarenhas; Silva (2019) nas comunidades quilombolas Riacho das Pedras, Bananal e comunidade da Barra localizadas todas no município de Rio de Contas — BA, não existe uma educação do campo, mas uma educação no campo. E as consequências são muitas como a não utilização de horta no quintal, a falta de identidade cultural, pois não conhecem a história dos seus respectivos quilombos e não fazem uso de plantas medicinais da cultura quilombola. Há uma lacuna que a educação ambiental e a horta escolar podem auxiliar a suprimir.

A horta escolar no formato de mandala e agricultura permanente é um conceito inovador de educação ambiental, pois oferece o conhecimento de práticas ancestrais que até então eram desprezados pela produção de hortaliças tradicional de trato com a terra, de cultura de plantas medicinais tradicionais de cada comunidade onde está inserida, ela capacita a valorização cultural de cada sujeito do campo. Contribui com o conhecimento adquirido ao longo das décadas com o conhecimento científico desenvolvido no espaço escolar, é a construção da cidadania planetária (MASCARENHAS; SILVA, 2019).

A necessidade de se ter uma prática de alimentos permanente sem degradação ambiental foi o fator principal para a discussão de novas técnicas de produção de alimentos que pudesse ser permanente, ou seja, sem a degradação do solo, fator que muitas vezes inviabiliza a continuidade do uso do solo para a produção de alimentos. Sendo assim, surge o pensamento de uma nova prática, a permacultura.

O conceito de permacultura foi estabelecido criado pelos australianos Bill Mollison e David Holmgren nos anos 70, inicialmente significava a junção das palavras "permanent" e "agriculture", sendo depois considerada a união de "permanent" e "culture". Trata-se de uma ideia de criar modelos sustentáveis de ocupação humana em harmonia com o meio ambiente e que fornecem alimento, água, energia, habitação e retornos financeiros para uma determinada comunidade" (IPOENA, 2022). A permacultura praticada com o sistema mandala é uma forma de agregar conhecimentos, promover a educação ambiental, fomentar a segurança alimentar e deve ser trabalhada conjuntamente com todas as disciplinas da Base curricular comum. É um meio didático de promoção da qualidade de vida. Também é um princípio agroecológico da educação do campo.

O termo Mandala vem do sânscrito e significa "sagrado" ou "círculo mágico". Tratase de um jardim de círculos concêntricos que respeitam a agricultura ecológica. Tem como base os princípios agroecológicos de reciclagem de nutrientes, reuso da água e diversidade de culturas. Por meio de linhas de drenagem, a água escorre para o meio e é receitada para o sistema diferente da agricultura convencional, onde a água é barrada para evitar a erosão do solo, também é uma forma de proteção das plantas contra ataques de insetos, é o sistema orgânico mais perfeito da produção de alimentos (ERHLERS, 1994).

A tecnologia social PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) no Sistema Mandala possui uma forma de produção de alimentos, no qual o plantio é feito de forma circular. Neste sistema de produção, a horta é plantada em círculos concêntricos que representam a natureza. Os plantios em círculos ajudam as plantas a se protegerem contra os insetos, contribui com a recuperação da biodiversidade, possibilita o controle biológico de

insetos, pragas e plantas invasoras, assim como a preservação do solo e evita a erosão como nos sistemas tradicionais. O Sistema Mandala consiste no consórcio de produção agrícola bastante difundido em pequenas comunidades rurais, cujo objetivo principal é diversificar as atividades agrícolas com a finalidade de melhorar o padrão alimentar das famílias e aumentar a renda através da introdução de tecnologia apropriada de baixo custo de produção (ABREU et al, 2010). O Sistema Mandala é baseado na filosofia indiana, e caracteriza-se por ser um sistema de irrigação comunitária baseado em canteiros ao redor de uma fonte de água. Este sistema reproduz a estrutura do Sistema Solar.

No centro da mandala se encontra um galinheiro com um caminho protegido que leva ao piquete onde as galinhas podem ciscar e conviver, esses piquetes são alternados. O primeiro círculo é o "círculo da cura" onde são cultivadas plantas medicinais usadas na cultura tradicional local. Assim como ervas para temperos. Os três círculos seguintes são os da produtividade que devem cultivar as hortaliças e alimentos necessários para a agricultura familiar, o último círculo é o da proteção que deve ter plantas de maior porte que oferecerá a proteção contra ventos para os demais círculos. Os produtos produzidos pela horta escolar devem ser comercializados na feira agroecológica promovendo a renda e a manutenção do sistema produtivo.



Figural - Galinheiro do centro da mandala Fonte acervo pessoal. 2022.

Beltrão (2009) confirma que os produtores da agricultura familiar, por necessitarem de diversificação da produção, têm maior facilidade de adaptação aos princípios da permacultura cujos princípios são: diversificação, integração da propriedade, indução do equilíbrio ecológico, reciclagem de nutrientes, insumos caseiros, conservação do solo e o controle de pragas e doenças na maneira ecológica.

No sistema implantado para horta escolar como recurso didático deve priorizar a relação dos educandos com o meio ambiente, se trabalha os princípios da agroecologia, as disciplinas da base curricular comum, e os temas transversais da nova base Curricular Comum – BNCC. Assim, a mandala implantada na instituição recebe visitas constantes de alunos de outras escolas, públicas e privadas. Atendendo educandos desde a Educação Infantil até a educação profissional dos cursos de Agroecologia e Agropecuária, mas também, recebe educadores da Educação do Campo, como o Programa Formação de professores do Campo (Formacampo) tem como objetivo central realizar atividades de extensão, por meio da formação continuada dos profissionais que atuam na Educação do Campo, em escolas dos municípios dos territórios de identidade situados na área de abrangência da UESB.



Figura 2- Alunos da Educação infantil no CETEP Vitória da Conquista – BA. Fonte: acervo pessoal. 2022.

A escola tem se mostrado aberta para encontros de educadores e profissionais da educação do campo, para produtores rurais da região e também para cursos profissionalizantes da comunidade, como se pode observar, alunos da educação infantil aprendem a conviver com a natureza e a relação das plantas na segurança alimentar.



Figura 3- Professores do Formacampo na mandala do CETEP Vitória da Conquista – BA Fonte: acervo pessoal. 2022.

O sistema de produção permanente também é fonte de informações para as práticas educativas do curso de formação de professores da educação do campo. A horta é um lugar de conhecimento sobre a saúde com uso de plantas medicinais e de temperos usados na alimentação das comunidades, conservando a cultura local e favorecendo a qualidade da alimentação (SANTOS *et al.*, 2015).



Figura 4- Mestrandas da Educação na mandala do CETEP Vitória da Conquista – BA. Fonte: acervo pessoal 2022.



Figura 5- Alunos da Educação Profissional na mandala do CETEP Vitória da Conquista – BA. Fonte: acervo pessoal 2022.

A mandala deve ser usada na Educação do Campo como material didático para diversas disciplinas da educação profissional como: irrigação, controle biológico de pragas, conservação dos solos, manejo sustentável, permacultura, receituário agronômico e planejamento econômico. Assim como biologia, química, física e demais disciplinas base comum. A mandala agroecológica é um planejamento de produção orgânica, mas também é um material didático para e oferece lugar de apoio para o estágio curricular obrigatório no curso de Agroecologia. O material produzido de forma sustentável é completamente servido nas refeições da escola, assim como vendido na feira agroecológica no campus da UESB em Vitória da Conquista.

2.2 FEIRAS AGROECOLÓGICAS E O PROTAGONISMO FEMININO

As feiras livres "existem desde a época da Mesopotâmia, no Egito Antigo, na Grécia Antiga e na Roma Antiga" (SILVA, 2016, p. 53). No Brasil, as feiras livres tiveram início com o processo de colonização. O registro mais antigo das feiras livres no Brasil é de 1732 na Bahia, as demais conhecidas como mais antigas são: "da freguesia da Mata de São João, da Vila de Nazareth, de Feira de Santana e da Vila do Conde na capitania da Bahia; de Goiana e Itabaiana, na capitania de Pernambuco e, em muitas cidades de Sergipe" (DANTAS, 2008, p. 91).

Essas feiras são caracterizadas pela diversidade de comerciantes e consumidores, são reflexos da região onde estão localizadas com uma variedade de gêneros comercializados, assim como de sotaques, culturas, competitividade, barganhas e vendas. Já as feiras agroecológicas são diferentes devido ao tipo de produto comercializado que é oriundo das produções dos pequenos agricultores e da economia familiar. É um espaço de socialização de saberes. Nessas feiras o uso de fertilizantes e agrotóxicos na produção dos alimentos não é permitido.

As duas feiras são completamente distintas. Enquanto a feira ecológica surgiu fruto de um movimento organizado, comprometido com a construção de um espaço de viabilização da agricultura familiar e da agroecologia, a feira convencional surgiu de um ato administrativo do poder público, não possuindo qualquer estrutura corporativa. Em contrapartida, enquanto a maioria dos agricultores ecológicos afirma receber assistência técnica regularmente, pequena parte dos feirantes produtores convencionais acha-se nessa condição. Além do pequeno percentual, a assistência técnica difere nos objetivos, pois enquanto a assistência ao feirante ecológico se desenvolve no afã de fortalecer um sistema de produção, a assistência a que os feirantes convencionais se referem diz respeito, muitas das vezes, à visita realizada por vendedores de insumos que prestam informações na medida em que comercializam seus artigos (GODOY, 2005, p. 223).

A feira agroecológica se diferencia da feira convencional livre não somente pelo tipo de produção dos produtos que são comercializados, mas também pela capacidade de promoção da saúde, da segurança alimentar e de mostrar para a sociedade que existem alternativas para o uso de produtos produzidos convencionalmente pelos agricultores de grandes propriedades. Essas feiras são mecanismos de resistência e forte potencial para o empoderamento das mulheres e sua emancipação financeira. As mulheres que vivem no sistema patriarcal, machista e preconceituoso encontram no ecofeminismo uma forma de lutar por direitos e igualdade de condições.

O ecofeminismo, e, particularmente sua vertente construtivista, permitiu que se fosse além da simples constatação sobre as divisões de tarefas ou valorizações diferenciadas das contribuições dos sujeitos dentro desse modelo de produção. Mostrou como o acesso aos recursos produtivos (incluindo o meio natural) e aos bens simbólicos associados à agricultura familiar é marcado pelas relações de poder entre homens e mulheres, e que existem limites que impedem que as mulheres possam interferir no uso desses recursos (SILIPRANDI, 2015, p. 45).

Conhecido como feminismo ecológico, o ecofeminismo é um conjunto de valores agroecológicos de respeito ao meio ambiente, de valorização dos saberes femininos e uma forte relação com o respeito à natureza, plantas e animais e sua interação com o meio ambiente. O ecofeminismo leva a pressupor que as mulheres podem crescer na produção agroecológica desde que haja condições de igualdade entre gêneros contribuindo para o propósito emancipatório de equidade social, mas também com a interdependência com a natureza (FERREIRA, 2017).

Neste contexto, a mulher deixa de ser uma "ajudante" e passa a ser a influenciadora de outras pessoas na busca de uma sociedade mais justa entre gêneros. As feiras agroecológicas contribuem para o empoderamento das mulheres e sua emancipação financeira. A mulher campesina muitas vezes é tida como ajudante dos trabalhos, mesmo participando ativamente das atividades agrícolas e familiares, trabalha de forma gratuita e sem o reconhecimento da família e por ela mesma. Por isso, a educação deve ser direcionada para o entendimento da própria mulher de seu papel na família e na sociedade visando o seu empoderamento.

O empoderamento feminino passa por vários caminhos: na sociedade, pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua inclusão social, instrução, profissionalização, consciência de cidadania e, também, "por uma transformação no conceito que ela tem dela mesma, em sua autoestima" (FERRARI, 2013, p. 2).

Por meio da agroecologia, muitas mulheres têm alcançado o seu empoderamento e autonomia. Nesse contexto, a agroecologia é uma importante ferramenta de compreensão do processo de exclusão e desvalorização da mulher no campesinato. Assim, a educação voltada

para essa mudança de perspectiva e a utilização das feiras agroecológicas são importantes formas de empoderamento feminino. Estudos desenvolvidos na cidade de Ilhéus - BA por Gomez *et al*, (2017, p. 69) apontam que:

Atualmente, as feiras agroecológicas não são canais exclusivos de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar de base agroecológica e da produção orgânica. Essas mulheres ainda participam dos núcleos de Economia Solidária da cidade de Ilhéus, otimizando o uso desses espaços para comercialização, a distribuição e a popularização de produtos saudáveis e exclusivos da cadeia artesã ilheense, contribuindo para a dinâmica da economia local e valorização da cultura regional

As feiras agroecológicas têm contribuído para a autonomia financeira das mulheres, a economia solidária, a socialização de saberes e a segurança alimentar. Os produtos produzidos pela horta escolar também são oferecidos nas feiras agroecológicas em parcerias com a escola e a comunidade.

Para as mulheres campesinas, as feiras agroecológicas são formas de emancipação financeira, elas passam a ter autonomia com relação aos seus gastos, aonde investir, no que investir e tomar decisões. Também se tornam protagonistas de suas vidas, construindo os saberes coletivamente e preservando os saberes tradicionais. Nessas feiras a relação do consumidor é mais próxima. As próprias mulheres que produzem as hortaliças, levam para a feira e vendem diretamente para o consumidor. As feiras também vendem produtos como doces, compotas, artesanatos e outros produtos produzidos por mulheres de forma sustentável.

CAPÍTULO III

Este capítulo trata da metodologia utilizada para realização do presente estudo que tem o Materialismo Histórico Dialético como método, pois o mesmo possibilita uma análise crítica das relações sociais, a partir da perspectiva de totalidade e ainda das mediações que favorecem o desvelar os fenômenos sociais que vai além das impressões imediatas. A escolha desse método é uma perspectiva teórica, assim como política e social, esse tipo de estudo interpelado pela perspectiva marxista do feminismo oferece uma análise político interventiva de desnaturação das especificidades das diversas desigualdades (KOSIK, 2002).

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O método dialético tem um olhar mais crítico e dinâmico sobre a realidade que se apresenta, e por essa razão não se pode avaliar ou investigar de maneira isolada, se faz necessário uma análise a partir do contexto político, econômico e social onde está inserido o objeto de estudo. Para o materialismo dialético é necessário criar o processo de conhecimento da realidade pelo concreto, aprendendo as categorias mais simples e concretas como o trabalho para perceber as representações que são estabelecidas sobre o mundo e suas ideologias. O materialismo dialético se opõe à teoria do discurso e da linguagem que consideram que só a consciência humana tem uma existência real e que o mundo material existe na consciência. O materialismo filosófico parte do critério que a matéria, a natureza, o ser são uma realidade objetiva e que existe fora da consciência humana e independente dela (CUNHA 2014).

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento, apenas a maneira de se apropriar do concreto, de reproduzi-lo na forma de concreto pensado; porém, não é este de modo nenhum o processo de gênese do concreto em si. [...] O todo, tal como aparece na mente como um todo pensado, é produto da mente que pensa e se apropria do mundo do único modo que lhe é possível; modo que difere completamente da apropriação desse mundo na arte, na religião, no espírito prático. (MARX, 2008, p.256-257).

Na concepção da pesquisa a totalidade é entendida como sendo o agronegócio e a Agroecologia; a particularidade firma-se na emancipação feminina e a educação do campo, e a singularidade se consubstancia na educação do campo como emancipadora para as mulheres do curso de Agroecologia do CETEP localizado no assentamento Pátria Livre no município de Barra do Choça – BA. A concepção do método dialético só é possível ser caracterizado através da tríade: totalidade, particularidade e singularidade, um movimento cíclico de reciprocidade.

No Método Histórico Dialético Marx articulou as categorias, totalidade, mediação e contradição para o melhor entendimento da sociedade. Ao nivelar a pesquisa com o MHD, as categorias apresentadas são de totalidade e de particularidade que ao se relacionarem compõem a realidade em que se encontra o objeto de estudo. A totalidade é apresentada como as contradições entre agroecologia e o agronegócio, assim como as contradições entre a educação rural² e a educação do campo, que são projetos de interesse divergentes. Sendo que a agroecologia como política pública de educação e a emancipação feminina, se apresenta como as particularidades que por sua vez se inserem na totalidade.

A totalidade não é um todo já pronto que se recheia de conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; a própria totalidade é que concretiza e esta concretização não é apenas criação no conteúdo, mas também criação do todo (KOSIK, 1976, p. 59).

A categoria contradição se faz uso para denotar uma interpretação de opostos dialéticos, para Triviños (1987), é a luta dos contrários. As contradições dão movimento à realidade e exige um movimento dialético para compreender essa realidade. Já a mediação explica a relação das demais categorias pelo fato de não se encontrar nada isoladamente, pois em toda a sociedade e seus nexos apresentam uma relação dialética, formando interações contrárias. A mediação procura captar a relação entre os fenômenos.

E a categoria singularidade enriquece as reflexões decorrentes do processo de investigação sobre política educacional, pois a mesma é um recorte da realidade que ganha significado no momento histórico em que é concebida nas determinações universais do capitalismo global. Sendo assim, as investigações realizadas nas pesquisas educacionais implicam no resgate histórico dos fenômenos e investigar no sentido de apurar os conflitos, intenções e interesses que podem haver por trás das políticas públicas educacionais (CURY, 1986).

3.1 PROCEDIMENTOS ESTRATÉGICOS

Para a realização desta pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica, o referencial teórico adotado oferece uma aproximação com os autores que tratam do tema em estudo, pois possibilita uma maior aproximação e oferece suporte para o tema. Foram utilizadas para a coleta de dados, fontes documentais como as legislações relacionadas direta ou indiretamente com a

² Educação rural é "Uma escola única igualmente para área urbana e rural, com relação a incentivos e direitos; ensino diferenciado, com assuntos especificamente ligados à classe rural". (BRASIL, 2001).

problemática, tais como: Leis, Resoluções, Portarias, Pareceres, Decretos e Proposta para a Educação do/no e para o Campo, documentações específicas como o Projeto Político Pedagógico do Assentamento Pátria Livre. Segundo Rodriguez (2014), no primeiro momento, a pesquisa inicia-se a partir de uma exaustiva análise crítica do produzido a respeito do objeto estudado, com base na própria experiência do pesquisador como sujeito histórico e social. Ainda de acordo com Rodriguez (2014, p. 148):

Em um segundo momento o investigador entra em contato com o objeto e suas relações com o meio no qual está inserido, isto é, as múltiplas determinações de índole social, política e econômica. Trata-se mais de um procedimento de índole metodológica que de uma questão de caráter conceitual, dado que se procura apreender o concreto real.

Para Rodriguez (2014), o investigador não é um mero observador, mas um ser político que se compromete com a ciência. Nesta perspectiva o presente estudo tem em primeiro lugar a pesquisa bibliográfica para oferecer o suporte necessário à investigação em curso. No segundo momento será realizada a pesquisa documental com os dados de evasão, frequência e aprovação dos estudantes e o Projeto Político Pedagógico da instituição. Em seguida a realização das entrevistas e aplicação dos formulários às egressas do curso de agroecologia e uma entrevista com gestores e professores do referido curso.

A descodificação de um documento pode utilizar-se de diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

Para a realização desse estudo foram necessárias a observação do campo de estudo, a aplicação de formulário do *Google* e enviado para as egressas do curso de agroecologia do assentamento pátria livre por meio de *WhatsApp* para coleta de informações, assim como uma entrevista semiestruturada para o gestor da instituição e professores. Todos os procedimentos de protocolo de segurança contra o novo Coronavírus foram respeitados. Esses instrumentos foram escolhidos devido a pandemia do Novo Coronavírus e a impossibilidade de contato direto com os sujeitos da pesquisa.

Torna-se necessário destacar que a realidade apresentada no contexto dessa pesquisa ocorreu durante uma pandemia vivenciada devido ao surgimento do vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus. Os primeiros casos surgiram na cidade de Wuhan, na China em 2019, neste momento a Organização Mundial de Saúde — OMS alertou o mundo e classificou a contaminação como pandemia. Sendo assim, medidas de profilaxia foram recomendadas como: lavagem das mãos, uso de máscaras faciais em público e em locais fechados, cobertura da boca quando tossir ou espirrar, ventilação e filtragem de ar. Bem como o fechamento de escolas e

estabelecimentos comerciais em todo o mundo. As empresas de fármacos começaram a lançar mão de pesquisas para a criação de vacinas. Estas, por sua vez, chegaram para a população do mundo a partir de 2020.

No Brasil, o primeiro caso foi notificado pelas autoridades de saúde em fevereiro de 2020, se propagando então por todo território brasileiro e alcançando números colossais³. Atualmente, em abril de 2022, o total de mortes causadas pelo vírus é de 661.710. É cabível lembrar que os números de óbitos caíram significativamente nos últimos meses devido a vacinação e os estabelecimentos de ensino voltaram às atividades presenciais. Devido ao cenário apresentado, a pesquisa foi adaptada a realidade apresentada e os formulários respondidos por meio do formulário do *Google*, via aplicativo do *WhatsApp*. Já as entrevistas foram feitas através da plataforma virtual *Google Meet*, em tempo real e com a câmera ligada para proporcionar interação entre a pesquisadora e os sujeitos. Todas as entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2022 com a devida autorização para serem analisadas posteriormente.

Com a aplicação dos formulários contendo as perguntas, as pesquisadas puderam responder seguramente sobre as mudanças que o curso de Agroecologia proporciona em suas vidas. Sobre esse instrumento de pesquisa, Gil (2008, p. 128) conceitua que o mesmo se traduz como técnica "[...] de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas"

Já com relação a entrevista Gil, (2008, p.117) assevera que "[...] é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação". É um instrumento de pesquisa que proporciona uma visão mais amplificada da realidade encontrada e relacionada ao objeto de pesquisa.

Também foram consultados o projeto político pedagógico do curso de Agroecologia, e registros de matrículas, desistências e aprovação. Portanto, se trata de uma pesquisa também de caráter documental, que de acordo com a análise do conteúdo proposto por Bardin (2011), o pesquisador para realizar uma análise científica necessita: a) fazer uma leitura flutuante do material a ser trabalhado; b) Escolher os documentos que serão analisados (a priori) ou selecionar os documentos que foram coletados para a análise (a posteriori); c) Constituir o

_

³Disponível em: https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/ Acessado em 14 de abril de 2022.

corpus com base na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; d) Formular hipóteses e objetivos; e) Preparar o material.

Para Bardin (2011) esse conjunto de técnicas permite a descrição dos conteúdos das mensagens, sejam eles indicadores quantitativos ou qualitativos que permitam a interferência de conhecimentos dessas mensagens. A sua proposta para ser realizada a análise dos conteúdos trabalhados, devem ser organizados em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira fase de pré-análise é necessário que se organize o material e se faça uma leitura flutuante dos documentos, se faz necessário formular hipóteses e objetivos, elaborar os indicadores. Para um trabalho de análise de conteúdo relevante e consistente, destaca-se a importância da leitura compreensiva do material, de forma exaustiva para que sejam bem escolhidas e definidas as unidades de análise e as categorias a serem consideradas, uma vez que estas já se constituem em uma espécie de conclusão da análise. Reafirma-se a importância da descrição dos dados presentes no documento é nessa fase que se deve ter o critério de seleção dos documentos (BRAVO,1991).

A segunda etapa é a da codificação do material que possibilita o incremento das interpretações e interferências, o pesquisador deve atentar para o critério de exclusividade. A terceira e última etapa é o tratamento dos resultados e sua interpretação, é o momento da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2011).

3.2 ESPAÇOS E SUJEITOS DA PESQUISA

O Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista tem sua origem na década de 1960 quando através do decreto nº 49565 de 20/12/1960 / PE - Poder Executivo Federal (D.O.U. 21/12/1960) que transforma em Escola Agrotécnica a Escola de Iniciação Agrícola "Sérgio de Carvalho" e transfere a sua sede de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia, para Vitória da Conquista.

O Ensino Médio passou a ser oferecido pela escola, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – nº 9394/96, a partir de 1999, de acordo com a Portaria nº 1193/99 da SEC e foi autorizado pela portaria nº001/003-20 de 26 de fevereiro de 2003, como desmembramento do curso Agropecuária para funcionamento simultâneo. A partir de 2003, conforme portaria nº 9.461 publicado no Diário Oficial do mês de junho de 2003 pela Secretaria de Educação implantou curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA e Ensino Médio no turno noturno, atendendo especialmente às comunidades do entorno da escola e adjacências,

funcionários da Universidade e da escola, assentamento Amaralina (Santa Marta) em parceria com a UESB. Em 2006, foi implantado na escola como projeto piloto pela Secretaria da Educação, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com o curso Técnico em Informática. O curso na área de Agropecuária também é reestruturado para melhor atender ao mundo do trabalho, tendo como habilitação: Técnico em Agropecuária.

Com a reforma da Educação Profissional pelo decreto nº5.154/2004, de 23 de julho de 2004, a escola passou a oferecer outros cursos profissionalizantes fundamentados na LDB nº. 9394/96 e no conjunto de leis, decretos, pareceres e referenciais curriculares que normatizam a Educação Profissional e o Ensino Médio Integrado no sistema Educacional Brasileiro. Nessa conjuntura, a escola passou por mudanças com a implantação de novos cursos, em toda sua estrutura organizacional. Atualmente, a instituição oferece Educação Profissional Subsequente: Técnico em Agropecuária, Edificações, Administração e Logística; Ensino Médio Integrado à Educação Profissional–Técnico em Informática, Agropecuária, Agroecologia e Edificações; Proeja Médio- Técnico em Edificações e Administração. No ano de 2012 foi criado o Anexo do Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista no município de Barra do Choça no Assentamento Pátria Livre, pensando nas políticas para a Educação de Jovens e Adultos, que atualmente vêm se desenvolvendo, ajustando-se ao desenvolvimento de ações baseadas em princípios que respeitam as dimensões sociais e econômicas, culturais e afetivas do jovem e do adulto em situação de aprendizagem escolar. Isso representa a garantia de acesso de todos à educação

Nesse anexo criou-se o Curso Técnico em Agropecuária e Agroecologia Modalidade PROEJA Médio com o objetivo de atender os jovens e adultos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) dessa região, que possui um público dentro do perfil descrito pela modalidade, ensino médio integrado à educação Profissional (PROEJA Médio), em função de uma reivindicação da coordenação Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de incluir esses cidadãos, na construção do conhecimento sociocultural e tecnológico, contribuindo para o desenvolvimento regional com a aplicação dos seus conhecimentos técnicos adquiridos durante o curso, o mesmo atua em sistema de alternância.

A pesquisa acontece na extensão do CETEP que se localiza no Assentamento Pátria Livre, localizado no Km 20, a leste da rodovia Vitória da Conquista, no município de Barra do Choça, cuja extensão territorial é de 317, hectares e atende a 23 famílias de trabalhadores rurais.

O município de Barra do Choça está localizado na região Sudoeste da Bahia, a 27 km de Vitória da Conquista, no polígono formado pelos paralelos 14º 42' e 15º 02' Sul e meridianos 40º 45' e 40º 28' Oeste (Figura 01), possuindo em média 900 metros de altitude e uma área de

781,3 km2. O clima é tropical semiúmido, variando sempre do semi-árido e seco a subúmido. Segundo o IBGE (2007), a população é de aproximadamente 32.400 habitantes. A produção agrícola no município é a principal fonte de renda. Na década de 1970, o município passa a ser atrativo para a produção de café e as terras passam a ser mais valorizadas por compradores de outras cidades, principalmente Vitória da Conquista — BA. Na década de 1980, quando a Reforma Agrária toma rumos mais positivos, como o "Plano Nacional de Reforma Agrária/PNRA, instituído pelo Decreto 91.766 de outubro de 1985, que passa a beneficiar posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários" (MORISSAWA, 2001, p. 107).

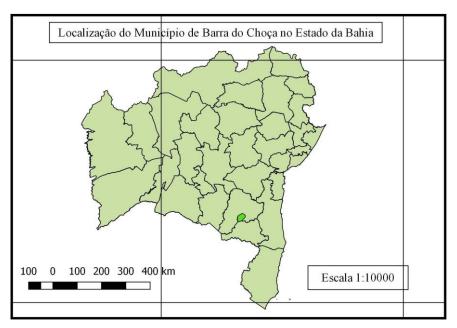


Figura 6: Mapa produzido pela autora em 2022.

Nesta mesma época o MST começa a ganhar expressão no território da Bahia, tendo em vista que as áreas de terras improdutivas ainda são um tanto representativas. No caso da área em estudo, o Mocambo é o primeiro assentamento a existir de forma legalizada em 1985, com cerca de 20 famílias, posteriormente instala-se o assentamento Canguçu, com 60 famílias assentadas, e, por último, instalou-se o assentamento Pátria Livre, que atualmente conta com 23 famílias e desenvolve vários programas de inserção e inclusão das famílias assentadas

O assentamento Pátria Livre teve sua ocupação pacífica devido aos interesses do proprietário em 1999, e o MST teve seu registro em 2004. No assentamento existe uma escola de nível médio que oferece os cursos de agroecologia e agropecuária para os assentados de outros assentamentos e das comunidades vizinhas. Esses cursos são realizados em parceria com a Universidade Estadual da Bahia – UESB. A escola passou a ser uma extensão do Centro Territorial de Educação Profissional – CETEP de Vitória da Conquista – BA. E atualmente é

uma extensão do Colégio estadual Lúcia Rocha Macedo no assentamento Canguçu na Barra do Choça, na (figura 2) é possível visualizar a localização do assentamento Pátria Livre.



Figura 6: Mapa produzido pela autora em 2022.

A participação dos gestores e professores ocorreu em uma entrevista semiestruturada que foi gravada e posteriormente transcrita. O procedimento não teve tempo estimado para sua realização, desta forma foi informado a cada participante que ele poderia se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para o entrevistado. A participação é voluntária, isto é, não há remuneração por sua colaboração. O sigilo das informações oferecidas é garantido pela pesquisadora, a pesquisa é realizada em um local agradável, com conforto para a realização das entrevistas durante a pesquisa.

O critério de inclusão prioriza todas as mulheres que finalizaram o curso de Agroecologia nos anos de 2019 e 2020. Uma amostra de 11 mulheres de uma população de 100%. Como critério de exclusão consideramos todos os egressos do sexo masculino. Ao concluir a pesquisa o entrevistado tem sua cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) anexo I, assinado.

CAPÍTULO IV

4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Este capítulo tem em seu corpo a análise do Projeto Político Pedagógico – PPP, o Plano de curso de agroecologia e seus objetivos, perfil do egresso, a organização curricular e o sistema de alternância na formação desses profissionais.

4.1 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico é um documento que visa a socialização do conhecimento, e a integração da comunidade com a escola e da escola com a comunidade, tem importância relevante no que diz respeito à identidade escolar. Neste contexto, o processo de ensino aprendizagem requer um planejamento, uma metodologia a ser seguida, e para tanto o Projeto Político Pedagógico vem a oferecer subsídios para que o ensino venha a ter a qualidade esperada.

O PPP tem papel fundamental, pois é o fator norteador para seguir as metas e atingir os objetivos propostos. A elaboração de projetos que envolvam a comunidade, os familiares e o aluno em geral vai proporcionar uma leitura de mundo compatível com a dos alunos, a adaptação da grade curricular também é fundamental.

Veiga (2001, p.110) conceitua o PPP como:

Uma ferramenta de trabalho que direciona o que será feito, de que forma, quando, e por quem, para chegar a resultados, harmonizando suas diretrizes com a realidade de cada escola, determinando seu compromisso com a clientela. Implica em uma relação contratual, devendo ser aceito por todos os envolvidos, necessitando para isso, ter a participação democrática de todos os agentes.

As práticas pedagógicas são na verdade precursoras das práticas políticas devido ao fato de que, a partir do momento de que se tem uma leitura de mundo mais ampla, desenvolve-se a capacidade de crítica e de leitura e alonga-se a inteligência e percepção de mundo. Para se ter uma prática pedagógica adequada se faz necessário um planejamento pautado na gestão democrática e participativa. Cada um com suas particularidades contribuindo para o todo.

A gestão democrática [...] se constituirá numa ação prática a ser construída na escola. Ela acontecerá à elaboração do projeto político pedagógico da escola, à implementação de Conselhos de Escola que efetivamente influenciam a gestão escolar como um todo e as medidas que garantam a autonomia administrativa, pedagógica e financeira da escola, sem eximir o Estado de suas obrigações com o ensino público (GADOTTI; ROMÃO, 2004, p.96).

A gestão escolar implica em ações que também são políticas, uma vez que são tomadas decisões que envolvem a comunidade escolar por inteiro como professores, alunos, pais e funcionários da escola. É papel do gestor um direcionamento do Projeto Político Pedagógico que tenha a participação de todos na comunidade.

O projeto de uma escola é fruto da projeção arquitetada por todos os envolvidos com o processo educativo, considerando que é na prática que a teoria tem seu nascedouro, sua fonte de desenvolvimento e sua forma de construção, e é na teoria que a prática busca seus fundamentos de existência e reconfiguração. (VEIGA, 2001, P. 57)

Todo PPP deve ser pensado de acordo com a identidade da escola propiciando a vivência democrática fator fundamental para a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, pois o mesmo pressupõe promessas futuras e rompimento com passado que não atendeu às necessidades da escola. Por essa razão precisa ser revisto as demandas, as conquistas e avaliar o que deu errado e deu certo para rever as metas e as promessas de um futuro próximo (GADOTTI, 2001).

O Curso PROEJA em Agroecologia/Agropecuária é uma parceria entre o Centro de Formação Pátria Livre (CFPL) e o Centro Territorial de Educação Profissional-CETEP, que representa a Secretaria de Educação do Estado da Bahia através das iniciativas de formação profissional da Superintendência de Formação Profissional e Territorial (SUPROT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No Assentamento Pátria Livre o curso começou a ser ofertado no segundo semestre de 2018, na modalidade PROEJA Médio, sendo o primeiro da unidade em regime de alternância, no qual os estudantes permanecem em convivência na escola durante 15 dias (tempo escola) e, nos outros 15 dias, eles ficam aplicando em campo o que aprendem nas aulas (tempo comunidade), o que resulta na eliminação da evasão escolar nas áreas rurais.

A particularidade do curso é a Pedagogia da Alternância, que está pautada no CEB/CNE/ MEC Nº 1/2006, que é o primeiro documento normativo que regula e reconhece os dias letivos como uma proposta educativa e se apresenta como Projeto Político Pedagógico fundamentado na alternância formativa (BRASIL, 2012). Essa pedagogia da alternância tem em seus processos metodológicos o tempo casa e o tempo escola, mas também tem instrumentos:

O Plano de Estudo; Estágio; Colocação em Comum; Tutoria; Coletivos de Jovens; Visita à Família e Comunidade; Visita e Viagem de Estudo; Serão de Estudo; Colaboração Externa; Cadernos Didáticos; Fichas de Trabalho; Atividade de Retorno-experiências; Projeto do Jovem Empreendedor Rural; Avaliação semanal; Avaliação formativa e o caderno de vida da realidade (GIMONET, 2007, p. 32).

Os instrumentos presentes no Projeto Político Pedagógico da escola que tem a pedagogia da alternância, capacitam os educandos para uma melhor compreensão da realidade de seu território, assim pode problematizar, discutir e solucionar mudando a sua realidade. Assim, a vida e o trabalho são instrumentos de aprendizagem que acontecem nos espaços formais e não formais de aprendizagem. Na integração entre escola e comunidade na pedagogia da alternância há um enriquecimento de aprendizagem com a integração de saberes diversos (GIMONET, 2007). Para Nascimento (2005, p.68)" a família não possui o saber científico. Por isso, o Plano de Estudo é uma forma de valorizar o saber popular existente e presente na realidade do educando/a".

A construção deste Plano de Curso pautou-se na legislação vigente e está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e na Lei 11.741 de julho de 2008 que altera os artigos 36-A da LDB e substitui o decreto 5.154/2004, além da Resolução 06/2012-CNE/CEB e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que visa redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Pautou-se também no Projeto Político Pedagógico (PPP), no Regimento Escolar, contando com a participação da comunidade escolar, do MST, equipe pedagógica e professores técnicos do curso.

Assim, considerando a necessidade de avanços na agricultura orgânica na região sudoeste, em áreas de reforma agrária, tendo em vista as demandas e as possibilidades apresenta-se uma proposta de funcionamento do curso na perspectiva de melhor atender as demandas, anseios e necessidades dos assentados e acampados da reforma agrária. A Pedagogia da Alternância reúne em sua estrutura organizacional alguns eixos centrais:

- a) desenvolve processo de gestão participativa, em que as famílias e parceiros locais planejam e administram juntamente com a equipe de trabalho.
- b) a Alternância é o método integrativo entre escola e trabalho, as pesquisas realizadas, cotidianamente, culminam na elaboração e execução de projetos profissionais de vida.
 - c) possui um calendário adaptado às necessidades locais em cada região.
- d) desenvolve formação integral de modo pleno, integrando teoria e prática, o saber empírico e o científico, a realidade da pequena propriedade e o mundo global, a convivência em grupos, a ética e a vocação aliada à profissão.

O objetivo geral do PPP da escola é: Contribuir para a formação de profissionais competentes e comprometidos com o trabalho, a ética, e atuantes para enfrentar o desafío de manter o homem no campo, elevando a qualidade de vida das famílias rurais, no uso de meios

naturais ou ecologicamente seguros que garantam a produtividade econômica das culturas, sem causar danos expressivos ao solo, à água e à qualidade dos alimentos, promovendo assim a segurança alimentar e a sustentabilidade da agricultura. E como objetivos específicos têm:

- Utilizar os conhecimentos técnicos para gerir, planejar e projetar eficientemente toda a
 estrutura de uma empresa agrícola, visando a qualidade e a sustentabilidade econômica,
 ambiental e social;
- Possibilitar o acesso ao conhecimento das formas de produção agropecuária, segundo os princípios da Agroecologia;
- Favorecer a construção da identidade do educando, enquanto agente social e político que vive no campo, conforme preconizam as diretrizes para a educação do campo;
- Desenvolver atitudes de respeito à diversidade social, ambiental e cultura empreendedora.
- Capacitar profissionais que atendam, com eficiência, à produção de gêneros alimentícios de qualidade, capazes de suprir as demandas das comunidades e ainda sejam capazes de produzir riquezas, melhorando assim a qualidade de vida.
- Formar profissionais com senso crítico desenvolvido, voltados para o trabalho, interagindo com a demanda e o mercado da comunidade regional.

Para o aluno terminar o curso profissionalizante, o mesmo deve fazer a opção pelo Trabalho de Conclusão de Curso – TCC ou o estágio supervisionado, a avaliação final do Trabalho de Conclusão do Curso constituir-se-á na apresentação escrita e na defesa oral à banca avaliadora, em sessão pública (salvo em caso de sigilo industrial ou patente). Parágrafo único - Ao final da apresentação oral e das arguições, a banca se reunirá e, a partir da deliberação dos membros, definirá o conceito final do TCC, conforme os critérios institucionais ou o relatório de estágio supervisionado, que deve ser realizado dentro ou fora da instituição. Atualmente, a carga horária do estágio é de 140 horas conforme Portaria nº 8.347/2017 que dispõe sobre a regulamentação do Estágio Curricular nos cursos técnicos de nível médio de Educação Profissional. O estágio é acompanhado por um professor orientador, em função da área de pesquisa e atuação e das condições de disponibilidade de carga-horária. São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- a) Plano de estágio aprovado pelo professor orientador e pelo professor da disciplina campo de estágio;
 - b) Reuniões do aluno com o professor orientador;
 - c) Visitas ao local de estágio por parte do professor orientador, sempre que necessário;
- d) Relatório do estágio supervisionado. O Estágio curricular proposto pelo CETEP de Vitória da Conquista rege-se pelos princípios da equidade, flexibilidade, aprendizado

continuado e acompanhamento ao estudante. Dessa maneira, a prática profissional constitui uma atividade articuladora entre o ensino e a pesquisa, balizadores de uma formação articulada, universal e integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios.

De acordo com o Decreto no 7.352, de 4 de novembro de 2010, no que diz respeito à política de Educação do Campo, o PPP é contemplado, em seu artigo 2º quando o documento trata dos princípios da Educação do Campo, e os define como:

- I Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e 167
- V Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010).

Observa-se ainda que o PPP da instituição tem apontado uma participação da comunidade escolar, apresenta o respeito às especificidades para a educação do Campo, tem usado a pedagogia da alternância e tem em seu corpo o planejamento que contribui para identidade escolar. No artigo 7º da LDB, em seu parágrafo 3º, onde nota que a "[...] organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região", essa organização demanda conhecimento sobre as questões de clima e produção da comunidade. O que tem se mostrado importante e planejado no PPP da escola.

O projeto Político Pedagógico do CETEP para os cursos de agroecologia, tem como respaldo a Pedagogia da Alternância com seus instrumentos metodológicos de acordo com a Educação do Campo. Os profissionais das áreas profissionalizantes são especialistas, em sua maioria mestres e doutores. As disciplinas da Base Curricular Comum são ministradas por professores licenciados e que compreendem e fazem uso das práticas pedagógicas e seus instrumentos para atender as necessidades dos educandos. Também se constatou que os estagiários podem fazer estágios em empresas privadas, mas tem uma parceria entre o CETEP e a UESB, assim os estágios também acontecem em laboratórios da UESB.

Para atuar no ensino profissional, se faz necessário professores qualificados e continuamente em formação devido às novas tecnologias que surgem no campo de atuação. Na

particularidade formação continuada o Parecer CNE/CP nº 2, de 9 de junho de 2015, se configura da seguinte forma:

A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente (BRASIL, 2015, p. 340).

A formação continuada é uma forma de garantir a práxis voltada para a emancipação humana, uma educação transformadora com a compreensão da realidade para transformá-la. Não existe práxis sem a produção do conhecimento, uma vez que esta última é puramente material, se faz necessário refletir sobre a prática profissional com o intuito de reflexão sobre as múltiplas determinações para o fazer pedagógico. Na Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 a formação é entendida como:

Componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para constituição de competências, visando o complexo desempenho de sua prática social e da qualidade para o trabalho (BRASIL, 2020, p. 13).

A educação profissional necessita de professores reflexivos sobre as relações das múltiplas determinações, conhecer o cotidiano dos alunos e dimensões como a relação de igualdade de gêneros, campesinato, agricultura familiar, educação e trabalho e também das classes sociais. A formação continuada se faz essencial para uma prática pedagógica emancipadora. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Continuada de Professores da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1/2020 reconhece as especificidades da educação do campo com respeito à diversidade e sociocultural e o direito à igualdade e à diferença.

O Projeto Político-Pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico e com os interesses reais e coletivos da população. [...] Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 2005, p. 13).

Partindo da categoria mediação, o PPP da escola foi construído de maneira conjunta com professores, pedagogos e gestores da instituição e tem sido atualizado de maneira a atender as demandas da escola, com a participação democrática e autonomia escolar. A mediação instrumenta e promove meios de articular o entendimento entre a educação do campo com a

agroecologia no Projeto Político Pedagógico da escola estudada, e tem como particularidade a mesma encontra-se situada em um assentamento que atende as comunidades circunvizinhas de pessoas assentadas. O PPP da escola, portanto, atua como mediação entre os conteúdos da matriz curricular e a efetiva participação da comunidade.

O projeto de uma escola é fruto da projeção arquitetada por todos os envolvidos com o processo educativo, considerando que é na prática que a teoria tem seu nascedouro, sua fonte de desenvolvimento e sua forma de construção, e é na teoria que a prática busca seus fundamentos de existência e reconfiguração. (VEIGA, 2001, P. 57)

Para Caldart (2012, p. 257), a educação do campo é um "fenômeno da atual realidade brasileira", por isso é considerada uma "categoria de análise" das práticas e políticas de educação de trabalhadores e camponeses em seus territórios. As intensivas lutas travadas pelos movimentos sociais do campo e o confronto das atitudes neoliberais no Brasil, as experiências inovadoras que são as bases da educação do campo.

4.2 ANÁLISE DO PLANO DE CURSO

O Plano de Curso da instituição é pautado na legislação vigente e está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e na Lei 11.741 de julho de 2008 que altera os artigos 36-A da LDB e substitui o decreto 5.154/2004, além da Resolução 06/2012-CNE/CEB e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que visa redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Tem concordância também no Projeto Político Pedagógico (PPP), no Regimento Escolar, contando com a participação da comunidade escolar, do MST, equipe pedagógica e professores técnicos do curso. Sobre esse aspecto:

A Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses. Educação do Campo combina com Reforma Agrária, com Agricultura Camponesa, com agroecologia popular. É é este, pois, o debate político que nos interessa fazer: como combater o latifúndio e a agricultura centrada no negócio; e como fortalecer um modelo popular de agricultura, identificando as características da produção camponesa que devem ser preservadas, e também as que devem ser transformadas na perspectiva de um outro projeto de desenvolvimento (CALDART, 2004, p. 5).

O plano de curso da escola é pautado na agroecologia e suas práticas pedagógicas com o intuito de garantir a Educação do Campo e ainda contribuir para o avanço da agricultura orgânica de produção familiar.

Assim, considerando a necessidade de avanços na agricultura orgânica na região sudoeste, em áreas de reforma agrária, tendo em vista as demandas e as possibilidades

apresenta-se uma proposta de funcionamento do curso na perspectiva de melhor atender as demandas, anseios e necessidades dos assentados e acampados da reforma agrária. Tem como objetivo geral: Contribuir para a formação de profissionais competentes e comprometidos com o trabalho, a ética, e atuantes para enfrentar o desafio de manter o homem no campo, elevando a qualidade de vida das famílias rurais, no uso de meios naturais ou ecologicamente seguros que garantam a produtividade econômica das culturas, sem causar danos expressivos ao solo, à água e à qualidade dos alimentos, promovendo assim a segurança alimentar e a sustentabilidade da agricultura.

Os objetivos específicos são:

- Utilizar os conhecimentos técnicos para gerir, planejar e projetar eficientemente toda a
 estrutura de uma empresa agrícola, visando a qualidade e a sustentabilidade econômica,
 ambiental e social;
- Possibilitar o acesso ao conhecimento das formas de produção agropecuária, segundo os princípios da Agroecologia;
- Favorecer a construção da identidade do educando, enquanto agente social e político que vive no campo, conforme preconizam as diretrizes para a educação do campo;
- Desenvolver atitudes de respeito à diversidade social, ambiental e cultura empreendedora.
- Capacitar profissionais que atendam, com eficiência, à produção de gêneros alimentícios de qualidade, capazes de suprir as demandas das comunidades e ainda sejam capazes de produzir riquezas, melhorando assim a qualidade de vida.
- Formar profissionais com senso crítico desenvolvido, voltados para o trabalho, interagindo com a demanda e o mercado da comunidade regional.

O eixo recursos naturais compreende tecnologias relacionadas à extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais e utilização de tecnologias de máquinas e implementos.

No artigo 12 da LDB, que afirma que "[...] os estabelecimentos de ensino deverão elaborar e executar em articulação com as suas comunidades escolares, as suas próprias propostas pedagógicas". Nessa perspectiva, a escola tem contribuído com a comunidade no desenvolvimento de projetos como a horta escolar que é um mecanismo de educação ambiental, voltada para a sustentabilidade, na formação de educandos transformadores de seu ambiente, pois oferece um amplo conhecimento sobre o uso de agrotóxicos e a relação com o meio ambiente, assim como temas transversais e interdisciplinaridade podem ser trabalhadas com

uma dinâmica maior por serem aulas ao ar livre e a escola tem investido em projetos que favoreçam a essa educação com práticas e uso de materiais recicláveis.

O uso de garrafas pet, de irrigação e de sementes com adubos orgânicos e compostagem feitos pelos próprios educandos são importantes fontes de entendimento para a cidadania planetária. Também se pode verificar o uso de temas transversais e interdisciplinaridade como forma de melhorar a qualidade de vida dos educandos e seus familiares, bem como a educação voltada para a sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Segundo Magalhães (2003), a relação direta de consumo de alimentos impróprios também contribui para que o comportamento alimentar das crianças não seja voltado para produtos mais naturais e saudáveis, porém, essa realidade pode ser modificada fazendo com que os educandos tenham consciência de seu papel no meio ambiente e sua responsabilidade com a saúde passe a ter condições de escolher adequadamente o que se coloca no prato, com respeito aos ecossistemas e a si mesmo.

Os educandos do CETEP têm praticado o cultivo de diversas hortaliças, como: pimentão, alface, cenoura, brócolis, salsa e coentro entre outros produtos, além de produtores de mel, queijos, café e até mesmo produtos de beleza produzidos de forma sustentável, favorecendo a economia solidária e a segurança alimentar da comunidade. Os agrônomos da instituição são mediadores da produção dos conteúdos a serem trabalhados, assim como a proposta de melhoria para a prática pedagógica. O estágio curricular é uma exigência da lei de Diretrizes e Bases da Educação que precisa ser trabalhada na instituição como forma de favorecer a experiência direta com as técnicas de produção.

Ainda em relação a categoria medicação, a construção tanto do PPP quanto do plano de curso envolveu o trabalho da comunidade escolar e seu entorno. A horta escolar, assim como a implantação das culturas em aulas práticas e o viveiro de mudas tiveram o envolvimento dos alunos, dos pais de alunos, professores e a colocadas em contato direto com a comunidade e visitantes, e que no seu desenvolvimento também houve o planejamento prévio de cada uma das atividades implantadas.

As disciplinas da Base Curricular Comum, são as mesmas do ensino médio, assim o egresso do curso tem a formação do ensino médio e também a formação profissional. O corpo docente é formado ainda por profissionais que atuam na instituição, não são apenas os licenciados das ciências da base comum, mas também bacharéis da área de agrárias como veterinários, engenheiros agrônomos, engenheiros ambientais e zootecnistas.

As aulas práticas das disciplinas da Formação Técnica Específica acontecem na própria área produtiva do Centro de Formação pátria Livre, onde funciona a Unidade

Compartilhada do CETEP, em propriedades rurais, nos assentamentos, no Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista, nos laboratórios de Biologia e Química, no campo (área produtiva), na horta, em viveiros de mudas, em fazendas e projetos agroecológicos e de agricultura familiar durante as visitas técnica e na sala de aula. Além de Laboratório de informática com programas específicos. O espaço do Anexo CETEP - Pátria Livre possui alojamentos para 100 pessoas, cozinha com infraestrutura, mini auditório, 2 salas de aula, banheiros e secretaria, porém todos em condições precárias. Quanto a parte prática das aulas, o espaço dispõe de 1 trator equipado com implementos, área produtiva em situação de plantio, uma pequena horta comunitária.

Os diplomas são expedidos e registrados em ata pelo Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista, em consonância com o Regimento Escolar, as orientações da SEC e da SUPROT, após reconhecimento e inserção no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), de acordo com a Resolução nº 03, de 30 de setembro de 2009, auferidos os devidos conhecimentos e habilidades.

O Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista confere o diploma de Técnico em Agroecologia ao estudante que concluir com aproveitamento todos os componentes previstos na matriz curricular, que tenha frequência igual ou superior a 75%, além de cumprir as exigências do Estágio Curricular ou do Trabalho de Conclusão de Curso. Não há, no decorrer do curso, a concessão de certificação intermediária. Seu diploma terá validade nacional com o cadastro do curso e do concluinte no SISTEC.

4.3 ENTREVISTAS COM GESTORES

O projeto Político Pedagógico de uma escola deve ser planejado de modo que seja voltado para atender metas e objetivos direcionados a uma ação pedagógica. Quando questionada a gestora: o curso de agroecologia tem um Projeto Político Pedagógico adequado para atender as demandas do curso? De acordo com a gestora entrevistada,

Cada curso técnico tem um plano diferenciado e que é um dos requisitos para o reconhecimento do curso e diplomação do aluno, além de ser um instrumento que supre as necessidades para o bem funcionamento de cada curso da instituição escolar. A escola em o curso de Agroecologia e Agropecuária. O PPP está orientado para atender as demandas dos cursos e tem como base as diretrizes curriculares e a educação do campo. Os docentes são especialistas e mestres nas áreas das agrárias e atendem as demandas dos cursos (GESTORA).

Assim como o PPP da escola, a fala da gestora está de acordo com os dados levantados quando fala sobre o perfil dos docentes da instituição. É notório lembrar que a educação profissional e tecnológica é um direito de todos, e defendido na LDB (1996), seja na modalidade

de educação de jovens e adultos, em caráter preferencial, segundo a LDB 9.494/96, a educação básica no nível do ensino médio, na forma articulada de oferta (integrada, concomitante ou intercomplementar – concomitante na forma e integrado no conteúdo) e na forma subsequente.

O número de jovens e adultos que ingressam nos cursos de agroecologia e agropecuária está diretamente relacionado à população campesina. Sobre isso, fizemos a seguinte questão para a gestora: o número de estudantes tem crescido ou diminuído nos últimos anos? Quais os fatores que levaram a essa situação?

No início do curso de Agroecologia do Assentamento Pátria Livre a procura era intensa, as salas cheias, alunos comprometidos e professores também em relação a educação no campo. Porém com a realidade da covid novos rumos foram tomados. A primeira turma a se formar, já foi prejudicada pela pandemia"

Com a pandemia o número de alunos tem caído bastante. A falta de manejo com a tecnologia, houve uma grande evasão. Com o retorno presencial a maioria está trabalhando integralmente, impossibilitando o retorno, mesmo que seja alternância. Nesse contexto houve a redução do número de alunos (GESTORA).

De acordo com a fala da gestora, as tecnologias digitais é uma particularidade a ser atendida, a falta de equipamentos digitais assim como de prática no uso das mesmas por parte dos alunos se tornou um dos impecílio para a permanência dos mesmos na escola, especialmente, no período da pandemia do COVID-19. O acesso à internet e equipamentos digitais não é uma realidade para todos. De acordo com Ferreira (2015), as tecnologias digitais estão por toda parte e na educação se tornou fundamental para atender as demandas de uma educação informatizada no mundo globalizado.

Essas novas tecnologias trouxeram grande impacto sobre a Educação, criando novas formas de aprendizado, disseminação do conhecimento e especialmente, novas relações entre professor e aluno. Existe hoje grande preocupação com a melhoria da escola, expressa, sobretudo, nos resultados de aprendizagem dos seus alunos. Estar informado é um dos fatores primordiais nesse contexto. Assim sendo, as escolas não podem permanecer alheias ao processo de desenvolvimento tecnológico ou à pena de perder-se em meio a todo este processo de reestruturação educacional (FERREIRA, 2014, p.15).

As tecnologias digitais são necessárias, pois sua falta é uma forma de silenciar as vozes de luta do povo campesino. O uso das tecnologias digitais implica em um planejamento das ações pedagógicas, acesso à internet e equipamentos de comunicação digital e acompanhamento das atividades. Todavia, no momento da pandemia do COVID-19, o planejamento foi feito às pressas não havendo ferramentas tecnológicas adequadas e disponíveis, esses fatores complicaram a vida dos estudantes do campo e muitos desistiram de seguir em frente.

A realidade concreta não apresenta uma igualdade de condições para todos em relação às relações de material didático, escolas adequadamente equipadas e alimentação disponível para todos. O financiamento da educação não tem se mostrado uniforme. É cabível lembrar que

o Art. 15. No cumprimento do disposto no § 2º, do art. 2º, da Lei 9.424, de 1996, que determina a diferenciação do custo-aluno com vistas ao financiamento da educação escolar nas escolas do campo, o Poder Público levará em consideração:

I as responsabilidades próprias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o atendimento escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, contemplada a variação na densidade demográfica e na relação professor/aluno;

II as especificidades do campo, observadas no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores apenas quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais;

III remuneração digna, inclusão nos planos de carreira e institucionalização de programas de formação continuada para os profissionais da educação que propiciem, no mínimo, o disposto nos artigos 13, 61, 62 e 67 da LDB (BRASIL, 1996).

Quando questionada sobre a redução dos impactos causados pelo financiamento da educação, a gestora afirmou que:

O financiamento da educação tem causado impacto na maioria das vezes, em especial para o anexo devido a quantidade de investimento ser restrito, implementos agrícolas necessários as práticas pedagógicas muitas vezes são impactadas pela falta de recursos (GESTORA).

A educação também tem sofrido impactos com a redução do financiamento da educação que tem causado impactos na compra de insumos, suplementos agrícolas e limitando o número de visitas técnicas dos discentes e seus deslocamentos.

Quando questionada sobre projeto político pedagógico da instituição atender as prerrogativas da educação do campo a entrevistada respondeu que:

O PPP da escola tem pautado na educação do campo e suas especificidades com: a pedagogia da alternância, práticas agrícolas, visitas técnicas, dias de campo, interação com a comunidade e tem feito parcerias com instituições privadas e públicas para o programa primeiro emprego e estágios remunerados. O aluno quando termina o curso se encontra capacitado para exercer sua profissão com responsabilidade (GESTORA).

As especificidades da educação do campo tornam a gestão mais democrática e participativa, aspectos fundamentais para uma educação libertadora e transformadora, além de ser contra hegemônica. Isso devido a inclusão de professores em assembleias, reuniões comunitárias, e ainda com o envolvimento das ações que são realizadas dentro do movimento do campo. Contribuindo com a formação de profissionais que atuam na produção de conhecimento e alimentos de maneira sustentável.

As características próprias da Escola do Campo propiciam uma maior convivência com as formas organizativas da vida produtiva, cultural, religiosa e política do campo. Com isso, a gestão democrática inclui a possibilidade de o professor participar das reuniões comunitárias e abrigar, na escola, assembleias gerais da comunidade. Desta forma, a escola pode se tornar um espaço para encontros da comunidade e dos movimentos sociais como uma das formas de estímulo à participação de todos na vida escolar (GRACINDO, 2006, p.46).

As escolas do campo apresentam especificidades como a necessidade de colaboração entre as comunidades, a socialização de saberes, a fomentação das práticas de produção de alimentos e as contradições entre a agroecologia campesina e o agronegócio. Por essa razão a democratização da gestão escolar deve ser voltada para atender as especificidades da realidade campesina.

Com relação a gestão democrática para a especificidade da escola do campo, a resolução sobre as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo (Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002) afirma o seguinte:

Art. 11. Os mecanismos de gestão democrática, tendo como perspectiva o exercício do poder nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 1º da Carta Magna, contribuirão diretamente: I - para a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade; II - para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino (BRASIL, 2002, p. 02).

Neste sentido, a especificidade aqui apresentada é que a gestão escolar deve consolidar a autonomia dos povos do campo, para que se possa viver no campo com dignidade, fortalecendo sempre a coletividade. Para Caldart (2000, p. 45), "O processo pedagógico é um processo coletivo e por isso precisa ser conduzido de modo coletivo, enraizando-se e ajudando a enraizar as pessoas em coletividades fortes".

Para compreender sobre a gestão da escola pesquisada, direcionamos à gestora a seguinte questão: A gestão da instituição é considerada participativa e democrática? Para esta questão recebemos a seguinte resposta:

A gestão escolar do curso tem sido desde 2018, democrática, participativa, tem dialogado com todos os diretamente os profissionais da educação, dos cursos oferecidos e tem dialogado por meio de reuniões com os professores envolvidos e interessados pela Educação do Campo (GESTORA).

É importante mencionar que o sujeito que se quer formar passa por ações pedagógicas com identidade. A educação do campo tem em seu projeto educativo o objetivo de formar um sujeito que esteja consciente de sua realidade concreta, conhecer a realidade para as mudanças necessárias, é um sujeito dinâmico, crítico e atuante. O diretor que tem uma visão de coletividades na gestão (pedagógica, administrativa, secretaria, serviços gerais e todos que estão direta e indiretamente envolvidos na comunidade escolar). A atuação do gestor na instituição deve ser de agente de transformação.

A gestão escolar necessita de uma visão crítica e deve ser compreendida como a própria transformação social, a administração escolar difere de uma administração corporativa

exigindo um grau de conhecimento diferenciado e menos preciso da estrutura socioeconômica da sociedade capitalista, mas com muito conhecimento das questões sociais da comunidade e suas demandas escolares (PARO, 1997). Buscamos também compreender sobre a efetividade da gestão escolar a partir dos instrumentos pedagógicos. Por isso, questionamos:

Quais os instrumentos pedagógicos utilizados na educação do campo? Em especial no curso de agroecologia?

Os instrumentos pedagógicos utilizados na educação do campo são muitos, desde uma horta pedagógica pequena, uma área produtiva para plantio e alguns implementos agrícolas como trator, também são muitas as aulas práticas, seminários e visitas técnicas (GESTORA).

Os instrumentos presentes no Projeto Político Pedagógico da escola que tem a pedagogia da alternância, formam os educandos para uma melhor compreensão da realidade de seu território, assim pode problematizar, discutir e solucionar mudando a sua realidade. Assim, a vida e o trabalho são instrumentos de aprendizagem que acontecem nos espaços formais e não formais de aprendizagem. Na integração entre escola e comunidade na pedagogia da alternância há um enriquecimento de aprendizagem com a integração de saberes diversos (GIMONET, 2007). Para entender o perfil dos professores que atuam na educação do campo, foi feito a gestora o seguinte questionamento: Os professores que atuam na instituição são formados para a educação do campo? São profissionais da área de agrárias e licenciaturas?

Observando o perfil do professor e suas habilidades, observando as ementas e os conteúdos importantes como desafios para os agricultores e sua realidade rural. Trabalhar seminários a parte do tempo casa, pois como alternância eles levam atividades para realizar fora do tempo escola (GESTORA).

Os professores da educação da sede do CETEP em Vitória da Conquista -BA, assim como os da extensão na Barra do Choça, em sua maioria são das áreas de agrárias como agrônomos, veterinários e zootecnistas, sendo que a maioria são da base comum licenciados. O currículo escola da educação do campo apresenta algumas peculiaridades. Sobre isso foi questionada a gestora: O currículo escolar dialoga com as necessidades dos sujeitos do campo de que maneira? A resposta foi:

O currículo escolar tem como base os princípios da agroecologia, a formação do sujeito integral com o tripé de produção economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justa. Tem disciplinas específicas para a educação do campo como: economia sustentável, permacultura e as práticas de todas as teorias apresentadas em sala de aula. O aluno aprende a aprender e aprende a fazer fazendo (GESTORA).

O currículo é uma construção social que exprime a práxis social da escola. Esse deve estar em sua concepção relacionado às questões que se encontram alinhadas à comunidade escolar, seu contexto social e cultural onde a escola está inserida. Com relação a escola do

campo deve ser ainda mais criteriosa, pois deve ser levada em consideração todas as suas especificidades.

Trata-se de um fenômeno escolar que expressa determinações não estritamente escolares, algo que se situa entre as experiências pessoais e culturais dos sujeitos, por um lado, prévias e paralelas às escolares, realizando-se num campo escolar, mas sobre o qual incidem, por outro lado, subsistemas exteriores muito importantes que obedecem a determinações variadas (GIMENO SACRISTÁN, 2000, p. 22).

É importante lembrar que a construção do currículo da escola do campo deve atrelarse a especificidades da educação do campo, como apregoado no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, (Art. 2º):

IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; (BRASIL, 2010, p. 02).

Ao pensar na organização e no currículo da escola do campo, é preciso lembrar que "Uma escola do Campo é antes de tudo uma escola no contexto da sociedade moderna capitalista" (SILVA, 2016, p. 110).

A educação insere-se no campo do particular, sendo assim, medeia a relação dos indivíduos singulares com a universalidade do gênero humano. A educação formal escolar está, portanto, no mesmo campo. De acordo com Saviani (2008), a educação é um ato consciente de transmitir ao indivíduo singular um conjunto de conhecimentos permeado de técnicas e valores produzidos historicamente de maneira coletiva pelo conjunto dos homens (SAVIANI, 2008), é uma forma de definir essa mediação da educação no campo como particularidade.

A comunidade escolar se encontra interligada com a comunidade da localidade devido a sua forma de trabalhar integrada às famílias do campo, para Vizolli *et al* (2008), as escolas que trabalham com a pedagogia da alternância estão cada vez mais trabalhando conjuntamente os saberes ancestrais. Assim o PPP do CETEP e a direção estão em comum acordo com relação a integração da comunidade escolar, com as famílias em consonância com a pedagogia da alternância.

A educação do campo associada com a educação ambiental nos cursos de agroecologia profissionalizante que fazem o uso da pedagogia da alternância tem comprovadamente demonstrado que é uma estratégia de transformação pessoal, integral, ambiental e territorial, pois tem o propósito de formar valores, habilidades e capacidades para orientar uma espécie de transição para a sustentabilidade (LEFF, 2004).

Na categoria particularidade, a Pedagogia da Alternância tem contribuído para o aprendizado voltado para a valorização da cultura local, da transformação sobre o modo de pensar as formas de cultivo e comercialização, assim como favorece a permanência dos educandos no espaço escolar. A escola tem contribuído no momento que o educando entende a diferença entre o que é feito e o que é ensinado. A escola busca oferecer novos conhecimentos ressignificando antigos conceitos. Com relação ao curso de Agroecologia também se questionou a gestora: Como você classifica e define o curso de agroecologia do assentamento Pátria Livre?

O curso de agroecologia do assentamento é uma extensão do curso oferecido na área urbana de Vitória da Conquista- BA. Tem se mostrado eficiente na formação de profissionais da agroecologia, contribuído para a formação integral e na conquista do primeiro emprego de muitos egressos. Tem enfrentado dificuldades com restrições financeiras, mas tem se mostrado eficiente. Mesmo com problemas de infraestrutura e de equipamentos digitais e implementos agrícolas tem alcançado de forma adequada os objetivos a que se propõe no PPP (GESTORA).

O curso de agroecologia tem a proposta de rompimento com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural que tem como base a monocultura, o latifúndio e o agronegócio que é a base do sistema capitalista de produção e que tem gerado forte exclusão social. Assim como o protagonismo da mulher na sua própria tomada de decisão (BALEM; SILVEIRA, 2002).

As monoculturas ocupam primeiro a mente e depois são transferidas para o solo. As monoculturas mentais geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição como progresso, crescimento e melhoria. [...] A expansão das monoculturas tem mais a ver com política e poder do que com sistemas de enriquecimento e melhoria da produção biológica. Isso se aplica tanto à Revolução Verde quanto à revolução genética ou às novas biotecnologias. [...] as monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, consequentemente, do mundo. O desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento das alternativas. Adotar a diversidade como uma forma de pensar, como um contexto de ação, permite o surgimento de muitas opções (SHIVA, 2003, p. 17-18).

O agronegócio também é produtor de uma ideologia dominante, apresentada hegemonicamente ao conjunto dos trabalhadores como "a verdade absoluta" sobre a produção agrícola e pecuária, segundo a qual, somente é possível a produção de alimentos em grande escala com a utilização dos preceitos técnicos e tecnológicos da agricultura convencional. Já a agroecologia emerge como o cerne de uma produção que respeita a cultura ancestral dos povos originários.

Agroecologia como ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões (ABA, 2015, p. 01).

É preciso mudar o conceito de produção, seja ela científica, seja ela na prática de atividades e tudo tem início com a mudança de pensamento, da concepção de aprendizagem.

Por ser multidisciplinar e por ser um movimento político. É preciso compreender a agroecologia como prática social, uma vez que é o concreto vivenciado por agricultores e o conhecimento científico que orienta a produção do conhecimento em agroecologia e sistemas agroflorestais. Também se pode afirmar que é um movimento político pelo fato de que suas práticas foram internalizadas como a luta contra o agronegócio, é o modelo produtivo utilizados pelos movimentos sociais e pela via campesina⁴. É, portanto, um modelo de produção que se contrata com o modelo da monocultura, seja ela de ideias ou de produção de alimentos, pois para se concretizar uma ação é preciso primeiro o pensamento sobre ela.

4.4 RESULTADO DA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DAS DISCIPLINAS PROFISSIONALIZANTES

Durante o trabalho de campo foi possível averiguar distintas experiências de atuação da instituição no curso de agroecologia. A articulação pelas práticas produtivas que asseguram a segurança alimentar e auxiliam os produtores da agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis e ecologicamente sustentáveis. Primeiro é preciso ressignificar o território para poder expropriar os serviços de produção capitalista.

O corpo docente da escola estudada é formado em sua maioria de 70% de professores contratados, havendo, portanto, uma rotação de professores significativa, fator que contribui para dificuldades em relação ao planejamento das ações coletivas dentro da instituição. Os profissionais das disciplinas profissionalizantes são quase em sua totalidade contratados. As entrevistas realizadas com os professores das disciplinas profissionalizantes ocorreram no mês de novembro do corrente ano, e apresentam os resultados abaixo:

Quadro 4 - Agroecologia e a Educação do Campo nas impressões do corpo docente

Qual a	relação	da	Como a comunidade é	Como acontece a	
agroecologia e		a	envolvida na educação	formação continuada?	

⁴ A Via Campesina nasceu em 1992, quando várias lideranças camponesas dos continentes americano e europeu que participavam, em Manágua, do II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG), da Nicarágua, propuseram a criação de uma articulação mundial de camponeses. A proposição foi efetivada em 1993, com a realização da Primeira Conferência em Mons, na Bélgica, e com a definição das linhas políticas e da estrutura. A Via Campesina é uma articulação mundial dos movimentos camponeses, que tem, entre seus objetivos, a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente com a proteção da biodiversidade. Esses objetivos se opõem à padronização das culturas, ao produtivismo, à monocultura e à produção unicamente para exportação, características do modelo de desenvolvimento do agronegócio. Tais movimentos organizam-se a partir de pequenos e médios agricultores e, nesse campo, inserem-se em um movimento internacional, autônomo, pluralista, sem vinculação com partidos, igrejas e governos. Os movimentos camponeses vinculados à Via Campesina atuam em escala regional e nacional, em várias partes do mundo: Europa do leste, Europa do oeste, nordeste e sudeste da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África (FERNANDES, 2006, online).

	educação do campo na escola?	do campo e agroecologia?	
Prof - 1	A agroecologia é a base da educação do campo, voltada para atender as necessidades da agricultura familiar	A comunidade é envolvida em atividades como o dia de campo, visitas a horta escolar, reunião de pais e mestres.	Na graduação tive contato com a agricultura familiar e produção de alimentos orgânicos, mas a especialização e o mestrado se deram por interesse particular, não existe formação continuada por parte da escola.
Prof - 2	A educação do campo não pode ser realizada sem os princípios da agroecologia.	A comunidade se envolve em visitas periódicas a instituição com projetos realizados na horta escolar, nas visitas técnicas e dias de campo.	Na graduação o agronegócio era a base das teorias estudadas. Só com a especialização e mestrado tive contato direto com a agroecologia e modelos de produção sustentáveis.
Prof - 3	É uma modalidade da educação do campo voltada para o entendimento das relações agroecológicas	O envolvimento da comunidade se dá de diversas formas em projetos desenvolvidos pela escola em parceria com outras instituições.	No curso de Pedagogia nada se fala sobre agroecologia, a especialização em agroecologia e educação do campo me deu base para o entendimento sobre agroecologia e educação do campo.
Prof - 4	É um instrumento de capacitação para a produção de alimentos sustentáveis.	Existem projetos que a escola desenvolve para a comunidade no entorno e instituições que trabalham com a agroecologia.	No curso de agronomia a agroecologia não tem muito crédito, somente na especialização entendi o que vem a ser agroecologia e educação do campo e suas particularidades.

Elaborada pela autora a partir dos questionamentos com os docentes da instituição.

Nos resultados coletados e apresentados no quadro acima, se observa que a formação docente tem pouca relação com a agroecologia. Não há conteúdos relacionados a educação do campo e agroecologia para a formação da graduação, mesmo nos cursos como agronomia. As práticas pedagógicas e os projetos de extensão e dias de campo para a proximidade com a comunidade escolar são uma realidade que tem como base os conteúdos profissionalizantes, mas as licenciaturas da educação do campo não fazem parte da formação continuada dos docentes. Os mesmos afirmam que partiu de interesse particular a especialização e os cursos de pós graduação que tiveram.

Uma educação emancipatória se dá com as práticas pedagógicas adequadas. Partindo da totalidade do modelo de produção, a agricultura expansionista se caracteriza com a

mecanização da produção, a mão de obra qualificada para a agroindústria a educação de mulheres fica restrita ao segundo plano. O trabalho passa a ser prioridade.

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (MARX, 1843, p. 30).

Para Saviani (2009) se tiver professores qualificados, com salários adequados, alunos em tempo integral numa mesma escola, a educação seria capaz de criar cidadãos conscientes, críticos, criativos, esclarecidos e tecnicamente competentes para ocupar os postos do fervilhante mercado de trabalho de um país que viria a recuperar, a pleno vapor, sua capacidade produtiva. Estaria criado, por esse caminho, o tão desejado círculo virtuoso do desenvolvimento.

A docência na educação profissional compreende um saber específico: o conteúdo capaz de instrumentalizar o exercício profissional. A formação docente da educação profissional deve garantir a articulação dos saberes técnicos específicos de cada área, dos saberes didáticos e do saber do pesquisador (ARAÚJO, 2008, p. 58).

A educação profissional é oferecida por profissionais em áreas específicas, muitas vezes sem a licenciatura, mas como bacharéis. São profissionais de várias áreas de formação com pouco ou nenhum conhecimento sobre as ciências da educação e sobre a prática docente. E esse se torna o desafio para as instituições de ensino da educação profissional. Portanto, a formação continuada é uma política emergencial. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/1996, que no seu artigo 62-A, parágrafo único, garante a formação continuada aos professores, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de formação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 1996).

A Lei nº 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014 a 2024 que propõe elevar o nível de formação de 50% do corpo docente nacional em cursos de pós-graduação até 2024, sendo que o planejamento estratégico e a dimensão das demandas deverá ser elaborado em regime de colaboração, sendo fomentada nas instituições de ensino superior públicas de forma articulada entre os entes federados (BRASIL, 2014).

De acordo com os entrevistados, a formação continuada não é uma realidade, os que possuem formação em Pedagogia nada têm de conhecimentos técnicos, já os bacharéis não possuem formação em áreas de disciplinas pedagógicas. Se observa que os licenciados que atuam nas disciplinas da base comum têm conhecimento pedagógico, enquanto os profissionais

das disciplinas profissionalizantes só dispõem dos conhecimentos técnicos e que não estão vinculados diretamente à agroecologia. A formação continuada deve ser feita com pósgraduação nas áreas de atuação dos professores.

[...] não pode ser resumida a encontros ou palestras; é necessário construir um processo colaborativo, buscando o desvelamento das condições sociais que perpassam a prática pedagógica, um processo contínuo, integrado ao dia a dia do professor e da escola (VIEIRA JA; VIEIRA MMM; BELUCAR, 2018).

Na instituição ocorrem formação com minicursos tanto para professores quanto para os alunos, mas não há incentivos para cursos de formação fora da escola ou até mesmo no ambiente escolar. Os professores que possuem pós graduação e mestrado buscaram a formação continuada por conta própria.

Quadro 5 - Agroecologia e a Educação do Campo participação da comunidade.

Professores participantes da pesquisa	Quais os projetos que acontecem na escola? Como a comunidade participa?	Como ocorre a participação da construção do PPP da escola?	Como é realizada a pedagogia da alternância e qual o papel desse método pedagógico para a educação do campo?
Prof - 1	Os projetos da agroecologia são: dia de campo, feiras agroecológicas, participação em congressos com exposição de artigos, produção de alimentos no sistema mandala	A participação é sempre durante a semana pedagógica, a reunião acontece com professores, coordenadores e gestores para discutir as demandas da escola.	A pedagogia da alternância é o meio que proporciona a frequência dos alunos da educação do campo e possibilita os estudos. É realizada no tempo escola e no tempo comunidade.
Prof - 2	Os projetos da agropecuária são: dia de campo, visitas técnicas, feiras de exposição.	Durante a semana pedagógica são realizadas as leituras e observações e adequações do PPP	O tempo escola é importante para juntar conhecimentos adquiridos cientificamente com os conhecimentos e práticas realizadas no contexto social do estudante em sua comunidade.
Prof - 3	Os projetos da agroecologia são: dia de campo, feiras agroecológicas, produção de alimentos no sistema mandala e visitas técnicas.	Na semana pedagógica acontece a leitura e organização da construção coletiva do PPP.	O tempo casa é importante para a socialização dos saberes.
Prof - 4	Os projetos da agroecologia são: dia de campo, feiras agroecológicas, e a horta no sistema mandala.	A leitura e orientações assim como adaptações são realizadas durante a semana pedagógica.	É realizada com tempo escola e tempo casa, sem ela seria praticamente inviável a educação do campo.

Elaborada pela autora a partir dos questionamentos com os docentes da instituição. 2022.

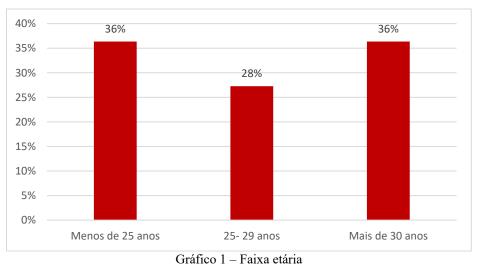
Com os dados coletados se observa fatores que são importantes para a gestão democrática, a construção coletiva do PPP da escola, com a participação de gestores,

professores e coordenação pedagógica. A construção coletiva do PPP implica em uma gestão democrática e participativa.

4.5 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO DAS EGRESSAS

Um olhar histórico sobre as mulheres, emergem as suas representações sociais que foram forjadas a partir da negligência e exclusão do processo histórico da humanidade. Muitas variações e concepções foram construídas em decorrência da multiplicidade de fatores. Por essa razão a educação deve ser direito de todos ofertada e não vendida. Para Vygotsky (2010), o conhecimento é tudo o que o ser humano faz individualmente ou internaliza e sofre a influência de diversos fatores externos que vão desde as interações interpessoais e coletivas.

O formulário Google foi aplicado às egressas do curso de agroecologia durante o mês de setembro de 2022, em um total de doze (11) mulheres, e mostrou como resultado que a maioria significativa das egressas são mulheres jovens com idade entre 25 e 30 anos com representação de 72% e apenas 28% entre 25 e 29 anos (Gráfico1):



Fonte: Pesquisa de campo 2022.

Os resultados apresentados na figura acima mostram que as mulheres estão fora da faixa de idade das pessoas com o ensino médio, que em sua totalidade é entre 18 e 20 anos. Essa realidade concreta não difere dos dados nacionais. Segundo os dados do IBGE, (2019) mais da metade (51,2% ou 69,5 milhões) dos adultos não concluíram essa etapa educacional. Entre os principais motivos para a evasão escolar, os mais apontados foram a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, destaca-se ainda gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%).

Ainda de acordo com a pesquisa do IBGE (2019), a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais no Brasil ficou em 6,6% em 2019, o que corresponde a 11 milhões de pessoas. Mais da metade dos analfabetos (56,2% ou 6,2 milhões) viviam na região Nordeste.

Para minimizar os efeitos da educação voltada para atender as necessidades do capital, a pressão dos movimentos sociais impulsionou a criação de políticas, públicas de educação do campo e no campo são elas: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).

Essas políticas são representações da capacidade de articulação dos movimentos sociais e apontam a crescente necessidade de garantir projetos populares para o campo, cuja organização tenha como referência a cultura e o trabalho dos grupos sociais. Todavia, ainda são muitos os desafios a serem superados com o fechamento das escolas do campo, o desmantelamento das políticas públicas conquistadas que vem ocorrendo nos últimos anos e a falta de investimentos em infraestrutura e transporte escolar.

Quadro 6 - Escolarização de pessoas com 18 a 25 anos

	Taxa de escolarização	Taxa ajustada de frequência escolar líquida	Frequência escolar adequada	Atraso escolar dos estudantes	Não frequenta escola e já concluiu a etapa	Não frequenta escola e não concluiu a etapa
Brasil	32,4	25,5	21,4	11	4,1	63,5
Norte	33,3	21	18	15,2	3	63,7
Nordeste	32	19,5	17	15	2,5	65,5
Sudeste	31,2	28,1	23,2	8	4,9	63,8
Sul	34,6	30,6	25,9	8,8	4,8	60,6
Centro- Oeste	35	31,1	25,4	9,6	5,7	59,3
Homem	30,7	21,5	18,4	12,3	3,1	66,3
Mulher	34,2	29,7	24,5	9,7	5,1	60,7
Branca	37,9	35,7	29,7	8,2	6	56,1
Preta ou parda	28,8	18,9	16,1	12,7	2,8	68,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019

Os dados do IBGE (2019) apontam que ainda há um caminho a ser percorrido para atender as especificidades da educação de modo a alcançar níveis melhores. Todavia, de acordo com Molina (2010), desde o surgimento do PRONERA milhares de trabalhadores/as escolarizaram-se em diferentes níveis de ensino: alfabetização, ensino fundamental e médio, cursos técnicos, profissionalizantes e de nível superior. O Programa defendeu o acesso aos

níveis mais elevados de escolarização e viabilizou convênios junto às universidades públicas, atendendo a pluralidade das áreas oferecidas pelos cursos, com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Priorizou-se os cursos profissionalizantes, técnicos em administração de cooperativas e agroecologia, contribuindo com a produção agrícola (MOLINA; JESUS, 2010).

O PRONERA também tem como objetivo o enfrentamento da universalização e o respeito à diversidade, por isso, é um programa que tem conhecimentos voltados para atender as necessidades dos sujeitos do campo.

Formação profissional conjugada com a escolaridade em nível médio por meio de cursos de educação profissional de nível técnico ou superior (de âmbito estadual, regional ou nacional) em diferentes áreas do conhecimento voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável no campo. (BRASIL, 2004, p.21.

O curso de agroecologia tem proporcionado a qualidade de vida das mulheres com uma educação voltada para atender as suas necessidades com ser social, participativo e crítico da sociedade onde está inserida. E são as políticas públicas de educação do campo que tem contribuído com o ensino e a possibilidade de formação/ transformação por meio da educação. As mulheres muitas vezes deixam suas vidas produtivas e educacionais devido às exigências da sociedade patriarcal.

No Brasil o modelo de família patriarcal é uma herança da era colonial, a conquista dos direitos femininos foi resultado de lutas históricas, mas o projeto neoliberal que rege o Brasil coloca os direitos sociais subordinados "à lógica orçamentária, a política social econômica, em especial às dotações orçamentárias" (IAMAMOTO, 2015, p. 149), de maneira que é preocupante como o Estado aborda o assunto.

O patriarcado é uma forma de subjugação, a colonização do processo educacional ainda é presente nos projetos de cursos e atende às políticas neoliberais. Essa realidade concreta, também tem suas múltiplas determinações. A erosão das conquistas realizadas pelos movimentos sociais em busca de uma sociedade mais justa, igualitária está cada vez mais evidente com a extrema direita do atual governo e a luta deve permanecer para a manutenção da educação transformadora (IAMAMOTO, 2015).

Essas conquistas sociais são fundamentalmente importantes para a melhoria da qualidade de vida e a construção da igualdade de gêneros. A desigualdade de gêneros remonta a Grécia Antiga, quando Aristóteles classificou os humanos em três categorias: o homem era o senhor e pai; a mulher era a esposa e mãe e; o escravo que era "a coisa do senhor", sendo desalmado e próximo ao animal (SOUZA, 2013). Assim, a mulher da visão aristotélica tem

proximidade com a animalidade, perigosa para a sociedade, fatores que favoreceram a violência de gênero em todas as suas modalidades.

A violência e as diferenças de gênero perpassam várias teorias, séculos de dominação, mas somente quando a mulher passou a ter o controle sobre a procriação decidindo quantos filhos poderia ter, com quem e quando, a luta se intensificou por igualdade de condições segundo Souza (2013, p.04):

Mas é com o feminismo, em fins do século XVIII, que se relaciona a luta em favor da igualdade entre homens e mulheres com um projeto de revolução da sociedade que iniciará um longo movimento de emancipação das mulheres. Ao final do século XX elas passaram a dominar todos os processos de procriação, o que causou, segundo Roudinesco, uma nova desordem familiar. Houve o medo da abolição das diferenças e das gerações.

Surge um cenário de contradições em que, de um lado, havia a queima de sutiãs em praças públicas, que simbolizava a tão sonhada liberdade feminina, e de outro, esposas eram queimadas nas piras funerárias junto aos corpos dos maridos falecidos, se tivessem sido vítimas de violência sexual (DIAS, 2011).

O Brasil é atualmente o país com maiores índices de violência contra mulher e de feminicídio, a violência contra mulher acontece das mais diversas formas, desde a violência psicológica até a morte. Os companheiros das vítimas e seus familiares são os responsáveis pelos mais variados tipos de violência. Os cenários familiares domésticos são os mais conhecidos, já que família em sociedades patriarcais confere todo o poder ao homem, e nas relações entre parceiros íntimos as mulheres são consideradas propriedade dos maridos, companheiros, namorados e ex-companheiro (OLIVEIRA, 1998).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021) somente no ano de 2020 as polícias civis registraram mais de 230 mil casos de lesão corporal dolosa por violência doméstica. Os números do Anuário também revelam que, no último ano, 3.913 mulheres foram mortas no país. Destas, 1.350 foram vítimas de feminicídio, isto é, de assassinatos cometidos em razão da condição de gênero feminino, conforme dispõe a Lei 13.104/15. Atualmente, o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial de feminicídios, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Um tipo de violência praticado pelo homem contra as mulheres, é a violência patrimonial, impedindo de trabalhar fora e até mesmo privando-a de seus recursos e até mesmo impedindo de ter acesso ao patrimônio herdado. Fatores que têm contribuído para que as mesmas não tenham mais relações de poder afetiva com seus companheiros e preferindo não casar.

Para minimizar os efeitos nocivos do patriarcado como a violência contra as mulheres é preciso uma educação emancipadora, transformadora e conscientizadora. As mulheres conscientes de seu potencial e de sua capacidade de protagonizar suas vidas se tornam capazes de livrar-se de seus grilhões. Os tipos de violência que as mulheres muitas vezes consideram atos normais com humilhação e desqualificação de seu potencial tem contribuído inclusive para o adoecimento dessas mulheres como fibromialgia, depressão e síndrome do pânico, e consequentemente o adoecimento familiar. As cobranças familiares e da própria sociedade são fatores que podem ser contribuintes para uma melhoria da qualidade de vida ou para o rebaixamento da mulher (BIELLA, 2016).

Com relação ao estado civil, 45% se disseram solteiras, 18% solteiras com namorado, 27% vive com seus companheiros e 9% se disseram divorciadas (Gráfico 2):

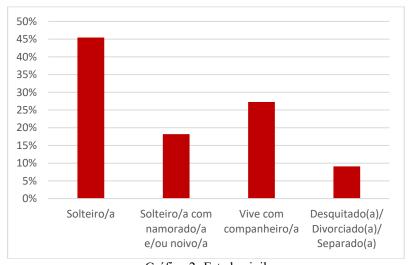


Gráfico 2- Estado civil Fonte: Pesquisa de campo 2022.

Dentro desse conceito de educar, no que diz respeito a desconstrução da sociedade sob domínio do patriarcado, contribuindo também para a superação do sistema capitalista, a educação emancipadora provoca reflexões e a emancipação humana. Os dados acima apresentados, mostram que as mulheres pesquisadas já não encontram no casamento formal a segurança financeira e afetiva que buscam. As relações de gêneros não são mais aceitas como subjugação. Uma transformação socioeconômica e cultural é fundamental para desnaturalizar as relações de gênero no âmbito familiar e público e essa transformação só pode acontecer por meio de uma educação descolonizadora.

A história da educação para pretos e pardos no Brasil é uma história de exclusão, os dos do IBGE (2019) apontam que com relação à cor ou raça, 57,0% das pessoas brancas haviam

completado o ensino médio, já entre pretas ou pardas, esse percentual foi de 41,8%, uma diferença de 15,2 pontos percentuais. As mulheres pretas são as mais penalizadas com o acesso à educação por diversos fatores, seja, pela cor da pele, gênero, necessidade de trabalhar, impedimento por parte de seus companheiros, maternidade e os cuidados domésticos. Uma mulher cansada não pode revolucionar. Quando questionadas sobre a etnia 27% se classificou como pretas, e 73% se autodeclararam pardas (Gráfico 3):

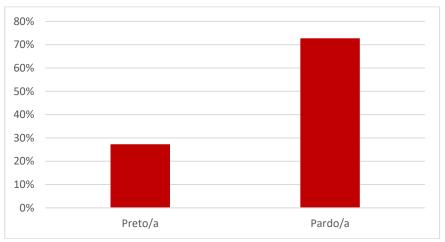


Gráfico 3- Pertencimento étnico Fonte: Pesquisa de campo2022.

As atividades produtivas que as mulheres desempenham no conjunto das unidades de produção, como horta, pomar, cuidado com animais, trabalhos domésticos, cuidado com as pessoas, produção e preparo de alimentos, cultivo e uso das plantas medicinais, produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas, conservação da biodiversidade animal e vegetal, passam a ser reconhecidas e valorizadas quando inseridas em sistemas de produção agroecológicos. Esse trabalho passa a ser de fundamental importância para garantia da sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental (CINELLI; SANTOS, 2015).

Nas abordagens marxianas, a categoria educação é amplamente criticada devido ao ensino burguês se preocupar com o proletariado no modo de produção capitalista, já a categoria emancipação aparece na superação da propriedade burguesa. A educação é também uma das mediações do trabalho, e mesmo que a educação seja revolucionária não se mostra capaz de sozinha revolucionar as estruturas sociais. Os modelos de educação que têm sido mostrados como prioridade pela classe dominante defendem a sua prioridade, mas desconhecem a realidade das comunidades e as suas especificidades. A segregação das mulheres no mercado de trabalho é um problema antigo e que só é passível de reverter por meio da educação.

A questão da empregabilidade é um problema muito presente no Brasil. Os dados apontados pelo DIEESE (2022), apontam que as mulheres continuam ocupando cargos com relações vinculadas a sua biologia, como empregos domésticos, cuidadoras, e ganhando menos que os homens quando ocupam os mesmos cargos, fatores que têm contribuído para o aumento do número de mulheres que preferem enveredar pelo empreendedorismo e criando meios de se tornarem independentes financeiramente em detrimento a empregos formais. Os dados coletados apresentam uma sintonia com as informações da literatura, pois com relação a emprego, as entrevistadas responderam em sua maioria de 73% afirmaram não estarem em emprego formal, outras 27% disseram estar trabalhando em emprego formal na área de recursos naturais (Gráfico 4):



Fonte: Pesquisa de campo 2022.

No Brasil nos últimos dez anos se observa o aumento do desemprego, trabalho precário, aumento da informalidade e redução dos rendimentos. Em período de pandemia, a economia retrocedeu e o emprego formal teve queda significativa e ainda sem recuperação. As mulheres foram as mais afetadas com a falta de oportunidades de empregabilidade.

Uma escola de educação do campo que visa a emancipação humana deve ter vínculo com o mundo do trabalho, mas essa concepção deve ser na categoria ontológica, ou seja, na condição básica para a vida humana e não como forma de produção tecnicista, a qual o trabalho é alienado apenas para atender as necessidades da burguesia. "A concepção burguesa nega o princípio fundamental do trabalho na transformação do homem como sujeito ativo na construção de uma sociedade na perspectiva emancipatória" (SILVA, 2007).

O trabalho de carteira assinada oferece algumas considerações, pois a Consolidação da Leis do Trabalho – CLT garante direitos trabalhistas como aposentadoria, férias remuneradas, feriados remunerados e descanso. Todavia, a dificuldade em conseguir um emprego formal tem proporcionado às mulheres encontrar mecanismos de enfrentamento dessa

realidade concreta por meio do empreendedorismo. Sobre esse aspecto o mesmo percentual que respondeu ter emprego formal se encontra com carteira assinada, 27%, a maioria de 73% não trabalha com carteira assinada (Gráfico 5):

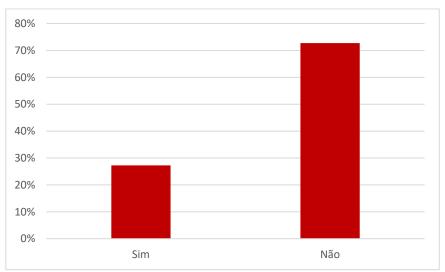


Gráfico 5- Trabalho formal com carteira assinada. Fonte: Pesquisa de campo 2022.

A situação das mulheres no mercado de trabalho apontadas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos – DIEESE mostra que as mulheres negras apresentam taxas de desocupação maior que as não negras nos anos de 2019 e 2020, também são as mulheres independentes da cor/raça que continuam recebendo menos que os homens, mesmo exercendo os mesmos cargos e ainda foram as mulheres que perderam postos no trabalho mesmo os informais (Figura 7).

No terceiro trimestre de 2021, a força de trabalho feminina contava com 1.106 mil mulheres a menos do que no mesmo trimestre de 2019, ou seja, passou de 47.504 mil para 46. 398 mil durante a pandemia e ainda não havia retornado em 2021. A redução entre as negras na força de trabalho foi de 925 mil mulheres no período, número superior ao das não negras, correspondente a 189 mil (DIEESE, 2022).

Os cuidados com as atividades domésticas seguido da maternidade são os dois pontos mais importantes para contribuição das mulheres na posição secundária no mercado de trabalho. Hirata (2008) defende que os indicadores que confirmam a precarização do trabalho são: a redução da jornada de trabalho, que acarreta baixos salários, a ausência de qualificação formal e a falta de políticas de proteção social.



Figura 8 – Inserção das mulheres no mercado de trabalho. Fonte: DIEESE 2022.

Para a agricultura familiar, a venda dos produtos produzidos ocorre de maneira direta com o consumidor em feiras agroecológicas, essas feiras têm representação feminina significativa e tem contribuído para a sua emancipação financeira. O trabalho de carteira assinada mesmo para mulheres com maior nível de escolaridade ainda é menor que a dos homens, elas ainda ocupam trabalhos de menor projeção social e financeira, as áreas metropolitanas brasileiras apresentam uma desigualdade no mercado que é a representação da realidade do país, mas mesmo com todas as adversidades as mulheres continuam buscando qualificação e por meio de cursos nas universidades e tendo presença na sociedade brasileira. A categoria do mercado formal ainda é um obstáculo para a maioria das mulheres (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

Historicamente, a sociedade capitalista é quem inaugura a divisão social do trabalho. Assim, o trabalho doméstico passou a ser vinculado às mulheres e o trabalho produtivo passou a ser do homem e não poderia ocorrer sem a presença feminina na organização familiar (ÁVILA; FERREIRA, 2014).

De acordo com Ferreira (2017, p. 94), "o trabalho realizado diariamente pelas mulheres no espaço reprodutivo possibilita ao capitalista a segurança da reprodução e a perpetuação da força de trabalho e, dessa maneira, garante também a reprodução e a manutenção da própria lógica do capital".

Quando questionadas se as mesmas se consideram independente financeiramente 73% afirmaram que sim, outras 18% que não se sentem independente financeiramente e apenas 9% se identificam com parcialmente (Gráfico 6):

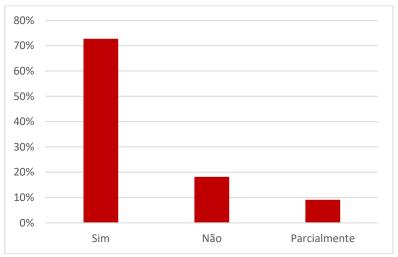


Gráfico 6 - Independência financeira. Fonte: Pesquisa de campo 2022.

Para muitas mulheres, o empreendedorismo é uma forma de suprir a necessidade do emprego formal e o empenho acaba sendo tamanho que não se sentem motivadas a depender de um emprego formal. Preferindo ter sua própria renda sem se submeter às condições do trabalho que a burguesia impõe, mesmo porque as oportunidades acabam em sua maioria na informalidade.

A independência financeira tem contribuído fortemente para a mudança de comportamento das mulheres com relação a seus relacionamentos. Isso porque, foi a partir do acesso à educação e a empregos melhores remunerados, que as mulheres conquistaram mais autonomia e poder de questionamento sobre a submissão e a hierarquia dos papéis que lhe eram até então impostos (GABEL, 2008).

Os dados relacionados sobre a independência financeira e o estado civil das participantes do estudo apontam uma singularidade. O fato de se tornarem capacitadas para escolher e assumir as consequências das escolhas permitiu às mulheres autonomia afetiva, não há mais a necessidade de casamento para o conforto financeiro. Na sociedade patriarcal, mesmo quando havia amor, o casamento estava ligado à realidade financeira, conforme (LINS, 2012).

A independência financeira gera autonomia, as mulheres buscam atualmente companheiros no sentido literal da palavra e companheiros com o mesmo nível de escolaridade e paridade financeira gera maior compatibilidade de ideias, sonhos e metas a serem alcançadas conjuntamente. Fatores que têm contribuído para as mulheres ficarem maior tempo solteiras e

com relacionamentos estáveis, não se submetendo mais a relacionamentos abusivos apenas para ter estabilidade financeira.

Quando questionadas sobre já ter trabalhado com carteira assinada, as egressas responderam com representação de 36% que já trabalharam com carteira assinada, mas 64% nunca (Gráfico 7):

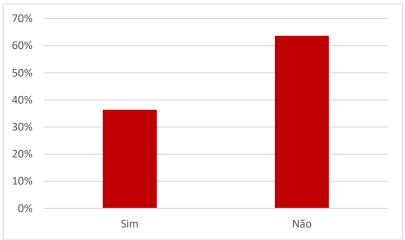


Gráfico 7 – Já trabalhou com carteira assinada. Fonte: Pesquisa de campo 2022.

A falta de interesse das mulheres por um emprego formal de carteira assinada é uma consequência da disparidade salarial entre homens e mulheres. E os recentes fatos na política nacional em relação ao trabalho têm contribuído para o desinteresse das mulheres por emprego formal. Vale lembrar que os direitos trabalhistas adquiridos até agora e que estão em risco de serem retirados é o resultado de lutas dos movimentos sociais. "a situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social" (ENGELS, 2008, p. 41).

Desde o ano de 2015, o Brasil tem observado uma escalada do desemprego, medidas da política neoliberal estão contribuindo para o subemprego e a flexibilização do trabalho. A lei nº 13.467/2017 alterou 201 pontos da legislação trabalhista. Assim sendo, conjuntamente com a Lei nº 13.429/2017, liberou a terceirização e a flexibilização do trabalho. Fatores que contribuíram para o empregado se submeter às pressões do mercado e da empregabilidade e aceitar condições precárias de trabalho para não ficar desempregado.

Aliadas a reforma do ensino médio se ver um alinhamento das políticas públicas neoliberais, pois o novo ensino médio "alinha-se aos postulados da Teoria do Capital Humano, bem como do individualismo meritocrático e competitivo que deriva tanto dela quanto da

concepção capitalista neoliberal" Ferretti, (2018, p. 33). Enquanto a reforma trabalhista promove um desmantelamento das leis trabalhistas desprotegendo os trabalhadores, a reforma do ensino médio retira disciplinas como história, artes, sociologia e filosofia, excluindo o fator questionador da formação integral e emancipatória dos educandos. Se ver assim, é uma contradição. No modo de produção capitalista, a emancipação significa igualdade de condições de direito à propriedade e de liberdade, além da igualdade jurídica. E esses elementos são fundamentais para a manutenção da sociedade burguesa e entra em contradição com o pensamento da teoria marxiana que defende a superação da sociedade de classes e livre das contradições.

O trabalho com carteira assinada para muitos é uma garantia de direitos trabalhistas e que gera um certo conforto, mas para mulheres empreendedoras que necessitam de flexibilidade nas horas de trabalho, a carteira de trabalho assinada não tem tanta importância. Para 27% das entrevistadas, trabalhar com carteira assinada é importante, mas a maioria significativa de 73% afirmou que não (Gráfico 8):

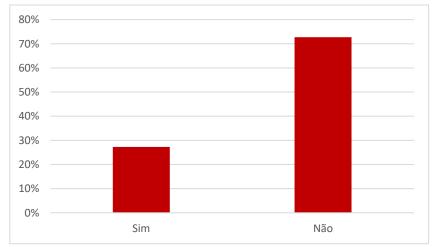


Gráfico 8 – Importância de trabalhar com carteira assinada. Fonte: Pesquisa de campo 2022.

Segundo Marx "Para educar as crianças, é preciso alimentá-las e liberá-las da necessidade de trabalhar para viver. Alimentar e educar as crianças abandonadas, isto é, alimentar e educar todo o proletariado que está crescendo, significaria eliminar o proletariado e o pauperismo". (MARX, 1844, p. 7). Não é mais aceitável uma educação voltada para atender a necessidade do capital, a emancipação humana passa por um processo de libertação do processo de trabalho que desumaniza. A superação das contradições da sociedade capitalista é a educação para a emancipação.

A reforma trabalhista tem assustado muitos trabalhadores devido a precarização do trabalho, e a retirada de direitos conquistados pelos movimentos sociais. Com a flexibilidade

das contratações, a tendência é a redução do tempo de trabalho no emprego formal, a despadronização da jornada de trabalho que tem por objetivo atender as necessidades do empregador e os ataques à capacidade de ação coletiva. Os brasileiros acabam por estarem expostos a um processo crescente de vulnerabilidade no ambiente de trabalho (GIBB, 2017). Esses fatores contribuem grandemente para que as mulheres, em especial somadas a outros fatores como os afazeres domésticos, e a maternidade acabam por se desinteressar pelo emprego formal e enveredar no empreendedorismo. A reforma trabalhista aliada a reforma do ensino médio está contribuindo para a ampliação do cerne da questão entre trabalho e educação para mulheres.

As reformas capitalistas propostas e implementadas pelo neoliberalismo têm, pois, sua lógica: elas visam, em última análise, recuperar a taxa de lucro e, assim, a acumulação, viabilizando a continuidade do capitalismo. Portanto, elas podem elevar um pouco a taxa de crescimento econômico, mas ao fazê-lo, elas incrementarão também a taxa de exploração vigente na economia capitalista no Brasil. Produzirão, também, uma piora na distribuição da renda familiar, assim como uma redução dos gastos sociais do Estado. Ao procurar regular o sistema econômico por meio da imposição generalizada da racionalidade competitiva, não apenas entre as empresas, mas também entre os indivíduos em geral tomados como empresas de si mesmos, tencionará a sociedade de tal modo que, ao fim e ao cabo, ter-se-á não mais civilização, mas mais barbárie (PRADO, 2018, p. 135).

O que se observa com todas as reformas em andamento desde 2018 no Brasil com um projeto ultraneoliberal e a tendência a disseminação de trabalho tendo como base a empregabilidade e o empreendedorismo. Fatores que se mostram presentes na pesquisa em questão. Por isso, a educação deve ser libertadora, emancipatória. A luta de classes é antiga e não tem previsão de um fim. Só que para as mulheres ainda existem mais obstáculos, seja no acesso ao trabalho e a educação. A lógica do capital chega a ter um requinte maior de perversidade quando se trata de mulheres. A falta de proteção social para as mulheres implica mais dificuldades para se prover o mínimo necessário à sobrevivência.

A desproteção social para as mulheres significa a violação dos direitos humanos, uma vez que rompe com qualquer noção de solidariedade social para com este grupo populacional. Para uma mulher, estar sem proteção social implica que, se adoecer e não puder trabalhar, não receberá qualquer tipo de auxílio doença por parte do estado. Se der à luz, não terá licença maternidade remunerada de 120 dias. Se ficar inválida, não receberá pensão por invalidez e, se morrer não deixará pensão para os filhos menores. (CAMURÇA, 2008, p.154).

As mulheres que se enquadram na categoria da falta de proteção são em geral trabalhadoras domésticas, trabalhadoras rurais que devido a jornada contínua de trabalho, quando não estão nos afazeres domésticos, estão na lida com a terra, acabam não tendo condições de pagar a previdência e poucas chances de ter garantida a aposentadoria. A educação

é um caminho para a conscientização de sua realidade concreta e a possibilidade de mudança da situação por meio de trabalho remunerado.

Rodrigues (2004) defende sob a ótica de Marx, que a educação pode ser observado sob duas possibilidades (educação para a emancipação e educação para a alienação), por um lado a educação reforça as desigualdades quando usada como instrumento de reprodução de exploração das classes dominantes, por outro lado é vista como instrumento de emancipação humana entre o saber e o fazer por construir um processo de formação para a vida e para o trabalho, é por meio da educação emancipatória que se possibilita a transformação.

Leff (2002, p.42) afirma que a educação na agroecologia implica em um conjunto de conhecimentos que envolvem desde os saberes agroecológicos, valorização dos saberes culturais que foram descolonizadas pela capitalização da agricultura. Implica em um resgate dos saberes ancestrais, do modo de produção agrícola voltado para a sustentabilidade, a justiça social associadas aos saberes científicos.

Com relação ao curso de agroecologia ter favorecido a qualificação profissional, a satisfação das egressas é de 64% se sentem satisfeitas, outras 9%, não sentiram relevância e 27% afirmou estar parcialmente satisfeita (Gráfico 9):

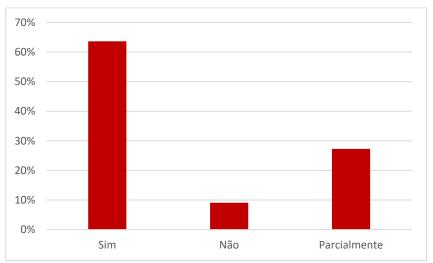


Gráfico 9 – Satisfação com o curso de agroecologia. Fonte: Pesquisa de campo 2022.

O modelo de produção agroecológica implica em uma construção de produção com diversidade animal e ecológica, contrapondo-se ao modelo de monocultura do agronegócio que já se mostra inviável ambientalmente, mas a agroecologia vai além:

É uma proposta transformadora e sua aplicação está associada ao sistema socioeconômico, pois, se é verdade que a tecnologia não modifica o sistema

econômico, é igualmente verdade que a aplicação dos princípios agroecológicos é incompatível com as grandes monoculturas, com os grandes confinamentos, com a concentração da posse da terra, com a quebra da biodiversidade, em síntese, com o sistema vigente. Machado, Machado Filho, (2014, p. 190).

Neste contexto, a agroecologia se contrapõe ao agronegócio, e o modelo patriarcal que se encontra no cerne, também entra em confronto, pois natureza e mulher não devem ser vistas como objeto de exploração. Robert Kurz (2004), afirma que a modernidade só sobrecarrega mais as mulheres, uma vez que cabe às mulheres a gestão doméstica e ao homem a esfera pública. O modelo de mulher bem sucedida que a mídia apresenta é aquela sobrecarregada que além de cuidar da casa e filhos, também tem uma carreira.

O grosso das mulheres está absurdamente sobrecarregado com a tarefa de responder, ao mesmo tempo, pelo dinheiro, pelas atividades domésticas e pelo amor. Na pósmodernidade o patriarcado não some, antes "se embrutece" e se estilhaça em formas múltiplas de barbárie, como escreve a feminista alemã Roswitha Scholz." (KURZ, 2004, p. 246).

A mulher precisa emergir de forma eficiente na esfera pública somente assim, a cisão entre o feminino e masculino, o público e o privado vai acontecer. Todavia, essa mudança de paradigma só é possível por meio da educação emancipatória e libertadora. A divisão social do trabalho, se materializa com a divisão do saber. A divisão do saber está materializada nas políticas educacionais atuais, quando estas se propõem a oferecer uma educação tecnicista para a classe trabalhadora (SAVIANI, 1988).

Por essa razão, se faz necessário trabalhar políticas públicas como singularidade voltada para o saber não mais fragmentado, mas integrado, unificar conteúdos com aprendizagem profissional e emancipação humana. Para a educação do Campo ser transformadora é preciso ainda que a cultura campesina seja valorizada, os educadores sejam do campo e estejam no campo. A escola deve contribuir para uma visão clara da realidade e sua compreensão para a possível transformação. Essa consciência se faz necessária para que a educação do campo não se torne precária em descompasso com a realidade dos sujeitos do campo. Sobre isso Arroyo (2007) afirma que:

Os movimentos sociais têm clareza de que a conformação do sistema de educação com uma rede de escolas do campo no campo e com um corpo profissional com formação específica exige educadoras e educadores do campo no campo. Sabemos que um dos determinantes da precariedade da educação do campo é a ausência de um corpo de profissionais que vivam junto às comunidades rurais, que seja oriundo dessas comunidades, que tenham como herança a cultura e os saberes da diversidade de formas de vida no campo. A maioria das educadoras e educadores vai, cada dia, da cidade à escola rural e de lá volta a seu lugar, a cidade, a sua cultura urbana.

Consequentemente, nem tem suas raízes na cultura do campo, nem cria raízes. (ARROYO, 2007, p. 169)

É cabível lembrar que a educação transformadora, emancipatória e dinâmica são particularidades da Educação do campo. A emancipação feminina, portanto, deve ser um princípio da agroecologia. O curso de Agroecologia apresentado nesta pesquisa aponta que o mesmo é entendido como necessário. Disciplina como o empreendedorismo são importantes para as educandas, uma vez que a mesma não é entendida como o empreendedorismo e trabalho tecnicista apresentado pelo modelo burguês.

Para Ribeiro (2010), a pedagogia da alternância, é uma prática que favorece a integração dos saberes tradicionais dos sujeitos do campo com a educação formal, alternando o tempo escola e tempo comunidade. Com relação a pedagogia da alternância a satisfação é quase unanimidade, com 91% se mostraram satisfeitas, e apenas 9% não sentiu diferença na relação de aprendizagem.

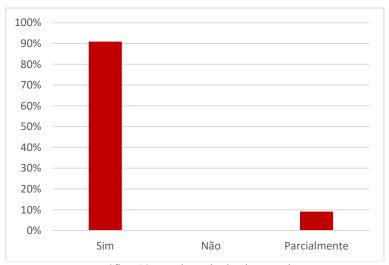


Gráfico 10 – Pedagogia da alternância Fonte: Pesquisa de campo 2022

Os resultados apresentados apontam que esse método pedagógico tem contribuído para aprendizagem das egressas em relação assim como a formação profissional com disciplinas do plano de curso que favorece ao desenvolvimento do potencial empreendedor dos educandos do curso de agroecologia estudado.

A pedagogia da alternância, assim como as disciplinas como empreendedorismo do curso de agroecologia contribuíram de maneira significativa para a emancipação das egressas de modo que a maioria se mostrou independente financeiramente. É cabível lembrar que essa independência financeira é fundamental para a tomada de decisão e do protagonismo feminino, em especial mulheres do campo, negras e pardas, como as egressas se identificaram. A

agroecologia tem se mostrado uma fonte de informações e empoderamento das mulheres, como apontam os resultados da pesquisa realizada.

No presente estudo, a totalidade é compreendida como a agroecologia e o agronegócio, este último emerge como solução para a produção de alimentos em grande escala após a Revolução Verde. Esse modelo de produção atual, ocorre de modo a produzir acúmulo de capital e ampliar o abismo social e de gênero, e tem sido agente de adoecimento e degradação ambiental, agindo em contradição com o meio ambiente, atendendo às particularidades regionais. Sendo assim, a agroecologia surge como uma importante alternativa para a mudança de produção de alimentos com respeito a biodiversidade e a igualdade de gêneros.

O que se busca, dentro dos campos da oposição e da contradição, é a identidade dos contrários, ou seja, "as relações recíprocas entre os aspectos opostos, isto é, a lei da unidade e da luta dos contrários" (CHEPTULIN, 2004, p. 55).

A intensificação do capitalismo contribuiu de forma decisiva para a submissão da mulher que, com o seu trabalho não produtivo, era – e ainda o é atualmente – responsável pelo cumprimento das tarefas domésticas e referentes à educação dos filhos. A Educação do Campo surge da necessidade de reconhecimento das especificidades dos sujeitos do campo. E dentre as necessidades estão a produção agroecológica e a emancipação feminina.

O papel das mulheres do campo para reivindicações de seus direitos só foi possível com os movimentos sociais que buscavam a garantia dos direitos elencados na Constituição Federal de 1988. A reivindicação das mulheres pelo direito à terra foi mais persistentemente articulada pelas mulheres da CONTAG, onde essa foi uma questão importante no Primeiro Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Brasília em 1988. Além disso, o fato de que as mulheres fossem desprovidas de suas terras quando enviuvou - seja como arrendatárias, trabalhadoras assalariadas ou nos assentamentos de reforma agrária - foi denunciado abertamente (CONTAG, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro agrotóxico criado foi o Dicloro-Difenil-Tricloroetano - DDT desenvolvido em 1874, passou a ser usado amplamente com pesticidas em 1939, e após a segunda guerra seu uso como pesticidas nas lavouras foi amplamente difundido por ser mais barato e ter grande eficiência no combate às pragas. Hoje é proibido no mundo, usado em alguns países, mas outros

ainda mais nocivos continuam em uso em todos os continentes. O modelo de produção agrícola que se estabeleceu no Brasil a partir da década de 1960 tem como base o uso de fertilizantes e agrotóxicos. O agronegócio emerge no campo como resultado da revolução verde que passou a fazer uso de pesticidas e fertilizantes químicos associado a monocultura como forma de minimizar os problemas com a produção de alimentos em contrapartida atualmente é responsável por diversas consequências no meio ambiente como: degradação do solo, erosão, diminuição da diversidade da fauna e da flora, concentração de renda nas mãos de vinte empresas que controlam a produção de alimentos no mundo, o aumento da fome, insegurança alimentar e adoecimento das pessoas no mundo todo.

A agroecologia surge como única alternativa para o enfrentamento desses problemas, ela tem como base princípio a sistematização dos saberes ancestrais, unindo as contribuições da ciência para promoção de práticas economicamente viáveis, ecologicamente sustentáveis e socialmente justas. Garantindo alimentos sem agrotóxicos, sem adoecimento da população, respeitando a biodiversidade e a preservação ambiental com uma prática agrícola permanente. A agroecologia é feminina, e por assim o ser, ela trata de cuidar do planeta, aliando a agricultura familiar, valorizando os saberes e as especificidades da população do campo em especial a autonomia das mulheres.

Assim como a agroecologia, a Educação do Campo também é uma conquista de movimentos sociais que buscam a qualidade de vida, o respeito à diversidade e os saberes ancestrais. A Educação do campo tem como princípio a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade. Para atender as essas especificidades do sujeito do campo, ela tem como singularidade metodologias que contribuem para esse objetivo como a pedagogia da alternância que deve respeitar os ciclos de produção de alimentos, não é uma educação urbana oferecida no meio rural. Os sujeitos que vivem nas áreas rurais têm direito a uma educação voltada para a produção e respeito da sua identidade e por isso, o projeto Político Pedagógico das escolas do campo deve respeitar e trabalhar conteúdos e debates sobre: a diversificação de produtos relativos à agricultura e o uso de recursos naturais; a agroecologia e o uso das sementes crioulas; a questão agrária e as demandas históricas por reforma agrária; os trabalhadores rurais e suas demandas por melhores condições de trabalho; a pesca ecologicamente sustentável e o preparo do solo. Tudo aliado à agricultura familiar.

A instituição estudada tem em seu PPP as singularidades da Educação do campo, o princípio da emancipação humana e da igualdade de gêneros também é percebida em suas

práticas pedagógicas. A emancipação financeira é tão importante quanto a formação do curso, pois sem autonomia as mulheres não podem ser protagonistas de sua história.

Portanto, a Educação do Campo tem compromisso com a agroecologia e dando as mãos com a agricultura familiar tem condições de se contrapor a forma de produção atual, diminuindo as diferenças entre gêneros, valorizando os saberes tradicionais, ofertando a autonomia das mulheres e sua emancipação como seres pensantes e protagonistas de suas próprias vidas. Enquanto o capital como montanha e seca rios, a agroecologia rega a terra, brota rios e promove a qualidade de vida, o cuidado com a biodiversidade e promove uma educação libertadora.

O PPP das escolas do campo tem compromisso com o plano de curso que tem o objetivo de uma educação consciente, economicamente viável, sustentável ecologicamente e promove a justiça social. As visitas técnicas, os projetos como horta escolar, agroflorestais, aulas práticas e dias de campo são iniciativas pedagógicas fundamentais para a promoção da Educação do campo e estão inseridas no PPP da escola. Os profissionais das áreas de agrárias possuem papel fundamental na construção dos saberes. A pedagogia da alternância tem uma importância ainda maior quanto a construção coletiva dos conhecimentos e a valorização das ações dos sujeitos do campo e sua produção familiar estão implementadas de maneira a adequar os saberes tradicionais aos científicos.

Sendo assim, a agroecologia, a educação do campo e a agricultura familiar formam o tripé que são fundamentais para a sustentação de uma educação emancipatória, libertadora e tem o poder de luta contra a hegemonia do modelo capitalista de produção de alimentos no mundo.

Os resultados dessa pesquisa apontam que as mulheres egressas do curso de agroecologia do assentamento Pátria Livre, são mulheres do campo, negras e pardas, solteiras que se mostraram em uma maioria significativa independentes economicamente, empoderadas e que o princípio da emancipação feminina tem se mostrado promissor no campo da agroecologia e na sustentabilidade ambiental. E buscam seu espaço na sociedade com a sua independência financeira, em especial na criação de empresas agroecológicas e transformadoras da sociedade.

As políticas públicas que contribuíram para o aumento da independência econômica, social, afetiva e sua emancipação humana foram: PRONERA, PRONACAMPO, PROCAMPO e Projovem, todas essas modalidades de ensino apresentam suas particularidades e são resultados de luta dos movimentos sociais em busca do direito à educação e a terra.

A pesquisa também aponta que as mulheres do campo são as mais prejudicadas com relação a remuneração, emprego e renda. Uma vez sem escolaridade, e com a jornada contínua de trabalho apresentam maiores dificuldades em conseguir emprego formal e ter a proteção do estado com os direitos trabalhistas de carteira assinada. A educação em agroecologia tem proporcionado às mulheres a terem renda com o trabalho nas feiras agroecológicas, essas feiras contribuem para sua emancipação financeira e a educação emancipadora tem contribuído para que as mesmas não busquem mais nas relações afetivas conforto financeiro e se submeta a relacionamentos abusivos.

O princípio da emancipação feminina está contido no curso de agroecologia da instituição estudada e tem sido implementado como política pública da educação do campo a partir do momento que busca uma educação transformadora, libertadora, crítica e sobretudo ecologicamente correta, valorizando os saberes da ancestralidade, promovendo uma pedagogia da alternância que contribuem para a permanência das mulheres no curso. E que é tem proporcionado uma conscientização de seu papel na sociedade e na luta por direitos.

Os movimentos sociais tiveram papel fundamental não somente na educação do campo, mas na conquista de direitos para as mulheres como o direito a posse da terra conquista realizada pelo movimento social da marcha das margaridas, conquistas como o direito a viver, prosperar e lutar por igualdade de gênero em todo os setores da sociedade. Mas ainda é preciso que as mulheres ocupem seus espaços na sociedade, no mercado de trabalho, é preciso derrubar barreiras que impedem a igualdade de gênero e se tornar a protagonista de sua história.

Os movimentos sociais como o MST que contribuiu para a criação de políticas públicas para a educação do campo, os movimentos feministas que buscam a igualdade de gêneros, os movimentos sociais da agroecologia como a marcha das Margaridas que tem seu nome em homenagem a mulher que lutou pelo direito à posse da terra. São todos exemplos de que o povo unido e consciente de seu papel na sociedade pode mudar a realidade concreta. A luta ainda não terminou, é uma luta histórica, é a luta de Margarida Maria Alves, de Zumbi dos Palmares, é uma luta de Antônio Conselheiro, Simone de Beauvoir, Paulo Freire e Darcy Ribeiro, é uma luta minha, sua, nossa, é histórica e necessária.

A Agroecologia é a possibilidade de superar o agronegócio no campo, a práxis agroecológica, construída no modelo histórico é formado pelo tripé em articulação com a ciência, movimento político e as práticas ecológicas de produção de alimentos. É também fruto de lutas sociais, valorização dos saberes dos camponeses e pesquisas científicas. A luta das conquistas e derrotas dos movimentos agroecológicos é muitas vezes contraditórias que se materializam no movimento cotidiano.

A agroecologia se mostra formada com a emancipação humana a centralidade no trabalho como atividade do concreto vivenciado nas experiências locais, nacionais e até mesmo internacionais. A efetivação da agroecologia vai muito além do modelo contra hegemônico de produção, vai metabolizar o modo de como nos relacionamos com a natureza, envolve a moral, valores e pensamento cultural. Implica em questionar a padronização dos alimentos implementados pelo agronegócio e a busca pela qualidade de vida para todos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: Desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ABREU, Y. V.; OLIVEIRA, M. A. G.; GUERRA, S. M. G. Energia, Economia, Rotas Tecnológicas: Textos Selecionados. **Funcionamento do Sistema Mandala**, 2010. Disponível em: http://www.eumed.net/libros/2010e/827/Funcionamento%20do%20Sistema%20Mandal. Último acesso em 2022.

AGÊNCIA PULSAR. **Violência contra a mulher**: Brasil ocupa 5° lugar no ranking mundial de feminicídios. Disponível em: https://agenciapulsarbrasil.org/violencia-contra-a-mulher-brasil-ocupa-5-lugar-no-ranking-mundial-de-feminicidios/ Último acesso em 20 de dezembro de 2022.

ALMEIDA, J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 6,29-40. 2020.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Editora da UFRGS, 4ªed. – Porto Alegre, 2004.

ANDRADE, E. D. **Educação do campo e agroecologia:** uma convergência entre educação e meio ambiente. Disponível em: https://hdl.handle.net/1884/70155 Último acesso em 10 de outubro de 2021.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e igualdade nas relações de gênero:** revisitando o debate. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 17, n.2, p. 41-52, 2005. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/212755 Acesso em: 29 de junho de 2021.

ANDRIOLI, A. I. A dimensão educativa da agroecologia na agricultura familiar — Parte I. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, v. 84, p. 1-4, 2008.

ANUÁRIO DO AGRONEGÓCIO, 2011. **Globo rural**/ editora Globo. Rio de Janeiro, outubro de 2011.

ARAÚJO, R. M. D. L. Formação de docentes para a educação profissional e tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional. **Trabalho & Educação**,7(2), 1-16. 2008.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate.** Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 17, n.2, p. 41-52, 2005. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/212755 Acesso em: 29 de junho de 2021.

ARL, V. Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e coevolução humana na natureza. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Ed.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ARROYO, Miguel G. A educação básica e o movimento social do campo. **Por uma Educação do Campo**, org. Arroyo, Miguel G. *et al*, Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete & MOLINA, Mónica Castagna (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres.** SOS Corpo; Instituto Feminista para a Democracia. Recife, 2014. BALEM, T.A. SILVEIRA, P. R. **Agroecologia:** Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública. V Simpósio Latino Americano sobre Investigação e Extensão em pesquisa Agropecuária. IESA. Anais. 20 p. 2002.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo, Difusão europeia de livros, 1967.

BIELLA, Janize Luzia. UFSC: Mulheres em situação de violência-Políticas, Processos de Empoderamento e a intervenção do assistente social. 102 **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 89-103, jan./jun. 2016.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOHNER, T, O, L. et al. Reflexões sobre os efeitos dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde humana: uma análise sobre a conscientização dos agricultores de Chapecó, SC. 2013. Disponível em: http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1730. Último acesso em 11 de agosto de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação do Campo: Marcos Legais. **Parecer CNE/CEB No 1 de 02 de fevereiro de 2006**. Brasília, DF: SECADI, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf Último acesso em 21 de junho de 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI nº 9394/96. Brasília, 1996.

_____. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispões sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Diário Oficial da União. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm Último acesso em 22 de junho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**. Aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

BRASIL. Lei Nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. **ANVISA**-Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 2008. Resolução RDC 48 de 07/07/2008. Brasília, Brasil.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social:** Teoria e exercícios. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n.110, p.67-104, jul. 2000.

BUTTO, Andrea. et al. **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

BUTTO, A. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil:** a construção do sujeito político. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Recife/PE, 2017.

CADERNO DE FORMAÇÃO 56. Subsídios para o estudo da conjuntura 2022. Setor e formação do MST. São Paulo — janeiro 2022.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R. S. **Por uma educação do campo:** traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas- Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação Do Campo", 2002.

CALDART. Roseli Salate. In **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. — Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. In Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. — Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMURÇA, S. O Patriarcado e a Situação das Mulheres. Recife, SOS Corpo, 2008.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. In: **Revista Nera.** Ano 7, n. 5. agosto /dezembro de 2004 – ISSN 1806-6755.

CANUTO, J. C.; SILVEIRA, M. A. da MARQUES, J. F. O sentido da agricultura familiar para o futuro da agroecologia. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v. 1, n.1, p. 57-63, 1994.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Em Fakeiro, F.G.; Farias Neto, A.L. (Orgs.). **Savanas:** desafios e estratégias para

o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Brasília: Embrapa Cerrados. 2008.

CAPORAL, F.R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, v. 6, p. 63-74, 2011.

CARNEIRO, Fernando Ferreira. **Dossiê Abrasco**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, I. C. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista**: Categoria e Leis da Dialética. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1982.

CHEPTULIN, A. A dialética materialista: categorias e leis da dialética. 2a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

CHIZZOTTY, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociedade. São Paulo: Cortez, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** (8a ed.). São Paulo:Cortez. 2006.

CINELLI, Catiane; SANTOS, Geneci R. Módulo III: Feminismo, Agroecologia e Sustentabilidade. In: BONI, Valdete; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; BASTIANI, Tânia Mara de (Org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica.** 1. ed. Tubarão: Copiart, 2015, v. 01, p. 55-78.

CONTAG; FETAGs; STRs. **Anais:** 7*s* Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, 30 março a 1*s* abril de 1999 Brasília: CONTAG, 1999.

CORREA, L. M. S. Emancipação feminina na sociedade contemporânea: reflexões sobre o papel formativo da mulher na família. 2019. 88 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

COSTA A. D, SOUSA R. D. Uso de agrotóxicos: O risco de contaminação dos agricultores por seus componentes químicos: O caso do município de Brasil Novo- PA. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade Federal do Pará, Altamira- Pará, 2014.

CUNHA, Célio. SOUZA, José Vieira de. SILVA, Maria Abádia da. O método dialético na pesquisa em educação. UNB, 2014.

CURY, C. R. J. Educação e Contradição. São Paulo: Cortez, 1986.

CRUZ, Eliane Aparecida da. **As estratégias de mobilização do movimento feminista para a aprovação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, de 2004. 2015**. [265] f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

DANTAS, G. P. G. Feiras no Nordeste. **Mercator – Revista de geografia da UFC**, ano 07, número 13, 2008. Disponível em:

http://www.redalyc.org/toc.oa?id=2736&numero=20629 Último aceso em: 14 de agosto de 2022.

DIAS, P. A. Sandra. **Violência doméstica contra a mulher** - um apanhado histórico. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/RCH/article/download/1771/Empoderamento%20Feminino%20como%20Rompimento%20do%20Ciclo%20de%20Viol%C3%AAncia%20Dom/9643 Acesso em: 13 dezembro de 2022.

DIEESE. Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: velhas desigualdades e mais precarização. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/mulher.html Último acesso em 30 de novembro de 2022.

DUARTE, Luciana Rodrigues Ramos. **Transição agroecológica**: uma estratégia para a convivência com a realidade semi-árida do Ceara. Dissertação de Mestrado. UFC, 2009.

EISLER, Riane. O cálice e a espada: nossa história, nosso passado. Rio de Janeiro: Imago editora, 2001.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

EHLERS, Eduardo Mazzaferro. O que se entende por agricultura sustentável?. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-25112011-091132/publico/eduadomazzaferroehlers.pdf Último acesso em 11 de gosto de 2022.

FAGUNDES, E. M.; BOCK, M. L. A Pedagogia da Alternância: inclusão social e humanização do homem do campo. **Revista Práxis**, Volta Redonda, v. 11, n. 22, p. 75-83, dez. 2019.

FERRARI, Rosana. **O Empoderamento da Mulher**. Disponível em: http://www.intercef.com.br/artigos.php. Último acesso em 11 de agosto de 2022.

FERREIRA, A. P. L. MATTOS, L. C. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Ciência e Cultura.** v.69, n.2, São Paulo, Jun. 2017.

FERREIRA, V. B., SILVA, T. T. C. D., GARCIA, S. R. M. C., & SRUR, A. U. O. S. (2018). Estimativa de ingestão de agrotóxicos organofosforados pelo consumo de frutas e hortaliças. **Cadernos Saúde Coletiva**, 26(2), 216-221. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1414-462x201800020095. Acessado em 12 de abril de 2022.

FERREIRA, Gilmara de Melo. "Margaridas" em jardins sem-terra: um estudo sobre a liderança feminina na prática política do MST na Paraíba. 215. 203f. (Tese de Doutorado Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2015.

- FERREIRA, A.P.L. MATTOS, L.C. Convergências e divergências entre Feminismo e Agroecologia. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, V. 69, n.2, p.38-42, abr./jul. 2017.
- FERREIRA, M. J. M. A. **Novas tecnologias na sala de aula**. Monografia do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares. Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, Departamento da PROEAD, Sousa, PB, 2014.
- FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 32, n. 93, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5935/0103-4014.20180028 Último acesso em 12 de dezembro de 2022.
- FERNANDES, B. M. Soberania alimentar como território. *In*: TÁRREGA, M. C. V. B; SCHWENDLER, S. F. **Conflitos agrários:** seus sujeitos, seus direitos. Goiânia: Editora da PUC, 2015.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra. 1996.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 41ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários a uma prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FREIRE, Paulo. Conscientização. São Paulo: Cortez e Moraes, 2003.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GABEL, C. L. M. **O casal**: Um estudo sobre o grupo conjugal. *Pensando Famílias*, 12(1), 57-68. 2008.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO. Eustáquio José. **Autonomia da Escola**: Princípios e Propostas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- GEORGIN, J. WIZNIEWSKY, J. G. OLIVEIRA, G. A. ROSA, D. L. A. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. **Revista Monografias Ambientais**. Santa Maria, v. 14, n. 3, set-dez. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/17868/pdf. Último acesso em 19 de jun. de 2022.
- GHEDIN, E. Educação do campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.
- GIBB, L. S. F. A tendência de despadronização da jornada de trabalho. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- GIMONET, J. C. Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GODOY, W. I. As feiras livres de Pelotas, RS: Estudo sobre a dimensão sócio- econômica de um sistema local de comercialização. Tese (Doutorado em Produção Vegetal), Universidade Federal de Pelotas: Pelotas, RS. 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, A. C, MASCARENHAS, A. D. C. N. MASCARENHAS, P. S. M, GOMES, W. A. Horta escolar: uma alternativa para a educação ambiental sustentável. **X Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Fortaleza/CE** – 04 a 07/11/2019. Disponível em: https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2019/VII-049.pdf. Último acesso em 20 de agosto de 2022.

GOMEZ, M. LUCENA, E, A, R, M. MANDARINO, A, C, S; GOMBERG, E. Emponderamento da mulher através de feiras agroecológicas na cidade de Ilhéus, Bahia/Brasil. **Sociológico** N.º 29 (II Série, 2016) pp. 65-73. Disponível em: https://journals.openedition.org/sociologico/1505. Último acesso em 11 de agosto de 2022.

GONÇALVES, Sérgio. Agricultura, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. 332f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: < http://hdl.handle.net/11449/101433 > Último acesso em 12 de agosto de 2021.

GRAMSCI, Antônio. **Selection from the prision notebook London**: Lawrence and wishart, 1971.

HIRATA, Helena (Orgs.). **Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo: Senac, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017 Acesso em: 14 jun. 2021.

IPOEMA – Instituto de Permacultura, Ecovilas e Meio Ambiente. Disponível em: https://ipoema.org.br/, último acesso em 27 de fevereiro de 2022.

KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: que é o Iluminismo? In: _____ A paz perpétua e outros opúsculos. (Trad.) Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2009.

KOSS, M. V. **Feminino** + **masculino**: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades. São Paulo. Escrituras. (Coleção ensaios transversais). 2000.

KOSIK, KAREL. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KURZ, R. Com todo vapor ao colapso / Robert Kurz. Juiz de Fora, MG : Editora UFJF – PAZULIN, 2004.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v. 3, n.1, jan./mar. 2002.

LEFF, E. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, Aparecida do Carmo. **Processos formativos em agroecologia no MST/PR:** a luta pela emancipação humana. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade Estadual de Maringá. 2011.

LIMA, G. S., NETO A.C., LEMA M. S., TANUTE B. & VERSIANI. F. O Teto de Vidro das Executivas Brasileiras. **Pretexto**, *14*(4) p. 65–80 out./dez. Disponível em: <u>www.spell.org.br</u>. Último acesso em 13 de dezembro de 2022.

LINS, R. N. O livro do amor. Volume 2. Rio de Janeiro: BestSeller. 2012.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Participativa na Escola.** Petrópolis: Vozes, 2006. (Cadernos de Gestão- Vol. III).

MACHADO, L. C. P. Agrobiodiversidade. Em: CALDART, R. S. et al. (Eds.). **Dicionário da educação do campo.** 2 a ed. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; Expressão Popular, 2012.

MACHADO, L. C. MACHADO FILHO, L.C. **Dialética da agroecologia**. Ed 1. São Paulo, Expressão Popular, 2014.

MACHEL, Samora. A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo. In: MACHEL, Samora *et al.* A libertação da mulher. 3. ed. São Paulo: Global, 1982.

MAGALHÃES, A. M. **A horta como estratégia de educação alimentar em creche**. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agros ecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MARQUES. M, A. O lugar da disciplina história no currículo do ensino médio integrado: o curso técnico de informática do CETEP de Vitória da Conquista. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED. Disponível em: http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2018/05/Micheline-A.-Marques.pdf. Último acesso em 14 de agosto de 2022.

MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. In: ______. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. 6ª ed., Petrópolis: Vozes: 1993.

MARX, Karl. A Questão Judaica. In: _____ Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, K. Crítica do programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, Angela Maria. **Autonomia e educação**: a trajetória de um conceito. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 115, p. 207-232, mar. 2002.

MASCARENHAS, P. S. M, SILVA. A, P. O nível e a qualidade do acesso à educação na comunidade remanescente de quilombo de barra localizada em Rio de Contas –BA. **Braz. J. of Develop.,** Curitiba, v. 5, n. 6, p. 4427-4433, jun. 2019. Disponível em: https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/1625/1499. Último acesso em 21 de agosto de 2022.

MAZALLA NETO, Wilon. **Agroecologia e movimentos sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses**. 2014. 202 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/257120. Acesso em: 29 nov. 2021.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOLLISON, B. Introdução a Permacultura. Austrália: Tagari Publications, 1991.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Contribuições do PRONERA à educação do campo no Brasil. Reflexões a partir da tríade: Campo – Política Pública – Educação. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **Memória e história do Pronera**: contribuições para a educação do campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 29-63.

MOLINA, M. C. Educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. Viçosa: **Educação e perspectiva**, v.6, n.2, p. 378-400, jul/dez, 2015.

MOREIRA, L, S. H, S, THEODORO, A agroecologia e a marcha das margaridas. **Revista brasileira de agroecologia.** Vol. 15 | Nº 5 | p.305-318 | 2020.

MOREIRA, V. D. L.; BRENO, M.; DAYRELL, L. S.; CARNEIRO, J. J. Intercâmbios para troca de saberes – Fortalecendo a Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, nov. 2009.

MORISSAWA, M. A História da luta pela terra e o MST - São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás-EFAGO. Dissertação de mestrado — Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2005.

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. **A feira agroecológica da Várzea Paraibana**: práticas educativas para uma economia popular solidária. 2004. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2004.

OLIVEIRA LAG. Determinação de resíduos de agrotóxicos organoclorados em laranja por dispersão de matriz em fase sólida (MSPD). Dissertação de Mestrado. Programa do Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

OLIVEIRA DD, GERALDES EC, LIMA RB. **Primavera já partiu**: relato dos homicídios femininos no Brasil. Brasília: Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH); 1998.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. **Perspectivas de gênero**: debates e questões para as ONG's. Recife: Gênero e Cidadania, 2002.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

PATRÍCIO, P. C.; GOMER, J. C. C. Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação. **Revista NERA, Presidente Prudente**, v. 15, n. 21, p. 100-113, jul./dez. 2012.

PIRES, M. J. S. **Contradições em processo**: um estudo da estrutura e evolução do Pronaf de 2000 a 2010. Brasília: Ipea, 2013.

PNAPO. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: http://www.agroecologia.gov.br/politica. Acessado em 14 de abril de 2022.

PRADO, E. Ciência da Economia: demarcações. Curitiba: CRV, 2018.

QUEIROZ, J. B. P.; SILVA, V. C.; PACHECO, Z. **Pedagogia da alternância**: construindo a educação do campo. Goiânia: UCG, 2006.

REDE PENSAN. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil 2021**. Disponível em: https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/. Último acesso em 12 de junho de 2022.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

RODRÍGUEZ, M.V. Pesquisa social: contribuições do método materialista históricodialético. In.: CUNHA, C; SOUSA, J.V; SILVA, M.A. (org) **O** método dialético na pesquisa em educação. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 131-152.

- RIBEIRO. M. Movimento camponês, trabalho e educação liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SANTOS. Arlete, Ramos dos. Educação do campo e agronegócio: território de disputas **Educação em Revista**, Marília, v.18, n.2, p. 71-90, jul. Dez., 2017.
- SANTOS, C.; MICHELOTTI, F.; SOUSA, R. Educação do campo, agroecologia e protagonismo social: a experiência do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). **Agriculturas**, v. 7. n. 4, dez. 2010.
- SANTOS, L. L; CORTEZ, D. A. G; VERMELHO, S. C. S; CORTEZ, L. E. R. Horta medicinal escolar mandala: integração entre o conhecimento popular e o científico. Uberlândia SP, 2015.
- SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt. Último acesso em 20 de novembro de 2022.
- SAVIANI, Nereide. **Saber escolar e didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- SEVILLA Guzmán, E. **De la sociología rural a la agroecología**. Córdoba: Icaria Editorial, 2006.
- SILVA, A. da. Sustentabilidade em empreendimentos da feira livre. Tese, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2016.
- SILVA, Paulo Roberto. Fundamentos político-pedagógicos para a educação do campo I: a escola do campo. In: ZIENTARSKI, Clarice; PEREIRA, Karla Raphaella Costa; FREIRE, Perla Almeida Rodrigues. **Escola da Terra Ceará**: conhecimentos formativos para a práxis docente do/no campo. Assis: Triunfal, 2016. p. 293-302.
- SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.
- SHIVA, V. **Manifiesto para una democracia de la tierra**. Justicia, sustenibilidad y paz. Barcelona: Paidós, 2006.
- SOUZA, Alessandra Silva de. **Educação do campo e agroecologia**: emancipação e resistência camponesa a partir da formação popular caso da escola latino-americana de agroecologia ELAA. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SOUZA. Dayane dos Santos. História, psicanálise e sociologia: notas acerca da dominação masculina. **Revista Ágora,** Vitória, n.16, 2012, p. 106-120. Disponível em: file:///D:/Users/Pedro/Downloads/revistaagora,+B8.+Dayane+Santos+de+Souza%20(1).pdf Último acesso em 01 de dezembro de 2022.
- SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, a floresta e as pessoas. Editora UFRJ, 2015.

SILVEIRA, Miguel Angelo da. O desenvolvimento sustentável em questão. IN: **Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001.

TELLES, L. ARANTES, A. O. FREITAS, A. F. Mulheres, Agroecologia E A Trajetória Da Ater No Brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women"s Worlds Congress. Anais. Florianópolis, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

UNSCN. The Nutrition Sensitivity of Agriculture and Food Policies. A synthesis of eight country case studies. **United Nations Standing Committee on Nutrition**, March, 2014.

VASCONSELLOS, Andréia. Construção da Agroecologia como projeto socialmente transformador: ação coletiva de mulheres guardiãs de sementes crioulas. Universidade Federal De Santa Maria Centro De Ciências Rurais Programa De Pós-Graduação Em Extensão Rural. Santa Maria. 2020.

VEIGA. Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VIEIRA, M. M. M.; CASTAMAM, A. S. Formação continuada de professores da educação profissional. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.** Santa Maria v. 2, n. 3. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/10037. Último acesso em 12 de dezembro de 2022.

VIZOLLI, Idemar; AIRES, Helena Quirino Porto; BARRETO, Mylena Gonçalves. A Pedagogia da Alternância presente nos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Famílias Agrícolas do Tocantins. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e166920, 2018.

WATERS, Mary Alice. Marxismo y feminismo. 2. ed. Barcelona: Fontamara, 1979.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

APÊNDICE – A

Dados de identificação pessoal

1 Qual e a sua idade?
Menos de 25 anos () 25- 29 anos () 29- 30 anos () Mais de 30 anos ()
 2) Pertencimento étnico. Em relação à sua cor, como você se declara? () Amarelo/a () Branco/a () Indígena () Pardo/a () Preto/a () Não desejo me declarar
4) Estado civil () Casado/a () Desquitado(a)/ Divorciado(a)/ Separado(a) () Solteiro/a () Solteiro/a com namorado/a e/ou noivo/a () Vive com companheiro/a () Viúvo/a
5) Você se considera mais independente financeiramente? () Sim () Não () Parcialmente
6) O curso de agroecologia favoreceu a sua qualificação profissional e proporcionou melhoria de renda? ()Sim ()Não () Parcialmente
7) No momento, está empregada? () Sim () Não
8) Trabalhar com carteira assinada é importante/necessário? () Sim () Não
10 Já trabalhou ou trabalha com carteira assinada? () Sim () Não
11. A pedagogia da alternância teve relevância para a sua permanência no curso de agroecologia?
() sim () Não () Parcialmente

APÊNDICE - B

Entrevista para os gestores

1 O curso de agroecologia tem um projeto político pedagógico adequado para atender a demandas do curso?
2 O financiamento da educação tem causado impactos? Que tipos de impactos?
3 O projeto político pedagógico da instituição atende as prerrogativas da educação do campo? Quais?
4 A gestão da instituição é considerada participativa e democrática? Justifique sua resposta.
5 O curso de agroecologia tem o conselho escolar e o PPP como instrumento de gestão d educação do campo?
6 Os professores que atuam na instituição são formados para a educação do campo? São profissionais da área de agrárias e licenciaturas?
7 O currículo escolar dialoga com as necessidades dos sujeitos do campo de que maneira
8 Quais s instrumentos pedagógicos utilizados na educação do campo? Em especial n curso de agroecologia?
9 O número de estudantes tem crescido ou diminuído nos últimos anos? Quais os fatore que levaram a essa situação?
10 Como você classifica e define o curso de agroecologia do assentamento Pátria Livre?

ENTREVISTA COM O CORPO DOCENTE

1) Qual a relação da agroecologia e a educação do campo na escola?
2) Como a comunidade é envolvida na educação do campo e agroecologia?
3) Como acontece a formação continuada?
4) Quais os projetos que acontecem na escola? Como a comunidade participa?
5) Como ocorre a participação da construção do PPP da escola?
6) Como é realizada a pedagogia da alternância e qual o papel desse método pedagógico para a educação do campo?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde - CNS

CARO(A) SENHOR(A),

CONVIDAMOS o(a) senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar de uma pesquisa científica.

Por favor, leia este documento com bastante atenção e, se você estiver de acordo, rubrique as primeiras páginas e assine na linha "Assinatura do participante", no ponto 8.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

- 1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Ana Débora Costa do Nascimento Mascarenhas.
- 1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: Arlete Ramos dos Santos

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO IMPLEMENTADAS NO ASSENTAMENTO PÁTRIA LIVRE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EMANCIPAÇÃO FEMININA,

2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):

Averiguar a agroecologia como política pública voltada para a educação do campo de maneira a contribuir para a permanência das famílias em sua terra, produzindo com segurança e garantindo a sua sobrevivência com qualidade de vida, e, sobretudo contribuindo de maneira significativa para a emancipação feminina. O papel da mulher e sua importância como protagonista da sua história e a relevância de sua emancipação econômica e social por meio da educação transformadora é necessária à sua compreensão.

2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

O objetivo da referida pesquisa é Verificar as contribuições do curso de agroecologia para a emancipação das egressas no período de 2019 a 2020 do assentamento Pátria Livre da Barra do Choça – BA.

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

A sua participação se dará através de um formulário por de meio de Watzapp para responder.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

Você receberá o questionário e responderá de acordo com sua disponibilidade entre os dias 10 e 20 de outurbro.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

20 minutos.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié (73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:

Sum

édina

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO

C MODERADO

C ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

1. Desconforto em responder alguma questão no formulário.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Se sentir algum desconforto com alguma questão, você tem liberdade de não respondê-la, o sigilo das informações é garantido.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

Você estará contribuindo para o conhecimento da situação das mulheres do campo no curso de agroecologia, com a construção de uma pesquisa que pode contribuir para a consrução de novas políticas públicas da educação do campo.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

Sua contribuição é importante apra o conhecimento da realidade campesina e na contrução de novas políticas públicas direcionadas para a educação das mulheres e da sua emancipação, assim como de informações para a sociedade e a comunidade acadêmica..

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

- 6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?
 - R: Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.
- 6.2. Mas e se você acabar gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.

- 6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?
 - R: Voce pode solicitar <u>assistência imediata e integral</u> e ainda <u>indenização</u> ao pesquisador e à universidade.
- 6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: Não. Você só precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

- 6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?
 - R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.
- 6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

6.7. O que acontecerá com os dados que você fornecer nessa pesquisa?

R: Eles serão reunidos com os dados fornecidos por outras pessoas e analisados para gerar o resultado do estudo. Depois disso, poderão ser apresentados em eventos científicos ou constar em publicações, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos em revistas, livros, reportagens, etc.

6.8. Os participantes não ficam expostos publicamente?

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié

Rubricas:

SHIM

R: Em geral, não. O(A) pesquisador(a) tem a obrigação de garantir a sua privacidade e o sigilo dos seus dados. Porém, a depender do tipo de pesquisa, ele(a) pode pedir para te identificar e ligar os dados fornecidos por você ao seu nome, foto, ou até produzir um áudio ou video com você. Nesse caso, a decisão é sua em aceitar ou não. Ele precisará te oferecer um documento chamado "Termo de Autorização para Uso de Imagens e Depoimentos". Se você não aceitar a exposição ou a divulgação das suas informações, não o assine.

6.9. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.

6.10. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Há, também uma cartilha específica para tratar sobre os direitos dos participantes. Todos esses documento podem ser encontrados no nosso site (www2.uesb.br/comitedeetica).

6.11. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa? R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: Ana Débora Costa do Nascimento Mascarenhas.

Endereço: Universidade Estadual do Sudoeste da bahia. Estrada do Bem Querer Km - 04.

Fone: 3424-8600) / E-mail: anadeboramascarenhas4@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo	ż	
☐ em participar do presente estudo;		
com a participação da pessoa pela qual sou responsável.		
Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.	que me foi	dada a

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA, 10 de outubro de 2022

(Se for o caso)

Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável) Impressão Digital

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié (73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas: Rull

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu, Ana Débora Costa do Nascimento Mascarenhas, pesquisador(a) responsável pelo projeto intitulado "As políticas públicas da educação do campo implementadas no assentamento pátria livre e suas contribuições para a emancipação feminina", comprometo-me em anexar os resultados e relatórios da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo a identidade dos participantes.

Vitória da Conquista - BA, 10 de outubro de 2022.

AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

Eu, Lilian Moura Silva, ocupante do cargo de diretora do Centro Territorial de Educação Profissional do qual a escola do assentamento Pátria Livre é anexo autorizo a coleta do(a) insira o nome do local onde se processará a coleta, AUTORIZO a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado insira o nome do projeto de pesquisa, dos pesquisadores insira o nome dos pesquisadores e membros da equipe de pesquisa autorizados a coletar os dados após a aprovação do referido projeto pelo CEP/UESB.

Em tempo, asseguro dispormos da infraestrutura e dos recursos necessários para viabilizar a execução do procedimento, conforme explicitado no projeto, em atendimento à alínea "h" do ponto 3.3, e do ítem 17 do ponto 3.4.1, ambos do título 3 da Norma Operacional CNS nº 001/2013.

VITÓRIA DA CONQUISTA, 26 DE OUTUBRO DE 2021.

Ass. do(a) responsável pela autorização da coleta

Carimbo:

Impressão Digital
(Se for o caso)

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PARA PESQUISAS COM SERES HUMANOS

(Aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

TÍTULO DA PESQUISA:

AGROECOLOGIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO IMPLEMENTADA NO ASSENTAMENTO PÁTRIA LIVRE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EMANCIPAÇÃO FEMININA

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Ana Débora Costa do Nascimento Mascarenhas

O pesquisador responsável pela estudo supracitado, seu(sua) orientador(a)/orientando(a), bem como os eventuais outros membros e assistentes da pesquisa, DECLARAM ESTAR CIENTES DE QUE LHES SÃO INAFASTÁVEIS A OBSERVÂNCIA E O CUMPRIMENTO de todas as responsabilidades previstas nos princípios e normas estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde, nas Resoluções nº 466/2012 e nº. 510/2016, na Norma Operacional nº 001/2013, bem como nas demais legislações atinentes à ética em pesquisa com seres humanos, cujos principais termos estão abaixo explicitados:

TÍTULO 1 Compromisso Geral

- I. Cumprir os requisitos da Resolução CNS Nº 466/2012 e da Resolução 510/2016 (nas pesquisas de ciências humanas e sociais) e suas complementares;
- II. Utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo;
- Publicar os resultados da pesquisa, quando de sua conclusão, independentemente de serem eles favoráveis ou não;
- Conduzir o estudo de acordo com o protocolo, observando e salvaguardando os princípios éticos cabíveis, as Boas Práticas Clínicas e as Boas Práticas de Laboratório;
- V. Conduzir e supervisionar pessoalmente as pesquisas clínicas;
- VI. Informar ao patrocinador do estudo, ao Comitê de Ética em Pesquisa e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre os eventos adversos graves que venham a ocorrer durante o desenvolvimento da pesquisa.
- VII. Iniciar a coleta de dados somente após obter as aprovações necessárias por parte do CEP/UESB e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando for o caso;
- VIII. No caso de submissão de projeto da modalidade "Relato de Caso", mesmo com a coleta de dados já tendo sido iniciada, divulgar estes dados somente após a aprovação do CEP/UESB;
- IX. Estar devidamente cadastrado na Plataforma Brasil.

TÍTULO 2 Compromissos Financeiro e Orçamentário

- I. Não haverá pagamentos ao participante da pesquisa por conta da sua participação;
 - Admite-se, entretanto, o ressarcimento de despesas relacionadas à sua participação no estudo, se necessário, tais como despesas com transporte e alimentação;
- II. Nenhum exame ou procedimento realizado em função da pesquisa pode ser cobrado do participante, do seu responsável ou do agente pagador de sua assistência (no caso de pesquisas clínicas), devendo o pesquisador ou o patrocinador do estudo cobrir tais expensas;
- O duplo pagamento pelos procedimentos não pode ocorrer, especialmente envolvendo gasto público não autorizado (pelo SUS);
- IV. A Instituição proponente, as participantes, as coparticipantes e aquelas que figurarem como campo de coleta de dados devem ter conhecimento da pesquisa e de suas repercussões orçamentárias;

Rubricas:

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié (73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

beja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. .)

- V. O A remuneração do pesquisador deve constar como item específico de despesa no orçamento da pesquisa;
 - Este pagamento nunca pode ser de tal monta que induza o pesquisador a provocar alteração da relação riscos/beneficios para os participantes.

TÍTULO 3 Compromisso de Indenização

- I. É garantido aos participantes da pesquisa (e aos seus responsáveis ou acompanhantes, quando cabível) o direito à indenização (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa e indivíduo ou a coletividade, seja na dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano;
- II. Sob hipótese alguma será exigida dos participantes da pesquisa a renúncia ao direito à indenização.

TÍTULO 4 Compromisso Metodológico

- I. Toda a pesquisa envolvendo seres humanos produz riscos. Destarte, serão admissíveis apenas as pesquisas nas quais o risco seja justificado em relação ao benefício esperado. (Resolução CNS Nº 466/2012 V. 1.a);
- É eticamente inútil, -e, portanto, inaceitável-, a pesquisa cujo projeto seja inadequado do ponto de vista metodológico;
- III. O arquivo contendo a integra do projeto de pesquisa deve, em especial, delinear, claramente, os critérios de inclusão e exclusão referentes ao estudo; descrever, detalhadamente, a metodologia a ser utilizada e informar, de forma adequada e atualizada, a lista de referências bibliográficas utilizada.

TÍTULO 5 Compromisso Documental

- É imprescindível entregar, ao CEP/UESB e, quando cabível, à CONEP, relatórios parciais (no mínimo semestrais) e finais da pesquisa, bem como notificações de eventos adversos sérios e imprevistos que venham a ocorrer durante o andamento do estudo.
- Cabe ao pesquisador acompanhar todos os trâmites de seu projeto na Plataforma Brasil, independentemente de qualquer mensagem enviada pelo sistema.

Vitória da Conquista - BA, 06/10/2021

Pesquisador Responsável:

Orientador(a)/Orientando(a):

Arlete Ramos dos Santos

Ana Deleora Porta do nascimento massarenhas

Allte Ramos dos Santos

ágina 2

Comate de Etica em Pesquisa (CEP) - CESB/Jequi (73) 3528-9727 | cenja a uestreda br Rubricas: